

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CAMPUS CURITIBA
CURSO DE TEOLOGIA

RAWDERSON RANGEL PORTO PEREIRA

A SOLIDARIEDADE PAULINA EM 2CORÍNTIOS 8 e 9
E A FILOSOFIA DE AÇÃO SOCIAL DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

CURITIBA
2012

RAWDERSON RANGEL PORTO PEREIRA

**A SOLIDARIEDADE PAULINA EM 2CORÍNTIOS 8 E 9
E A FILOSOFIA DE AÇÃO SOCIAL DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Artuso

**CURITIBA
2012**

RAWDERSON RANGEL PORTO PEREIRA

**A SOLIDARIEDADE PAULINA EM 2CORÍNTIOS 8 E 9
E A FILOSOFIA DE AÇÃO SOCIAL DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Teologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Vicente Artuso
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Luiz Alexandre Solano Rossi
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Antonio Renato Gusso
Faculdade Teológica Batista do Paraná

A Mayre,
Pedro Henrique e Anne:
Para aqueles que me cederam parte
do seu tempo dedico todo este
trabalho. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade que me dá de pensar no Seu Reino e Sua vontade. A capacidade e o conhecimento vêm dele e é um privilégio poder ter tempo e recursos para poder refletir sobre o que Ele deseja nos ensinar;

Aos meus pais por terem acreditado, dentre outras coisas, que eu aprenderia a diferença entre o “P” e o “B” (embora às vezes ainda me confunda, reconheço). Vocês têm sido fonte de inspiração para a minha vida, acredito que sabem disso;

Ao orientador Vicente Artuso, pela disposição e prontidão em me auxiliar, mesmo à distância. Mostrou-me o caminho a seguir, sem me dar as palavras. Suas sugestões sempre foram bem recebidas, obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar aspectos da solidariedade promovida nas comunidades cristãs organizadas pelo apóstolo Paulo, dando ênfase à proposta apresentada por ele em 2Coríntios 8 e 9. Observam-se razões históricas, sociais, políticas e espirituais para a mesma, com o propósito de atender a situações ocorridas que afetaram a comunidade cristã de Jerusalém, analisando-se a estrutura teológica destes dois capítulos. A seguir são apresentados aspectos históricos e teológicos para o surgimento, na Europa, do grupo evangélico denominado Batista, que depois se organizou nos Estados Unidos antes de sua chegada e consolidação no Brasil. São apresentados fatores para a presença desta denominação no país envolvendo aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos. Após isso, analisa-se o desenvolvimento da prática solidária destes membros através de declarações doutrinárias, fatores históricos, conscientização cristã e, por fim, a elaboração da chamada Filosofia de Ação Social da Convenção Batista Brasileira. Analisa-se a atual declaração de solidariedade comparando-a à campanha da coleta levada adiante pelo apóstolo Paulo, observando-se elementos em comum e divergentes, apresentando-se as razões para tais aspectos.

Palavras-chave: Solidariedade. Novo Testamento. 2Coríntios 8 e 9. Batistas. Convenção Batista Brasileira.

ABSTRACT

The present research's goal is to analyze aspects of solidarity promoted in the christian communities organized by the apostle Paul, emphasizing the proposal made by him in 2Corinthians 8 and 9. Historical, social, political and spiritual reasons for it are observed in order to understand the situations that occurred and affected the christian community of Jerusalem by analyzing the structure of these two theological chapters. After that, historical and theological reasons are presented for the emergence of an evangelical group called the Baptists in Europe, who later were organized in the United States before the apostle's arrival and consolidation in Brazil. The reasons for the presence of this denomination in the country are presented and involve social, political, economic and religious causes. After that the development of practical solidarity of these faithful people, which occurred through doctrinal statements, historical factors, christian consciousness and, at last, the development of the Philosophy of Social Action of Brazilian Baptist Convention, is analyzed. Following that, the current statement of solidarity is compared with the campaign carried on by the apostle Paul, observing common and divergent elements that present the reasons for such aspects.

Keywords: Solidarity. New Testament. 2Corinthians 8 and 9. Baptists. Brazilian Baptist Convention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Império Romano tendo como destaque a cidade de Corinto	25
Figura 2: Templo de Apolo em Corinto.....	31
Figura 3: A Península do Peloponeso com destaque para a cidade de Corinto	34
Figura 4: Lecaion, local de negócios em Corinto do I século.	39
Figura 5: Placa de Erasto e sua benfeitoria na cidade	40
Figura 6: Sinagoga em Corinto.....	49
Figura 7: Panorama da estratificação social	63
Figura 8: Macedônia e região.....	64
Figura 9: Via Egnatia.....	68
Figura 10: Foto do casal Bowen.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. - Antes de Cristo

a. D. – *Ano Domine*

CBB – Convenção Batista Brasileira

d.C. - Depois de Cristo

EUA – Estados Unidos da América

JJJ – Jerusalém-Jordão-João

JMN – Junta de Missões Nacionais

SBB – Sociedade Bíblica do Brasil

[] – Acréscimo ao texto por parte do pesquisador.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 VIDA E SOCIEDADE EM CORÍNTOS	25
2.1 O CONTEXTO SOCIAL DA CIDADE DE CORÍNTOS	25
2.2 O CONTEXTO POLÍTICO DA CIDADE DE CORÍNTOS	29
2.3 O CONTEXTO RELIGIOSO DA CIDADE DE CORÍNTOS	31
2.4 O CONTEXTO ECONÔMICO DA CIDADE DE CORÍNTOS	33
2.4.1 Recursos financeiros provenientes de transações marítimas	33
2.4.2 Recursos financeiros provenientes do metal	35
2.4.3 Recursos financeiros provenientes de atividades esportivas e culturais	37
2.4.4 Recursos financeiros provenientes de fontes diversas	38
2.5 A IGREJA DE CORÍNTOS	41
2.5.1 A situação econômica dos cristãos	42
2.5.2 A origem e o número de cristãos	47
3 A OFERTA DOS CRISTÃOS DE CORÍNTOS	51
3.1 RAZÕES PARA A COLETA	55
3.1.1 Havia o problema político-administrativo	56
3.1.2 A comunidade cristã em Jerusalém aguardava a volta de Cristo como o Messias	57
3.1.3 Havia discriminação no seio da comunidade cristã de Jerusalém	58
3.2 QUEM PARTICIPOU DA COLETA	60
3.2.1 As Igrejas iniciadas pelo apóstolo Paulo	64
3.2.2 A comunidade de Corinto	72
3.3 A SOLIDARIEDADE EM 2CORÍNTIOS 8 E 9	73
3.3.1 Participação voluntária	74
3.3.2 O valor necessário para a participação	75
3.3.3 O valor da participação	77
3.3.3.1 Graça	77
3.3.3.2 Oportunidade de bênçãos espirituais	79
3.3.3.3 A identificação dos gentios como Povo de Deus	81
3.4 QUEM RECEBEU AS OFERTAS DESTINADAS À COMUNIDADE CRISTÃ ...	82

4 A SOLIDARIEDADE DAS IGREJAS BATISTAS NO BRASIL – CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA (CBB)	83
4.1 A ORIGEM DAS IGREJAS BATISTAS	84
4.1.1 No mundo	87
4.1.2 Nos Estados Unidos da América (EUA)	88
4.1.3 No Brasil	90
4.1.3.1 Com os olhos no Brasil: interesses econômicos e políticos	90
4.1.3.2 Com os olhos no Brasil: o ardor missionário	94
4.2 A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS IGREJAS BATISTAS NO BRASIL	97
4.3 A SOLIDARIEDADE DOS BATISTAS	99
4.3.1 A solidariedade dos batistas nas declarações doutrinárias	99
4.3.2 Os Batistas e o Pacto de Lausanne	101
4.4 OS BATISTAS E A PROPOSTA PAULINA DA SOLIDARIEDADE DE 2CORÍNTIOS 8 E 9 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS :.....	104
4.4.1 Os objetivos paulinos e os objetivos dos batistas	105
4.4.2 O convite para a solidariedade	107
4.4.3 A solidariedade é um referencial	108
4.4.4 A solidariedade é uma oportunidade	110
4.4.5 Os objetivos da solidariedade são apresentados	112
5 CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem vivido um tempo em que felicidade e consumo estão cada vez mais relacionados. Trabalhar para ter, para adquirir é sempre o desejo e a finalidade do labor. As chamadas “economias”, tão importantes para o equilíbrio de uma casa e até de mesmo um país, acabaram por representar “gastonomias”, um neologismo que representa bem o sentido de se ter dinheiro ou crédito para o consumo pessoal. Nos dias de hoje, o que mais se percebe é que o chamado “dinheiro de plástico” tem sido a forma corrente de pagamentos. Quando não se pode pagar à vista, parcela-se. A população, de um modo geral, está endividada, conforme se lê na Gazeta do Povo, numa reportagem de Cristina Rios:

O brasileiro nunca parcelou tanto suas compras como agora. Com o orçamento comprometido com aquisições recentes, como o automóvel, a geladeira, o fogão ou a casa nova – as famílias estão espichando o prazo para que as novas compras caibam no bolso. (...) Boa parte desse fenômeno é explicado por outro fator: o brasileiro também nunca esteve tão endividado. Um estudo divulgado pela consultoria LCA mostra que o nível de dívida do consumidor bateu recorde no ano passado. Atingiu R\$ 555 bilhões, entre cartões de crédito, cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado, empréstimos para compra de veículos, imóveis, incluindo os recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O valor é quase 40% da renda anual da população, que engloba a massa nacional de rendimentos do trabalho e os benefícios pagos pela Previdência Social.

Diante deste quadro, e quando se observa a sociedade ao redor, percebe-se que os cristãos também aderiram ao modelo que tem mantido a economia. Possuir, adquirir e ter é apresentado como bênção da parte de Deus. Cada vez mais se constata a busca de Deus relacionada às necessidades materiais atendidas. A igreja do poder é aquela na qual os testemunhos são relacionados a posses materiais, bênçãos alcançadas na área financeira que possibilitam “o abençoado” poder comprar o carro dos sonhos, possuir a casa que tanto desejou. Muitos relacionam maturidade espiritual a quantidade de vitórias materiais alcançadas; tratam das ofertas entregues nas igrejas como algo suficiente aos olhos de Deus.

A Teologia da Prosperidade tem procurado proporcionar o bem estar ao indivíduo, fazendo com que ele mostre ser abençoado por aquilo que ele possui. Ele é o centro. Conforme Mary Esperandio (2010, p.143), “a proposta de felicidade

plena – baseado na posse de dinheiro, saúde e bem estar – resume o ideal de vida produzido atualmente”.

Em todo este contexto, porém, há um componente importante que não tem sido percebido nos dias atuais: o próximo. As pessoas têm interpretado os bens materiais como um benefício para si próprias, como um mérito, esquecendo-se de que a Bíblia apresenta o ser humano como importante componente para que as posses tenham um significado não apenas material, senão também espiritual. Deus não se esquece dos 32,1% dos latino-americanos vivem na pobreza, e 12,9%, na extrema pobreza, que representa 180 e 72 milhões de pessoas, respectivamente (GUIMARÃES 2010). Pensando no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas (15,5% da população) vivem com menos de R\$ 140,00 ao mês (CANZIAN, 2010, p. A14). Deus não se esquece destes também.

Diante do atual problema da disparidade social que se apresenta no Brasil, surgem questões pertinentes para os filhos de Deus que desejam usufruir plenamente de suas posses, segundo o desejo do Senhor, que é dono da terra e da riqueza: com que finalidade o apóstolo Paulo apresenta a campanha da coleta à comunidade de Corinto? Que fundamentos o escritor da denominada segunda carta ao Coríntios utiliza para levar adiante esta proposta? Há algum indício de que a solidariedade redunde em bens materiais para o seu doador? Quanto aos batistas, historicamente, as comunidades filiadas a esta denominação citavam a solidariedade em seus documentos doutrinários? Haverá relação entre o que Paulo escreveu e a Filosofia de Ação Social dos batistas? Baseado em que situações o apóstolo desenvolveu a teologia da solidariedade nesta carta à comunidade de Corinto e, desde o surgimento dos batistas, no século XVII, como é que esta denominação abordou o assunto do cuidado com as pessoas?

A presente pesquisa se propõe a analisar e comparar o texto de 2Coríntios 8 e 9 com a Filosofia de Ação Social da CBB, observando possíveis diferenças e semelhanças entre ambos os textos. Desta forma, no segundo capítulo identifica-se a situação econômica da cidade de Corinto e a comunidade cristã que se reunia ali, com o objetivo de se identificar a condição social destes cristãos.

A presente pesquisa trata de analisar a comunidade de Corinto a partir da realidade onde se encontrava inserida no primeiro século da era cristã: desta forma, o segundo capítulo tem como propósito apresentar esta cidade grega sob os aspectos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos, a fim de que o leitor possa se situar melhor e compreender a realidade da igreja que ali se encontrava, assim como compreender aspectos relevantes da própria comunidade com a qual o apóstolo propôs a campanha da coleta.

No terceiro capítulo analisam-se elementos do texto bíblico e os argumentos paulinos para a realização da campanha da coleta, bem como a forma como se desenvolveu a campanha da coleta promovida por Paulo junto à comunidade cristã de Corinto e porque a solidariedade foi tão enfatizada pelo apóstolo, observando-se a situação que a comunidade cristã atravessava em Jerusalém e o sentido de determinadas expressões utilizadas por Paulo. Neste capítulo são abordados os motivos pelos quais os fieis da igreja de Corinto deveriam participar.

No quarto capítulo, apresenta-se a história dos batistas, a teoria a respeito de suas origens, o desenvolvimento dos mesmos até sua chegada no Brasil e, após esta análise, apresenta-se a sua estrutura (forma de governo e de relacionamento entre as igrejas da mesma denominação), o conceito de solidariedade através das declarações doutrinárias e a influência do Pacto de Lausanne sobre as igrejas evangélicas de um modo geral e batistas de uma forma mais específica e como o princípio da solidariedade entre as igrejas batistas foi biblicamente interpretado através das declarações doutrinárias, além de se comparar o texto de 2Coríntios 8 e 9 com a Filosofia de Ação social da CBB, observando-se quais as diferenças entre a proposta paulina de solidariedade e a Filosofia de Ação Social da CBB.

Nesta pesquisa apresenta-se o texto da Filosofia de Ação Social da CBB porque as igrejas batistas têm realizado e mantido diversas obras sociais e, uma vez que são igrejas independentes e autogovernadas, não é possível apresentar uma obra social que represente a amplitude do trabalho solidário que

esta denominação realiza no Brasil. Desta forma, o documento batista analisado é a proposta comum sugerida pela Convenção Batista Brasileira a ser adotada por qualquer igreja filiada a esta Convenção. Comparam-se os dois documentos porque ambos apresentam propostas semelhantes: o cuidado com o ser humano. Paulo escreve seu texto propondo a adesão à atitude solidária e a conscientização da importância do cuidado ao próximo junto à comunidade que havia fundado em seu trabalho missionário e a CBB apresenta o documento com o mesmo intuito junto às igrejas batistas. Pode-se afirmar, no entanto, que Paulo apresentou razões semelhantes a outras comunidades e que esta era a sua visão teológica da solidariedade: aos da região da Macedônia ele utilizou argumentos idênticos aos utilizados junto aos coríntios, pois afirma que o ânimo da comunidade de Corinto havia estimulado os da Macedônia (2Coríntios 9.2); Paulo compartilhou a necessidade da comunidade judaica aos crentes da Macedônia (2Coríntios 8.5) e aos da comunidade que estava na Galácia ele afirma que haveria recompensas na vida daqueles que participarem de atos de solidariedade (Gálatas 6.9,10); Paulo deu as mesmas orientações com relação à coleta realizada nas comunidades da Galácia (1Coríntios 16.1). Aos crentes de Roma, Paulo afirma que a coleta que vinha de Acaia e Macedônia era pela dívida espiritual que tinham (Romanos 15.25-27). Estas regiões tinham mais que duas igrejas e a carta de Paulo. Desta forma, os documentos se assemelham em sua abrangência, razão de ser e de certo modo, em conteúdo. Em 2Coríntios 8 e 9, porém, Paulo oferece mais detalhes que em qualquer outro texto. Talvez porque esta comunidade necessitasse de uma atenção especial justamente nesse aspecto (2Coríntios 8.7).

O texto bíblico utilizado na presente pesquisa é o de João Ferreira de Almeida, na Versão Revista e Atualizada da Sociedade Bíblica do Brasil, edição de 1994.

2 VIDA E SOCIEDADE EM CORÍNTO

A análise da Igreja de Corinto e seu comportamento na questão da solidariedade sugerem um estudo não apenas da comunidade, mas também do contexto onde esta se encontra inserida. Desta forma, ao se realizar esta pesquisa, a compreensão da situação econômica e social dos membros da Igreja e, conseqüentemente, a atitude sugerida por Paulo quanto aos necessitados será melhor compreendida.

Neste capítulo, o propósito é apresentar a cidade de Corinto e observar o contexto no qual a Igreja de Corinto estava inserida. Para tanto os aspectos social, político, religioso e econômico da cidade serão analisados para depois, se estudar a Igreja de Corinto influenciada pelas situações aqui abordadas.

2.1 O CONTEXTO SOCIAL DA CIDADE DE CORINTO



Figura 1: O Império Romano tendo como destaque a cidade de Corinto
Fonte: GLOW

A cidade de Corinto do primeiro século, chamada por Cícero de “Luz da Grécia” (Brown, 2002, p.670) havia se desenvolvido de modo considerável, depois de ter sido destruída por Lúcio Múmio no ano 146 antes de Cristo (a. C.) devido à sua forte resistência ao império romano. A sua reconstrução se deu por ordem de Júlio Cesar no ano 44 depois de Cristo (d.C.) (BOOR, 2004, p.19). Assim, como cidade nova e planejada, tinha os benefícios da *polis* que unia diversas culturas em um mesmo lugar. Da Itália vieram os pobres e escravos emancipados de origem grega, síria, egípcia e judia (BROWN, 2002, p. 670), mas também pessoas de posses. Pessoas oriundas destas nações compravam e vendiam, divertiam-se como em nenhuma outra parte da Grécia (PARRY, 1926, p.ix). Douglas (1991 p. 1531) informa que no primeiro século da era cristã era comum existirem sinagogas onde quer que existissem judeus e este lugar na cidade de Corinto é citado na narrativa de Atos 18.4. Meeks (2011, p.83) estima em cinco ou seis milhões de judeus que viviam na Diáspora no século I. Ele afirma ainda que “havia uma substancial comunidade judaica em cidades com extensão de terra substancial, estimado em 10 a 15% da população total de uma cidade” (MEEKS, 2011, p.83).

Outra informação importante quanto à população da cidade são os diversos nomes latinos nas cartas aos Coríntios, uma vez que confirmam, não apenas na igreja, mas principalmente na cidade, a presença de uma considerável população oriunda de influências romanas.

Brown afirma que, por sua disposição geográfica e importância econômica, Corinto havia se tornado a capital da província de Acaia (2002, p. 670). Os seus dois portos, o Laqueu a oeste e o de Cencreia a leste, localizados em posições estratégicas eram muito utilizados e famosos também. Sobre eles, Estrabão, em *Geográfica* (8,6) afirmou: “Corinto deve a sua qualificação de opulenta ao comércio marítimo; situada no istmo, domina dois portos, um dos quais ao alcance da Ásia, e o outro, da Itália (...)”. A distância de sete quilômetros entre eles facilitava o transporte por terra de embarcações cujos comandantes não desejavam arriscar-se na longa viagem [300 quilômetros] contornando a Península do Peloponeso. No caso de grandes navios que vinham tanto do leste quanto do oeste, o transporte das mercadorias era feito por esse caminho em terra, o que garantia a proteção das embarcações contra possíveis tempestades no mar (MORRIS, 1993, p.

11). Naturalmente esse transporte era realizado por escravos que viviam ali, como atestam diversos autores como Bortolini (1992, p. 13) e Carrez (et. al, 1987, p. 79), sendo este último uma confirmação do geógrafo Estrabo.

Há divergências quanto à estratificação social das etnias daquele período uma vez que a análise desses elementos sociais é rara (STEGEMANN, 2004, p.75). Alguns estudiosos, como Stegemann, refutam a ideia de dois simples estratos (um superior e outro inferior apenas), por considerar essa análise simples demais e com dificuldade de enquadrar determinadas profissões e funções nessa teoria (2004, p.80); também considera que a estratificação social em três segmentos (a elite, um segmento intermediário e os pobres) não reflete exatamente o que realmente sucedia no tempo do império romano. Dessa forma, sugere o conceito de Grupos de Estrato Superior (elite) e Grupos de Estrato Inferior (não-elite) (STEGEMANN, 2004, p.88). Nesses dois segmentos Stegemann subdivide-os e enquadra diversas faixas e condições sociais.

Stegemann considera como topo de Grupos de Estrato Superior as famílias ou membros das casas reais, a liderança sacerdotal e leiga nos estados vassalos e nas províncias (2004, p.88). Corinto era uma dessas províncias (BORTOLINI, 1992, p.13) e por isso se percebe a importância dela no império romano. Caracterizados como pessoas que viviam na cidade (como todas as pessoas ricas naquela época) (STEGEMANN, 2004, pp. 89,99), os componentes de Estratos superiores proporcionavam à cidade uma situação de status como poucas tinham. Além disso, Roma tinha interesse em integrar cidadãos que viviam nas cidades nos Estratos superiores através da concessão de cidadania romana aos nobres citadinos das províncias (STEGEMANN, 2004, 94,5). As estimativas quanto ao percentual dos grupos dos Estratos superiores é estimado entre 1 e 5%, incluídas aí as famílias (STEGEMANN, 2004, 98).

A cidade era grande para os padrões daquela época. Meeks (2011, p. 72 apud MacMullen, 1974 p.63) afirma que no tempo do império romano a população era de 200 habitantes por hectare. Isso era o equivalente ao encontrado na média das cidades ocidentais em 1974. No caso da Acaia não seria diferente e, a

cidade de Corinto conservava uma população considerável de habitantes: não há um número certo da sua população, uma vez que os números variam de 200 a 600 mil. Talvez o menor número seja em função do número de cidadãos livres: apenas um terço dos seus habitantes era livre, enquanto que dois terços eram escravos (ALLO, 1934, p.9). Há dificuldade em se saber o número exato da população uma vez que os escravos não eram contados (BORTOLINI, 1992, p.12).

Em termos culturais, Corinto misturava a vanguarda com a sua própria história e sua realidade: os monumentos descritos por Pausânias (2,6) apresentam a prosperidade de que gozava a cidade num período passado que havia se encerrado e, ao mesmo tempo, as construções que os romanos levantavam evocavam uma época de modernidade além das provas esportivas nas quais as mulheres podiam competir (BARBAGLIO, 1993, p.10).

A sociedade de Corinto no seu viver diário tem sido objeto de pesquisa constante, uma vez que as narrativas do cotidiano são difíceis de serem observadas, por não haver textos que descrevam o cotidiano das pessoas. Isso ocorre provavelmente porque os escritores da antiguidade consideravam o dia-a-dia demasiadamente óbvio para fazerem uma narrativa dos fatos (MEEKS, 2011, p. 71). No entanto, a respeito de Corinto, algumas profissões são identificadas nos textos de Paulo quando escreve aos crentes daquela cidade. O apóstolo cita diversas profissões, tanto simples, como a de jardineiro (I Coríntios 3.6-8), como atividades esportivas (jogos nos estádios) (I Coríntios 9.24), entre outras (arquitetos, 1Coríntios 3.10,11, embaixadores de Cristo, 2Coríntios 5.20, 21). Pode ser uma indicação do perfil da comunidade cristã? Trimaille (1986, p. 73) acredita que sim, pois não haveria razão para as referências desses profissionais nas cartas paulinas se os receptores não os conhecessem bem. O que se sabe de fato é que, além dos escravos, por ser uma das cidades mais importantes do império romano, havia também ali pessoas da alta sociedade.

2.2 O CONTEXTO POLÍTICO DA CIDADE DE CORINTO.

Em termos políticos, a cidade era considerada importante por diversos imperadores romanos. Sua relevância é descrita por Ferreira (et al., 1990, p. 24) da seguinte forma:

(...) a cidade se destacava como sede administrativa do imperialismo romano. O confronto com as forças romanas de ocupação aconteceu em 146 [antes de Cristo] a.C., quando Corinto liderou a resistência ao expansionismo romano na Grécia. Nesse mesmo ano a cidade foi capturada pelo general Lúcio Múmio, saqueada e convertida em um monte de ruínas, enquanto boa parte de seus habitantes era vendida como escravos. No entanto, nenhuma cidade com a localização de Corinto permaneceria devastada por muito tempo. Cem anos mais tarde foi reconstruída por ordem do imperador Júlio César, e transformada numa colônia romana. Em 27 a.C. foi instituída por César Augusto como capital da província senatorial da Acaia. Gálio¹ era seu procônsul quando Paulo esteve pela primeira vez na cidade (Atos 18,12).

Conhecer a respeito do procônsul é importante não apenas sob o aspecto político, mas também sob o ponto de vista histórico, conforme aborda Lawrence (2008, p.157):

Gálio (Lucius Junius Annaeus Gallio) nasceu em Córdoba, Espanha, e era irmão do filósofo Sêneca. A inscrição encontrada em Delfos é constituída de quatro fragmentos, mas é possível restaurar grande parte do seu texto através da analogia com inscrições semelhantes que seguem um estilo convencional. Contém a transcrição de uma carta em cuja sexta linha o imperador Cláudio descreve Gálio como "meu amigo e procônsul (da Acaia)". Gálio ocupou esse cargo na Acaia durante a vigésima sexta aclamação de Cláudio como imperador. Uma inscrição na Porta Maggiore em Roma indica que a vigésima sétima aclamação teve início em 1 de agosto de 52 d.C., de modo que a vigésima sexta aclamação corresponde aos primeiros sete meses de 52 d.C. Uma vez que os procônsules eram empossados em 1 de julho, o mandato de Gálio teve início em 1 de julho de 51 d.C. Essa informação nos [...] situa] a segunda viagem de Paulo dentro da cronologia de Atos dos Apóstolos e também a datar a redação das duas cartas de Paulo à igreja de Tessalônica, uma vez que ele escreveu 1 e 2 Tessalonicenses durante sua estadia em Corinto, em 51-52 d.C.

O nome de Gálio é importante para que os estudiosos consigam situar viagens, cartas e outros fatos descritos no Novo Testamento. Não é sem razão que Barbaglio afirma: "Podemos determinar com suficiente exatidão, a data da evangelização paulina de Corinto" (1993, p. 15). Assim, define-se a data de 50-51 para a chegada de Paulo e este encontro com Gálio data de 52 d.C.

¹ Irmão de Sêneca

A partir de 27 a.C. Cesar Augusto dividiu o império em dois tipos de província: as de Cesar ou imperiais (não totalmente submetidas, governadas por legados e procuradores) e as “do povo” (ou senatoriais) completamente pacificadas, governadas por pretores ou procônsules. Estrabo afirma que Corinto, além de sede do Procônsul romano, era a capital da província senatorial da Acaia, abrangendo a Grécia meridional e central (BARBAGLIO, 1993, p. 13 apud Cícero). Por sua posição geográfica e importância política, havia em Corinto quantidade considerável de funcionários públicos (BORTOLINI, 1992, p.13).

Outro aspecto que demonstra a importância da cidade era a organização do seu centro público, um dos melhores da Grécia. Sobre a administração pública pode-se dizer que ela era tipicamente romana, com os *duoviri* [juízes] (dois juízes) e *edís* [administradores gerais] anualmente eleitos (MEEKS, 1992, p. 80). Stambaugh (1996, p.145) descreve a estrutura que a cidade oferecia e esclarece como viviam os habitantes de Corinto em termos administrativos:

No extremo leste, uma basílica romana [Edifício público] acomodava os tribunais, e na extremidade sul, em frente de uma série de lojas atrás de colonatas (...) – as maiores do império! – estava o *bema* (“tribunal”), onde o governador romano conduzia os negócios públicos oficiais (Atos 18.12-17).

Corinto não ocupou sempre esta posição política. Carrez (et al., 1987, p. 79) oferece mais informações a respeito do aspecto político envolvendo a Grécia: “Corinto foi a capital da região da Acaia desde 27 a.C.; depois,[...] da Acaia e da Macedônia, de 15 a 44 d.C.; novamente só da Acaia, por decisão de Claudio², em 44 d.C., que restituiu à Acaia seu estatuto de província senatorial”. Manteve-se, no entanto, como sede do Procônsul romano.

² Foi o quarto imperador de Roma, governando o império desde o ano 41 a 54 (d.C.). Ele deu a Agripa toda a Judéia, e a seu irmão Herodes o reino de Cálcis. Pôs fim à disputa que havia entre os judeus e os alexandrinos, dando força aos primeiros na liberdade de Alexandria e no livre exercício da sua religião e leis, mas não lhes permitindo que eles convocassem assembléias em Roma. Morto o rei Agripa no ano 44, foi novamente reduzido o reino da Judéia a província romana, e para ali foi mandado Cúspio Fado como governador. Foi por este tempo que houve a fome, predita pelo profeta Agabo (At 11.28). No ano 49 publicou Cláudio um decreto, pelo qual todos os judeus seriam expulsos de Roma (At 18.2). E a causa desta ordem foram, segundo relata Seutônio, os freqüentes motins a que se entregavam os israelitas, instigados por um certo ‘Cresto’. Se, como é possível, há nas palavras daquele historiador confusão de Chrestus com Christus, a causa dos tumultos pode ter sido a oposição judaica aos cristãos de Roma. É duvidoso se o decreto foi em algum tempo inteiramente cumprido. (Bibliaonline, 1999).

2.3 O CONTEXTO RELIGIOSO DA CIDADE DE CORINTO

Sob o aspecto religioso, a Grécia como um todo tem muito a dizer. O panteão grego é um dos mais estudados devido à sua influência na sociedade da sua época e hoje, devido à helenização e influência na literatura, cultura e história ocidental. As histórias se fundem às cidades e personagens, tornando fascinante o estudo do aspecto religioso da região.

A religiosidade de Corinto é confirmada por diversos autores, dentre eles Estrabo que, em Geografia, 8,6,20 escreveu a respeito, citando a presença de multidões para festas a diversas divindades. Havia todo o tipo de religião e cultos (CARREZ, et al., 1987 p. 75) e um dos deuses celebrado era Poseidon, o deus do mar³ (BORTOLINI, 1992, p. 14). Entre tantos deuses gregos, havia também o culto a Isis e Serápis (BROWN, 2002, p. 671), pertencentes à crença egípcia. Quanto à religiosidade latina, merece destaque o culto à deusa Roma que, além da religiosidade, trazia à memória do povo a presença do império e a família imperial (BORTOLINI, 1992, p. 14). Cesar foi divinizado depois de sua morte e o mesmo

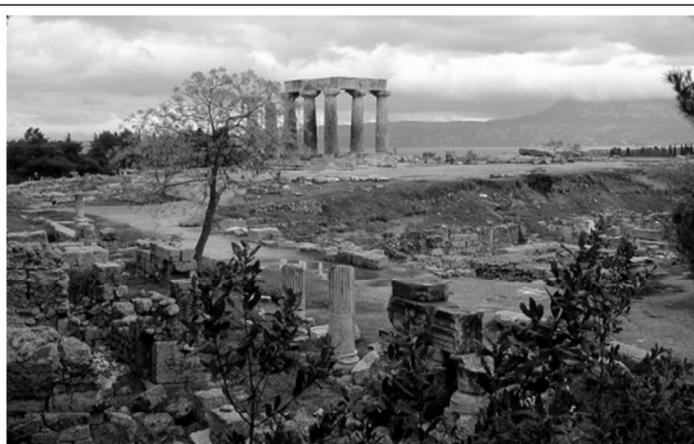


Figura 2: Templo de Apolo em Corinto.
Fonte: GLOW

aconteceu com outros imperadores, como Augusto e os que o sucederam (COMBLIN, 1991, p. 11). Stambaugh fala que, além do templo à família dos Julius, havia também um templo a Livia, esposa de Augusto (STAMBAUGH, *et al*, 1996 p.

³ Poseidon era conhecido pelos romanos como Netuno e também como deus dos cavalos

145). Sobre o judaísmo, verifica-se pelo texto de Atos 18.5-8 que havia uma sinagoga em Corinto.

A questão das mil sacerdotisas de Afrodite tem sido estudada e apresentada sob opiniões divergentes (CARREZ, et al, 1987, p. 79). Bortolini (1992, p.14) fala que essas mulheres eram chamadas de santas por sua devoção a essa deusa. Carrez et al., no entanto, considera que “por esse tempo a prostituição sagrada era exercida provavelmente só nas grandes festas, e as sacerdotisas seriam muito menos numerosas” (CARREZ et al., 1987, p.79). Esta conclusão é baseada no fato de que foram encontrados poucos templos dedicados à deusa Afrodite (BROWN, 2002, p. 672).

A identificação de Corinto com a ênfase na sexualidade das sacerdotisas de Afrodite veio de Estrabo, quando deu detalhes da quantidade de escravos e sacerdotisas que se dedicavam à prática sexual (STAMBAUGH, et al, 1996, p. 145). Barbaglio (1993, p. 13) transcreve o texto de Estrabo (Geografia 8,6,20): “O santuário de Afrodite regurgitava a tal ponto de riqueza que tinha como hieródulas [sacerdotisas] mais de mil cortesãs, oferecidas à divindade por doadores e doadoras; é evidente que elas atraíam multidão de pessoas a Corinto e contribuíam para enriquecê-la”. Estudiosos modernos, no entanto, afirmam que a cidade não tinha nada de extraordinário com relação à prostituição, considerando a cidade de Corinto com um comportamento normal de cidade portuária onde há “[...] muito dinheiro, homens e mulheres disponíveis” (HENDRICKX, 2000, p. 9). Richards (2010, p. 325) afirma que expressão “corintizar” [criado por Aristófanes] surgiu antes mesmo da cidade ser destruída em 146 a.C. pelos romanos e que, por esta razão, o termo não se refere à Corinto do primeiro século.

Diante de ideias divergentes anteriormente expostas, pode-se concluir que, embora a prostituição seja característica de cidade portuária há, algo diferente com relação à cidade que deve ser levado em consideração nesse aspecto, uma vez que diversos escritores descreveram e apelidaram a cidade com comportamento libertino, conforme afirma Barbaglio: Platão dá à expressão *Korinthia Kóre* (moça de

Corinto) o sentido de prostituta; Helio Aristides⁴ chama Corinto de Cidade de Afrodite (discursos 46.25) (BARBAGLIO, 1993, p. 13). A Corinto grega adquiriu uma fama de libertina no âmbito sexual, chegando até mesmo a relacionar o nome da cidade a um comportamento promíscuo (BROWN, 2002, p. 672). Desta forma, pode-se concluir que na questão ligada à sexualidade, a cidade tinha algo de diferente das demais cidades litorâneas. A denominação da cidade que vinha de tempos de Aristófanes talvez fizesse a sua fama.

2.4 O CONTEXTO ECONÔMICO DA CIDADE DE CORINTO

Corinto reunia algumas características que a tornavam peculiar e estes movimentavam a economia da região. Podem ser mencionados os portos, o bronze e o comércio em geral. Ressalta-se ainda que um dos três bancos da Grécia estava localizado em Corinto (FERREIRA, et al. 1990, pp. 23,24). Esses locais de movimentação financeira inicialmente serviam para troca de moedas dos estrangeiros que vinham de outras cidades e, posteriormente, como segurança aos comerciantes, que faziam empréstimos com juros altos junto aos homens mais ricos com o objetivo de antecipar os lucros das transações comerciais que ocorriam (CARTLEDGE, 2009, p. 295). Os veteranos de campanha tinham a oportunidade de desfrutar da cidade porque ela era uma colônia romana e porque Corinto tinha toda a infraestrutura necessária para receber os militares da reserva desejosos de aproveitar os benefícios que Roma lhes oferecia (SBB, 2008, p. 670).

2.4.1 Recursos financeiros provenientes de transações marítimas

A cidade era denominada “Portos dos mares” (RICHARDS, 2010, p.325). Os portos de Corinto movimentavam boa parte da receita da cidade. Lawrence (2008, p. 158) observa que Corinto era a segunda rota mais utilizada pela navegação romana na região. Além disso, as embarcações que partiam da Ásia passavam por Corinto. As taxas oriundas de diversas fontes demonstram que havia

⁴ Helios Aristides (117-181) foi um retórico em Roma, Esmirna e outras cidades da Ásia. Formado em Atenas e no Egito, seu trabalho é uma autobiografia religiosa.

um dinamismo econômico intenso na região. Havia as impostos de importação e exportação do Peloponeso, proporcionando renda aos que tinham o controle do istmo (FERREIRA et al, 1990, pp. 23,24). Ainda assim, o transporte marítimo era nitidamente mais barato que o deslocamento por terra (CARTLEDGE, 2009, p. 297).



Figura 3: A Península do Peloponeso com destaque para a cidade de Corinto
Fonte: GLOW

Os quase sete quilômetros de terra que separavam o porto de Laqueu a oeste e o de Cencreia a leste⁵ eram vantajosos para os marinheiros que os preferiam a fazer o trajeto de 300 quilômetros contornando a península do Peloponeso (FERREIRA et al., 1990, p.23) e o cabo Malea. Os escravos, juntamente com animais, transportavam os barcos por uma estrada pavimentada especialmente preparados para esse fim (CARTLEDGE, 2009, p. 297). Quando eram embarcações muito grandes, descarregavam a carga num dos portos de Corinto e a embarcação seguia por mar enquanto o carregamento seguia por terra. Em geral, os navios pesavam entre 70 e 300 toneladas e estes passavam pelo *Diolcos*, mas os navios

⁵ Esta porção de terra era denominada *Diolcos*.

excepcionalmente grandes chegavam a pesar 1.300 toneladas. As viagens eram realizadas entre 26 de maio e 15 de setembro, quando havia um tempo bom para se orientar, sem os perigos de grandes tempestades (LAWRENCE, 2008, p. 150,51).

Os romanos tinham experiência como marinheiros, em especial na região do Mar Mediterrâneo, como descreve Lawrence (2008, p. 151):

(...) Em geral, os navios carregados de cereais levavam três semanas para ir de Alexandria a Óstia, o porto de Roma, porém navios mais rápidos podiam percorrer essa distância em nove dias. Em condições favoráveis as viagens marítimas eram relativamente rápidas. Levava-se cinco dias para percorrer os cerca de 950 km de Corinto a Putéoli, na Itália, ou os 900 km de Tarraco, na Espanha, até Óstia. Levava-se três dias para percorrer os cerca de 500 km de Cartago, no norte da África, até Óstia. Documentos enviados de Tessalônica, no norte da Grécia, chegavam em Asquelom, na costa da Palestina (c. 1.100 km de distância), em doze dias.

Bortolini (1992, p. 13) comenta a facilidade de enriquecimento dos que trabalhavam com esse tipo de comércio. Desta forma, percebe-se a movimentação e os lucros que os portos traziam tanto às cidades como a pessoas que viviam dessa profissão.

Levando-se ainda em consideração a geografia do local, observa-se que, além de ser um ponto estratégico de leste a oeste, o que facilitava o comércio entre os mares Egeu e Jônico, Corinto era o caminho entre norte e sul da região, pois ficava na entrada do istmo e, o comércio que se desenvolvia na península, necessariamente passava pela cidade.

2.4.2 Recursos financeiros provenientes do metal

O bronze de Corinto era famoso no mundo inteiro (BORTOLINI 1992, p. 13) e desde o IV século a.C. a cidade já tinha a fama de trabalhar com esse metal de forma diferente do que normalmente se fazia (JACOBSON; WEITZMAN, 1992, 237). A sua qualidade fazia com que seu valor se aproximasse do ouro e prata, em termos de valores à época em que era comercializado (JACOBSON, 2000 p. 63). A resistência desse material da região de Corinto, aliado às diferentes tonalidades que

tinha, tornavam o bronze um metal diferente dos demais e por isso mesmo, valorizado (JACOBSON, 2000, p. 60 apud Cícero, 4.32).

Havia três tipos desse metal na região, chamado de *Corinthiis* ou *Corinthiarum* e Barbaglio, citando Plínio, ‘o velho’⁶, assim se refere a eles: “existem três espécies de bronze de Corinto: o branco, que lembra o esplendor da prata, dominante nessa liga; no segundo, domina a cor amarela do ouro; no terceiro, a liga usa os três metais em partes iguais” (BARBAGLIO, 1993, p. 11 apud PLÍNIO, 34.8) e, o mesmo autor transcreve a descrição de Cícero quanto à sua utilização: “Couraças e capacetes cinzelados em metal de Corinto, altas bilhas do mesmo material e também artisticamente trabalhadas” (BARBAGLIO, 1993, p. 11 apud CÍCERO, 4.97). A cidade, onde havia fundições e oficinas de artesanato, era o centro da indústria de bronze e a arte realizada ali era famosa na antiguidade (COMBLIN, 1991 p. 11).

Escritores antigos fazem menção ao bronze de Corinto em diversos textos. Para estudiosos, a descrição do “fino bronze” de Esdras 8.27 é relacionada ao metal de Corinto (JACOBSON, 2000 p. 61). Na descrição que Flávio Josefo faz do templo de Jerusalém, reconstruído por Herodes, ele afirma que o bronze oriundo de Corinto era: “[...] mais precioso que o ouro ou a prata.” (1902, vol 3, p.182). Esta era a Porta Formosa (Atos 3.2), segundo concordam os rabinos, feita do bronze de Corinto, doação de Nicamor, que viveu em Alexandria e enterrado em Jerusalém, conforme atestam achados arqueológicos recentes (JACOBSON, 2000 p. 61).

O que tornava o bronze de Corinto algo tão especial era a mistura com outros metais tal como ouro e prata (JACOBSON, 2000 p. 61). Para Jacobson e Weitzman, no entanto, a técnica teve início nessa cidade grega, mas acabou por se tornar um método utilizado em outros lugares sendo este denominado “bronze de Corinto” (1992, p. 237). O apogeu desse comércio foi mesmo do início de nossa era a meados do segundo século, quando foi considerado antiguidade e, por isso mesmo, com seu valor reduzido (JACOBSON, 2000 p. 64).

⁶ Caius Plinius Secundus, chamado de Plínio, “o velho”. Considerado o naturalista mais importante da antiguidade. Viveu entre 23 e 79 d. C.

2.4.3 Recursos financeiros provenientes de atividades esportivas e culturais

Dentre as celebrações que eram feitas em Corinto havia a prática esportiva dos chamados Jogos ístmicos⁷, em honra a *Poseidon*, deus dos mares, dos terremotos e dos cavalos⁸. Segundo Morris, este evento trazia os melhores atletas que havia (1993, p. 12) e acreditava-se que seus participantes se tornavam cidadãos melhores (SBB, 2008 p. 672).

Poseidon foi o deus que primeiro teve um templo construído no continente (CARTLEDGE, 2009, p. 362), que ainda conserva as pinturas bem preservadas, provavelmente encomendadas pela família governante em Corinto (CARTLEDGE, 2009, p. 389). Poseidon era celebrado como vencedor de Erecteu, um rei mítico de Atenas, citado na Odisseia de Homero (JARDÉ, 1977, p. 11).

Os jogos ístmicos estavam no calendário de atividades do Peloponeso juntamente com outros três grandes eventos esportivos que ocorriam anualmente de forma alternada desde meados do século VI a.C. (CARTLEDGE, 2009, p. 224).: Os jogos Olímpicos⁹, Píticos¹⁰ e o Nemeu¹¹ (CARTLEDGE, 2009, p. 389). Dessa forma boa parte da região era contemplada com um encontro esportivo anual. No caso dos jogos ístmicos, eles movimentavam a cidade financeiramente. Brown (2002, p. 671) diz que muitas vezes os imperadores patrocinavam esse evento esportivo, mas não apenas eles; Ferreira et al. (1990, pp. 23,24) afirma que os comerciantes da região também tinham interesse nos jogos porque sabiam que traria turistas e, naturalmente, dinheiro. Para Brown (2002, p. 671), a fabricação e venda de tendas aumentava no período pelo aumento considerável de pessoas que eram recebidas pela cidade.

⁷Tinham esse nome devido à região onde eram realizados: no Ístmo.

⁸ O culto prestado a ele é evidenciado pelo templo descoberto por Oscar Broneer em 1952.

⁹Criados em 776 a. C., eram os mais antigos da região. Eram realizados em homenagem a Zeus, em Olímpia.

¹⁰Tinham esse nome porque eram realizados no santuário Pítico de Apolo em Delfos.

Esses jogos surgiram no século IV a. C. e inicialmente foram criados para desenvolver os jovens para a guerra (CARTLEDGE, 2009, p. 304). Com o passar do tempo tornaram-se apenas parte da tradição helenista. Os jogos atraíam pessoas de diversos lugares do império e reuniam representantes de todos os recantos da cultura grega (COMBLIN, 1991 p. 10), tanto atletas como espectadores. Era um evento de grande porte, que perdia em importância apenas para os que eram realizados em Olímpia (BARBAGLIO, 1993, p.9). Dentre as atividades esportivas, Carrez et al. (1987, p. 80) cita caças, combates de gladiadores e corridas de carros.

A atividade acabava por promover o culto ao corpo, com os atletas se apresentando nus. Isso contribuiu para a aceitação cultural de algumas formas de homossexualismo, bem como para a promoção de cidadãos de famílias de classe social mais baixa (CARTLEDGE, 2009, p. 305)¹². Os jogos realizados eram estimulados pelas famílias (CARTLEDGE, 2009, p. 326) e tanto levavam à glória como à vergonha, diante da forma como os atletas haviam competido (CARTLEDGE, 2009, p. 316).

Depois da destruição ocorrida em 146 a.C., a cidade perdeu a oportunidade de sediar esse evento esportivo e estes acabaram por ser realizados na cidade vizinha de Sício. No entanto, no começo de nossa era, a Corinto havia conseguido recuperar o prestígio e voltar a receber o grande acontecimento (BARBAGLIO, 1993, pp. 9,10).

2.4.4 Recursos financeiros provenientes de fontes diversas

A cidade tinha outras fontes de receita desenvolvidas em sua região. Havia todo o tipo de profissões na cidade (CARREZ et al., 1987, p. 75). Estrabo escreveu sobre ela: “Corinto é tida como uma cidade rica por conta do comércio”

¹²Meeks (2011, p. 31 n.) contesta o arqueólogo Oscar Broneer quando este diz que Paulo chegou a presenciar os Jogos do Istmo, porque há narrativas esportivas nas cartas de Corinto. Para Meeks, esse não é um motivo que justifique, pois diversos moralistas greco-romanos utilizavam metáforas dessa natureza.

(RICHARDS, 2010, p. 325 apud Homero, *Ilíadas*, 2.570). E, conforme Meeks afirma, as cidades onde existiam comunidades paulinas tinham certa prosperidade; todas eram centros de comércio (2011, p. 104). A cidade desfrutava de uma posição econômica privilegiada. Tudo prosperava (CARREZ et al., 1987, p. 75). Meeks (2011, p. 114) cita Estrabão para apresentar a condição social que se encontrava Corinto:

(...), foi o comércio que enriqueceu Corinto, e foi indubitavelmente o comércio que deu a seus colonizadores e a outros residentes a oportunidade de se enriquecerem. A agricultura nos arredores de Corinto parece ter sido muito pobre, mas seus instrumentos mecânicos e manuais eram amplamente conhecidos na antiguidade.

De fato, o que se conhece de Corinto hoje não tem relação com a agricultura, mas sim com a indústria e comércio. No tempo de Nero, o centro público era um dos maiores e melhores da Grécia (MEEKS, 2011, p. 112). Isso se observa porque no tempo de Augusto o comércio se expandiu na região com as lojas no *Ágora* e as lojas no lado oeste da *Via Lecaion* (MEEKS, 2011, pp. 142,143).



Figura 4: Lecaion, local de negócios em Corinto do I século.
Fonte: GLOW

A fim de mostrar a sua generosidade para com a cidade, pessoas de condição abastada doavam prédios e outras construções para benefício de todos (SBB, 2008, 696). Meeks apresenta uma lista de pessoas que ofereceram, com recursos próprios, benfeitorias a Corinto, muitas delas para receberem também alguns privilégios e entre outros nomes cita *Babbius Philinus*, que fez generosas

doações¹³ e depois disso a colônia fez dele pontífice e sua família tornou-se uma das mais prósperas da cidade. Erasto pavimentou o pátio oriental do teatro em estágio de construção e, provavelmente, ele era o mesmo que fora nomeado tesoureiro da cidade. E havia muitas outras histórias desse gênero (MEEKS, 2011, p. 115). Todas essas ações “generosas” eram perpetuadas não apenas pelas obras, mas também por placas que, em língua latina, diziam quem havia contribuído financeiramente para a execução da obra (SBB, 2008, 696).



Figura 5: Placa de Erasto e sua benfeitoria na cidade
Fonte: Glow

Nos reinados de Tibério, Gaio e Claudio houve um grande impulso na atividade da construção com obras que tornavam a cidade de Corinto cada vez mais semelhante a uma cidade romana. Dentre as obras encontra-se a *Ágora* (centro cívico ou praça de mercado), dividida em duas partes pelos edifícios de terraço central, que iam de leste para oeste, e neste conjunto o *forum* e o setor administrativo (MEEKS, 2011, p. 113). Ferreira et al. (1990, p. 24) comenta sobre as obras realizadas na cidade:

¹³ Provavelmente um santuário de Poseidon (MEEKS, 2011, p. 115 apud WEST, 1931, p. 132).

Construções majestosas, redescobertas em escavações iniciadas no final do século passado, também nos dão conta da riqueza da cidade. O templo de Apolo era com certeza um dos mais antigos e veneráveis da Grécia. O teatro local, reconstruído após a fundação da cidade como colônia romana, tinha capacidade para acomodar dezoito mil espectadores. A praça central da cidade, a "agorá", estava ladeada por mercados (I Cor 10,25) e templos (I Cor 6,19), pelo tribunal (Atos 18,12), pela sede do governo, pelas basílicas (edifícios públicos em que se reuniam mercadores, banqueiros etc. para tratar de negócios), pela cadeia, pelos depósitos de distribuição de água, pelo museu e, um pouco mais afastado, pelo odeão e pelo teatro (I Cor 4,9). Tudo isso nos faz supor que a construção civil também formava importante elemento da economia, (...).

Como se percebe, a engenharia civil tornava a cidade de Corinto bem dinâmica economicamente. A riqueza da cidade fora obtida no período de 15 a 44 de nossa era, quando a província da Acaia foi submetida ao governador da Mésia¹⁴. Esta alteração de província senatorial trouxe diminuição de prestígio à cidade, mas também diminuição de impostos e taxas cobradas pelo império. Quando em 44 d.C. Corinto retoma como capital senatorial, havia ocorrido grande desenvolvimento sem a oneração que uma capital exigia (MEEKS, 2011, p. 113 n apud Brooner, 1954, p. 158).

Uma das maneiras do Procônsul manter-se no topo de Estrato Superior era a manutenção de sua receita oriunda de impostos que arrecadava na região de sua administração (STEGEMANN, 2004, p. 81). Entre a elite social, fazia-se questão de se exercer a magistratura nessa cidade e são encontrados exemplos disso com relação à família espartana de Eurícleses assumindo um papel de liderança e eles se tornando benfeitores de Corinto (SBB, 2008, p. 697).

2.5 A IGREJA DE CORINTO

Uma vez que optava por trabalhar em cidades estratégicas, porque a partir destas a mensagem podia ser disseminada para outros lugares (BOOR, et al., 2007 p. 19), Paulo logo percebeu que a cidade poderia ser uma referência para a pregação do evangelho no mundo da época. Pelas características da cidade anteriormente mencionadas, não poderia haver melhor lugar para se estabelecer

¹⁴ Região que ficava acima da Macedônia e Trácia.

uma Igreja. No entanto, também por características apresentadas anteriormente, o estabelecimento de uma Igreja naquele lugar apresentava inúmeros desafios (SBB, 2008, p. 694).

2.5.1 A situação econômica dos cristãos

Para Stegemann (2004, p.391) a composição social das comunidades é um assunto de pesquisa centenária. A discussão a respeito perdeu um pouco de sua intensidade na década de 1960, porém voltou a ser assunto de estudo em um período mais recente. Voltou-se a examinar detalhes tanto dos textos bíblicos como da cidade, devido a descobertas recentes.

Há divergências quanto à situação social da Igreja de Corinto. Alguns autores concluem que a comunidade estava em uma situação econômica inferior à realidade da cidade pelas características que o cristianismo tinha à época e pela quantidade de escravos (dois terços) que lá viviam. Tradicionalmente considerava-se que a comunidade cristã que vivia em Corinto era composta basicamente de pessoas pobres (STEGEMANN, 2004, p. 325). Deisman e Harnack consideravam que havia uma íntima relação entre os cristãos e os Estratos inferiores (STEGEMANN, 2001, pp 391, 92). Hendrickx considera que havia pessoas de posse na comunidade, porém a maioria era pobre (2000, pp. 11, 12).

Segundo Stegemann (2001, p. 401), pelos dados prosopográficos apresentados, não é possível definir com certeza a situação social da comunidade de Corinto. Essa também é a opinião de Ferreira et al. (1990, p.23) ao escrever sobre os estudos realizados sobre os dados da cidade grega: "(...) devem ser analisados com cautela, na medida em que não são, necessariamente, o reflexo da Igreja de Corinto." Além disso, Stegemann afirma que não se deve analisar determinadas expressões de forma muito diferente do que há, efetivamente, no texto (2001, p. 399).

No entanto, alguns estudiosos tendem a emitir parecer quanto à situação dos cristãos na comunidade de Corinto considerando basicamente dois aspectos: maioria composta de pobres e uma comunidade socialmente diversificada:

Bortolini (1992, p.10) considera que o trabalho de Paulo em Corinto era o de cuidar dos pobres e levar uma mensagem cristã. A ênfase dada pelo autor é percebida quando este relaciona os cristãos aos israelitas no Egito, além de declarações de que Paulo desceu de sua posição para atender às massas oprimidas e escravizadas; Bortolini afirma que o caminho de Deus é o caminho dos crucificados da sociedade (1992, p.11). Em sua análise sobre este assunto, Bortolini conclui que: “[...] ‘o povo numeroso que pertence ao Senhor’ (..) era, portanto, um povo de escravos e fracos, dos quais a sociedade nada espera a não ser mão-de-obra gratuita” (1992, p.11). Para Bortolini (1992, pp.14, 15):

(...) a maioria deles [cristãos de Corinto] era marginalizada: escravos, mulheres, gente que não teve acesso ao “saber” dos intelectuais. Como diz a própria carta, gente considerada louca, fraca e desprezível vil e sem valor (cf. 1.26-28). Em outras palavras, uma comunidade de crucificados à qual é anunciado Jesus crucificado. A sociedade nada esperava dessas pessoas, nem lhes dava chances de participação na vida social; não tinham acesso aos bens que sustentam a vida e, por não terem acesso à instrução, eram considerados ignorantes e incapazes de qualquer decisão. Em síntese, um aglomerado de pessoas, massa de manobra.

Bortolini aborda a questão enfatizando a pobreza daqueles cristãos. A sua ênfase recai sobre os menos favorecidos, como se percebe. Comblin tem opinião semelhante e afirma que a comunidade era composta por trabalhadores modestos da cidade (1Coríntios 1.16) embora houvesse gente de alto nível econômico. A comunidade era feita de uma grande maioria de pessoas pobres e de um pequeno grupo de melhor condição (COMBLIN, 1991, p. 12).

Outro elemento que apresenta a condição social da comunidade de Corinto é a ceia do Senhor, conforme apresentada em 1Coríntios 11.17-22:

¹⁷ Nisto, porém, que vos prescrevo, não vos louvo, porquanto vos ajuntais não para melhor, e sim para pior. ¹⁸ Porque, antes de tudo, estou informado haver divisões entre vós quando vos reunis na igreja; e eu, em parte, o creio. ¹⁹ Porque até mesmo importa que haja partidos entre vós, para que também os aprovados se tornem conhecidos em vosso meio. ²⁰ Quando, pois, vos reunis no mesmo lugar, não é a ceia do Senhor que comeis. ²¹ Porque, ao comerdes, cada um toma, antecipadamente, a sua própria ceia; e há quem tenha fome, ao passo que há também quem se embriague. ²² Não tendes, porventura, casas onde comer e beber? Ou menosprezais a igreja de Deus e envergonhais os que nada têm? Que vos direi? Louvar-vos-ei? Nisto, certamente, não vos louvo.

Meeks, ao analisar a condição social da comunidade de Corinto observa que elementos apresentados nas cartas paulinas dão indícios de que, embora houvesse os necessitados, ali também haveria gente de condição social favorável. A conclusão é baseada no fato de que as expressões como “casa”, “escravos” (sugerindo que alguns cristãos os tivessem), “viagem”, sugerem que havia ali um grupo que também tinha uma boa condição financeira. Stegemann (2001, pp 400,01) afirma que um dos indícios para a comprovação de pessoas de condição mais favorável que também pertenciam à comunidade cristã era o tamanho da casa de Gaio, para ali receber a comunidade cristã em sua casa. Além disso, Meeks também lembra que o fato de haver disputas judiciais (1Coríntios 6.1-11) sugere que havia negócios e transações financeiras (2011 p. 153). Sobre a questão dos problemas que envolviam os tribunais, Stambaugh (1996, p.146) afirma:

(...) alguns cristãos de Corinto têm muitas posses, de sorte que Paulo pôde referir-se à sua "abundância" (2Cor 8,14) em contraste com os cristãos da Macedônia e de Jerusalém. Theissen sugeriu que esse contraste entre os ricos e os pobres em Corinto constituía fonte básica de disputas na igreja.

A relação entre a condição social e assuntos do tribunal ocorre porque as disputas judiciais exigiam recursos para arcar com as despesas que esses conflitos exigiriam, além de demonstrar que havia o envolvimento com negócios entre os membros daquela igreja.

No entanto, percebe-se que esta era uma comunidade diversificada: havia escravos e plebeus, sem falar de pessoas de destaque, como o líder Crispo e Erasto, que é relacionado ao tesoureiro da cidade, pois o mesmo nome aparece tanto na carta de Paulo aos Coríntios, como também em benfeitorias da cidade¹⁵. conforme escreve Stambaugh (1996, p.147):

¹⁵ Ver figura 5, página 40.

[...] pedaços de uma inscrição latina que menciona um Erasto como doador do pavimento leste do teatro de Corinto; ele oferece esse pavimento "em retribuição pelo ofício de *aedile*". O *aedile* era um oficial maior, cuja principal tarefa era administrar os jogos públicos. Erasto, portanto, fazia parte da aristocracia municipal, e esse oficial rico pode bem ser o cristão mencionado por Paulo.

Para Meeks, a afirmação de que Erasto era um funcionário importante, embora longe de ser considerada certa, é convincente (2011 p. 137). O mesmo autor concorda com Kent de que era provavelmente "um liberto coríntio que havia adquirido considerável riqueza por meio de atividades comerciais" (MEEKS, 2011 p. 138 apud KENT, 1966, p.100).

Há quem observe que a diversidade social de fato era uma característica daquela comunidade, que incluía desde escravos a oficiais do governo (SBB, 2008, p. 694) e é bem provável que a elite tenha levado Jesus aos seus escravos, convidando-os a participarem das reuniões (STEGEMANN, 2001, pp 391,92). Sabe-se que Paulo também batizou pessoas de posição como Estéfanos e Caio (2Coríntios 1.14,16), Tito Justo, cujo nome parece denotar descendência latina, além da conversão do chefe da sinagoga, Crispo. Brown (2002, p. 673) cita Aquila e Priscila como pessoas que possuíam casas (alugadas ou não) em Corinto (Atos 18.3), Éfeso (I Coríntios 16.19) e em Roma (Romanos 16.3-5).

As palavras de 1Coríntios 1.26 são pertinentes ao tema da condição social: "Irmãos, reparai, pois, na vossa vocação; visto que não foram chamados muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de nobre nascimento". O fato de não terem sido chamados muitos com grau intelectual ou nobres indica que havia na comunidade pessoas nessas condições.

Para Trimaille (1986, p. 73), uma das maneiras que se tem para avaliar a condição social e confirmar a diversidade que havia na comunidade são as ilustrações que Paulo faz nas duas cartas aos coríntios (as de que dispomos): nela o apóstolo fala de arquitetos (I Coríntios 3.10,11), jardineiro (I Coríntios 3.6-8), jogos no estádio (I Coríntios 9.24), embaixadores de Cristo (II coríntios 5.20, 21). Se não fizessem parte da vida diária daqueles cristãos, não haveria uma plena compreensão da aplicação das profissões, anteriormente citadas, na vida do grupo.

Meeks (2011 p. 165), diante da análise de todas as situações econômicas e posições sociais que os livros do Novo Testamento apresentam, afirma que não há como delinear um perfil estatístico da constituição das comunidades paulinas, assim como não é possível descrever plenamente o nível social das comunidades sob o aspecto individual. Apesar disso ele considera que não havia as extremidades superior e inferior, ou seja: ao mesmo tempo em que não se encontravam aristocratas proprietários de terras, senadores, também não havia nas comunidades pessoas que vivessem em uma condição miserável, ainda que o autor cite que muitos viviam com o estritamente necessário.

Neste momento da pesquisa, o que se pode dizer é que havia a pobreza normal para os padrões do império no seio da comunidade analisada. Para Stegemann, havia tanto os pobres quanto os ricos (STEGEMANN, 2001, ps 400,01). No entanto, algo pertinente é comentado por Allo: ele lembra que Corinto era uma cidade depravada, mas não sem crença (1934, p. xv). Isso faria com que as pessoas buscassem a religião para si, independente de sua posição social.

Troeltsch avaliou de forma diferente o cristianismo. Para ele deve-se considerá-lo como um movimento religioso e não um movimento social e isto faz diferença, uma vez que as pessoas buscavam a comunidade por necessidades espirituais mais do que por nível social. Troelsh, citado por Stegemann (2001, p. 326) afirma:

Entretanto, as comunidades eram constituídas, por muito tempo, principalmente de escravos, libertos e artífices, sendo que, contudo, [...] em vista da cautela no acolhimento de escravos, não se deve exagerar a sua participação; em todo caso, providenciava-se expressamente o afastamento de escravos com anseios emancipatórios. Mas já desde os primórdios não faltaram membros do estrato superior [...]. Sob Domiciano, o cristianismo avançou até os círculos mais elevados da corte, e a famosa carta de Plínio fala expressamente de *multi omnis ordinis*. E, a partir de Cômodo, a participação do estrato superior está em franco crescimento. Tudo isso é perfeitamente natural sob o pressuposto de que se trata de um movimento essencialmente religioso e constitui uma contraprova clara à opinião de que se estaria diante de um "movimento de classe do proletariado" ou de uma "reformulação religiosa do socialismo antigo".

Diante de tais considerações, observa-se que a prática da solidariedade e da contribuição não estava relacionada necessariamente à condição material de cada um. Pela constatação que se faz dos textos de 2Coríntios 8 e 9,

todas as pessoas foram convidadas à participação e a ênfase dada pelo apóstolo é a da contribuição generosa com o coração, segundo o desejo de participar. Paulo, em sua carta convida a todos para a participação da coleta, conforme 2Coríntios 9.7: “Cada um contribua segundo tiver proposto no coração [...]”

Havia a diversidade social na comunidade de Corinto, o que sugere que havia pessoas tanto em condição favorável como também pessoas necessitadas. O que não se percebe na igreja de Corinto, porém, é o cuidado com o outro (1Coríntios 10.24) e daí o fato de Paulo ter tratado tão detalhadamente este assunto com esta comunidade. Os ricos tinham recursos para si mesmos: os problemas na distribuição da ceia mostram a falta de espírito solidário. Também o fato de Paulo afirmar, em 2Coríntios 8.7 que eles tinham superabundância em diversas áreas mas não na solidariedade mostra as dificuldades que eles enfrentavam quanto ao ofertar e atentar para as necessidades do outro. Em 1Coríntios 16.1,2 percebe-se que Paulo inicia as instruções àqueles irmãos, mas pelo que tudo indica, a solidariedade em Corinto não havia ainda surtido o efeito esperado, pelo que o apóstolo escreveu em 2Coríntios 8.11, aqueles fieis estavam demorando na concretização do desejo de ajudar.

A comunidade de Corinto via os cidadãos ofertarem para os deuses, percebia o comércio realizado em épocas festivas como os jogos ístmicos ou nas celebrações religiosas: para eles, os recursos eram mais para que houvesse prazer pessoal.

2.5.2 A origem e o número de cristãos

É consenso entre os estudiosos que a comunidade deveria ser muito mesclada devido à realidade da cidade em termos de diversidades de nações e origens (HENDRICKX, 2000, p.10). A Igreja de Corinto deveria ser mesclada (judeus, gregos, romanos, orientais e ocidentais vindos de todo o lugar) (SBB, 2008 p. 694). Além disso, sabe-se que Áquila e Priscila foram expulsos de Roma e foram

viver em Corinto (BOSCH, 2007 p. 538). Isso mostra a quantidade de etnias que por ali se fixavam oriundos dos mais diferentes lugares e pelos mais variados motivos. Murphy-O'Connor (2002 p. 279) afirma que o grupo predominante na Comunidade de Corinto era formado por gentios e os judeus seriam a minoria.

Outro argumento que justifica a quantidade de gentios que havia se convertido em Corinto e que participavam da comunidade cristã ali estabelecida é o conteúdo das cartas e, em especial, 1Coríntios. Práticas incomuns entre os judeus foram novamente apresentadas com o intuito de ensinar à comunidade a proposta do cristianismo. Desde práticas sexuais a julgamento entre os membros da comunidade voltaram a ser tema das cartas.

Quanto ao número de cristãos Allo (1934, p. xv) afirma que estes foram “numerosos e sinceros”; Bortolini fala em poucas pessoas, umas cem (BORTOLINI, 1992, p. 14). Brown especula entre cinquenta e cem pessoas (2002, p. 673). No entanto, não há nenhum indício que venha a dar base para o número de membros da comunidade, qualquer que seja ele. Por esta razão, não se pode conjecturar nenhuma quantidade de fiéis. Em Atos 18.8 está escrito apenas que foram “[...] muitos dos coríntios”. Pode-se concluir quanto ao número de pessoas relacionando-se este ao espaço da sala de reuniões: segundo Kee (1983, p. 74 n) era um armazém na rua principal, que desce para o porto vindo do centro da cidade. Ele afirma:

Os escavadores de Corinto encontraram a parte superior de um portal rudemente escavada com uma inscrição em grego, provavelmente do século I, que quase com certeza dizia: “(Sina)goga dos Hebr(eus)”. Parece que estava colocada acima da porta de uma das pequenas lojas retangulares que ladeavam a rua que descia do fórum central da cidade para o porto. Atos 18.7 observa que a Igreja nascente em Corinto se reunia na casa de Titus Justus, um homem que residia ao lado da sinagoga.

O local identificado é importante porque auxilia na avaliação quanto ao espaço disponível e a própria estrutura do lugar, a fim de se observar as condições em que os cristãos se reuniam. Pelas informações de Kee, o espaço não era muito grande e daí se deduz o tamanho da comunidade que se reunia ali.



Figura 6: Sinagoga em Corinto.
Fonte: GLOW

3 A OFERTA DOS CRISTÃOS DE CORINTO

A cidade de Jerusalém, no tempo de Jesus, por ser um lugar de peregrinação judaica, acabou por se tornar um lugar atrativo para aqueles que necessitavam de esmolas para sobreviver. Não apenas os inválidos, mas conforme afirma Jeremias (1980, p. 146), alguns aproveitadores que se faziam passar por pessoas com alguma deficiência física. Aqueles que consideravam a esmola meritória, quando feita na cidade santa, acabavam por alimentar ainda mais esta situação, fazendo com que Jerusalém fosse denominada por Jeremias como cidade dos vagabundos (JEREMIAS, 1980, p. 136).

Além desse aspecto de miserabilidade, Jerusalém era também uma cidade cara, especialmente em dias de festas judaicas: os pombos, por exemplo, chegavam a custar até cem vezes mais o preço corrente (JEREMIAS, 1983, p.171). Aliás, a religiosidade que a cidade promovia era uma das receitas consideráveis, acompanhadas dos comerciantes que aproveitavam estas épocas e dos religiosos que chegavam (JEREMIAS, 1980, pp. 44,45). Calcula-se que o número de habitantes era de 30 mil, tanto na cidade quanto ao seu redor; nas datas especiais, no entanto, chegava a 60 mil, apenas com os turistas (JEREMIAS, 1980, pp. 101, 102). Com isto, naturalmente que o preço dos alimentos subia espantosamente.

Os cristãos não viviam alheios a estas situações. Sabendo desta conjuntura e de tudo pelo que passavam os membros da comunidade cristã, é compreensível que a campanha para as ofertas aos cristãos da cidade deveria ser preocupação dos apóstolos. E de fato foi. A coleta para os cristãos de Jerusalém foi tema abordado por Paulo por muito tempo, ocupando boa parte do seu ministério junto às igrejas. Blomberg (2009 p. 178) afirma: “Na realidade, parece que ele [Paulo] passaria a maior parte da década seguinte organizando uma grande coleta de fundos a ser enviada de volta a Jerusalém ao longo das cidades grego-romanas onde evangelizava”. Baseado em Atos 24.17¹, esse autor considerava o período de dez anos trabalhando no assunto das ofertas aos cristãos da comunidade que

¹ Atos 24.17: “Depois de anos, vim trazer esmolas à minha nação e também fazer oferendas.”

passavam por necessidades na Judéia (BLOMBERG, 2009 p. 174). O que se sabe é que houve um convite para a participação e pelo que o apóstolo escreve em Romanos 15.26,27² as comunidades da região da Acaia aceitaram o desafio.

Estudiosos relacionam a campanha de doação promovida por Paulo com um período de escassez pelo qual a Judéia passou no período do imperador Claudio (KRUSE 1994, p. 158). As pessoas em Jerusalém haviam sido atingidas por diversos surtos de fome, por volta do ano 46 ano Domine (a.D.). (SBB, 2008, p. 651), durante o reinado do imperador Claudio, que reinou entre 41-54 a.D. (KRUSE 1994, p. 158), conforme previsto por Ágabo em Atos 11.28: “E, apresentando-se um deles, chamado Ágabo, dava a entender, pelo Espírito, que estava para vir grande fome por todo o mundo, a qual sobreveio nos dias de Cláudio”. Foi nessa ocasião que Helena, pertencente à família imperial, mas convertida ao cristianismo, prestou solidariedade considerável aos judeus que passavam necessidade (JOSEFO, 1990 p. 457), comprando alimentos a preços altos, conforme descreve Eusébio de Cesaréia (2000, p. 59).

No entanto, se a campanha foi apenas para a assistência aos necessitados da comunidade cristã da Judeia no período de escassez que aconteceu em 46 a.D., então há dificuldades quanto a datas, uma vez que, conforme estudos, a carta aos Gálatas foi escrita em 49 ou 55 a.D. (RYRIE, 1991 p. 1472), a primeira carta aos Coríntios data de 56 a.D. (RYRIE, 1991 p. 1432), a segunda carta aos Coríntios data de 57 a.D. (RYRIE, 1991 p. 1456) e a carta aos Romanos é datada de 58 a.D. escrita em Corinto (RYRIE, 1991 p. 1408), tempo posterior à carestia que assolou a Palestina. Em todo estes textos há o estímulo à coleta para os cristãos em Jerusalém. De fato, há argumentos para se aceitar que a coleta durou muito tempo. Blomberg (2009 p. 178 n) argumenta da seguinte forma:

² Romanos 15.25-27: “Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos. Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém. Isto lhes pareceu bem, e mesmo lhes são devedores; porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus, devem também servi-los com bens materiais”.

Não há motivo para assumir que a preocupação de Paulo com a coleta de 1 e 2Coríntios e Romanos em meados da década de 50 implica que nada havia sido previamente entregue no auge da fome ao final da década de 40. Na realidade, Atos 11.29s, sem explicitamente dizer, deixa implícito o oposto.

A conclusão de Blomberg é coerente com os fatos e os dados que se tem à disposição hoje: o ministério de “serviço a favor dos santos” conforme o próprio apóstolo denomina em 2Coríntios 9.1 teve longa duração e não apenas um período pontual para combater a carestia de 46 a.D. Observa-se que há o apoio material aos cristãos da comunidade da Judéia em ocasiões distintas:

A primeira participação está descrita em Atos 11.27-30³. A comunidade de Antioquia, ao ouvir o testemunho de Ágabo, envolve-se diretamente no projeto de apoio aos cristãos de Jerusalém e prontamente enviam Barnabé e Paulo (então chamado de Saulo) para suprir com rapidez à situação prevista;

Há uma segunda viagem com o objetivo de enviar auxílio aos membros da comunidade de Jerusalém: em Romanos 15.25-27⁴ ele escreve sobre o seu retorno a Jerusalém levando as ofertas das comunidades da Macedônia e de Acaia.

Em diversas cartas a ajuda que deveria ser dada às pessoas que viviam em Jerusalém era abordada. Blomberg (2009 p. 178) afirma que a orientação dada a Paulo em Gálatas 2.10⁵ estava diretamente relacionada às necessidades da comunidade cristã de Jerusalém.

³ Atos 11.27-30: “Naqueles dias, desceram alguns profetas de Jerusalém para Antioquia, e, apresentando-se um deles, chamado Ágabo, dava a entender, pelo Espírito, que estava para vir grande fome por todo o mundo, a qual sobreveio nos dias de Cláudio. Os discípulos, cada um conforme as suas posses, resolveram enviar socorro aos irmãos que moravam na Judéia; o que eles, com efeito, fizeram, enviando-o aos presbíteros por intermédio de Barnabé e de Saulo”.

⁴ Romanos 15.25-27: “Mas, agora, estou de partida para Jerusalém, a serviço dos santos. Porque aprouve à Macedônia e à Acaia levantar uma coleta em benefício dos pobres dentre os santos que vivem em Jerusalém. Isto lhes pareceu bem, e mesmo lhes são devedores; porque, se os gentios têm sido participantes dos valores espirituais dos judeus, devem também servi-los com bens materiais”.

⁵ Gálatas 2.9,10: “Por isso Tiago, Pedro e João, que eram considerados os líderes da igreja, reconheceram que Deus me tinha dado essa tarefa especial. E, como sinal de que éramos todos companheiros, eles deram a mim e a Barnabé um aperto de mãos. E todos nós combinamos que eu e Barnabé iríamos trabalhar entre os não-judeus e eles, entre os judeus. Eles nos pediram só uma coisa: que lembrássemos dos pobres das igrejas deles, e isso eu sempre tenho procurado fazer.”

O texto bíblico que apresenta a proposta da coleta encontra-se em 2Coríntios 8 e 9:

8.1. Também, irmãos, vos fazemos conhecer a graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia; 2. porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestaram abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade. 3. Porque eles, testemunho eu, na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários, 4. pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos. 5. E não somente fizeram como nós esperávamos, mas também deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois a nós, pela vontade de Deus; 6. o que nos levou a recomendar a Tito que, como começou, assim também complete esta graça entre vós. 7. Como, porém, em tudo, manifestais superabundância, tanto na fé e na palavra como no saber, e em todo cuidado, e em nosso amor para convosco, assim também abundeis nesta graça. 8. Não vos falo na forma de mandamento, mas para provar, pela diligência de outros, a sinceridade do vosso amor; 9. pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos. 10. E nisto dou minha opinião; pois a vós outros, que, desde o ano passado, principiastes não só a prática, mas também o querer, convém isto. 11. Completai, agora, a obra começada, para que, assim como revelastes prontidão no querer, assim a leveis a termo, segundo as vossas posses. 12. Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem e não segundo o que ele não tem. 13. Porque não é para que os outros tenham alívio, e vós, sobrecarga; mas para que haja igualdade, 14. suprimindo a vossa abundância, no presente, a falta daqueles, de modo que a abundância daqueles venha a suprir a vossa falta, e, assim, haja igualdade, 15. como está escrito: O que muito colheu não teve demais; e o que pouco, não teve falta. 16. Mas graças a Deus, que pôs no coração de Tito a mesma solicitude por amor de vós; 17. porque atendeu ao nosso apelo e, mostrando-se mais cuidadoso, partiu voluntariamente para vós outros. 18. E, com ele, enviamos o irmão cujo louvor no evangelho está espalhado por todas as igrejas. 19. E não só isto, mas foi também eleito pelas igrejas para ser nosso companheiro no desempenho desta graça ministrada por nós, para a glória do próprio Senhor e para mostrar a nossa boa vontade; 20. evitando, assim, que alguém nos acuse em face desta generosa dádiva administrada por nós; 21. pois o que nos preocupa é procedermos honestamente, não só perante o Senhor, como também diante dos homens. 22. Com eles, enviamos nosso irmão cujo zelo, em muitas ocasiões e de muitos modos, temos experimentado; agora, porém, se mostra ainda mais zeloso pela muita confiança em vós. 23. Quanto a Tito, é meu companheiro e cooperador convosco; quanto a nossos irmãos, são mensageiros das igrejas e glória de Cristo. 24. Manifestai, pois, perante as igrejas, a prova do vosso amor e da nossa exultação a vosso respeito na presença destes homens. 9.1. Ora, quanto à assistência a favor dos santos, é desnecessário escrever-vos, 2. porque bem reconheço a vossa presteza, da qual me glorio junto aos macedônios, dizendo que a Acaia está preparada desde o ano passado; e o vosso zelo tem estimulado a muitíssimos. 3. Contudo, enviei os irmãos, para que o nosso louvor a vosso respeito, neste particular, não se desminta, a fim de que, como venho dizendo, estivésseis preparados, 4. para que, caso alguns macedônios forem comigo e vos encontrem desaparecidos, não fiquemos nós envergonhados (para não dizer, vós) quanto a esta confiança. 5. Portanto, julguei conveniente recomendar aos irmãos que me precedessem entre vós e preparassem de antemão a vossa dádiva já anunciada, para que esteja pronta como expressão de generosidade e não de avareza. 6. E isto afirmo: aquele que semeia pouco pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará. 7. Cada um contribua segundo

tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. 8. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra, 9. como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre. 10. Ora, aquele que dá semente ao que semeia e pão para alimento também suprirá e aumentará a vossa sementeira e multiplicará os frutos da vossa justiça, 11. enriquecendo-vos, em tudo, para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus. 12. Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos santos, mas também redundando em muitas graças a Deus, 13. visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos, 14. enquanto oram eles a vosso favor, com grande afeto, em virtude da superabundante graça de Deus que há em vós. 15. Graças a Deus pelo seu dom inefável!

A passagem bíblica apresenta fundamentos importantes para que a participação acontecesse entre as comunidades paulinas e, neste caso em especial, o escritor cita duas regiões alcançadas pelo seu trabalho de pregação da mensagem: a Acaia, que incluía a Igreja a quem se destinava a carta (Corinto)⁶ e a região da Macedônia, que envolvia as comunidades iniciadas por Paulo das cidades de Filipos, Tessalônica e Beréia.

3.1 RAZÕES PARA A COLETA

A respeito do assunto da oferta aos cristãos da Judéia, quais as razões para Paulo promover a coleta junto às demais comunidades por tanto tempo? Conforme observado anteriormente, os cristãos na Judéia passavam por situação difícil ligada à carestia que assolava o império. Há diversos textos que falam a respeito dessa ocasião e Paulo, inclusive, recebe dos apóstolos a responsabilidade de não se esquecer dos pobres (Gálatas 2.9,10). No entanto, os motivos para que a comunidade cristã se encontrasse necessitada de um suporte por parte de outros cristãos tem relação não apenas com aspectos econômicos e políticos; esses acarretaram problemas em todo o império. A situação da comunidade cristã da Judéia era agravada por crenças e relacionamentos que havia naquela comunidade.

⁶ Desta região, apenas se sabe da Igreja de Cencreia como outra comunidade (Romanos 16.1: “Recomendo-vos a nossa irmã Febe, que está servindo à igreja de Cencreia”)

As circunstâncias que levaram a comunidade cristã a contar com o apoio das comunidades paulinas através de Paulo eram as seguintes:

3.1.1 Havia o problema político-administrativo

O problema da falta de alimentos não atingiu apenas a comunidade cristã de Jerusalém, mas uma região mais abrangente. Eusébio de Cesaréia chega a citar a fome em “todo o mundo [conhecido da época]” (2000, p. 56). Josefo (1990 p. 457) registra que no tempo de Claudio, houve um período difícil pelo qual o império romano atravessou e estudiosos o relacionam com quatro situações distintas que ocorreram simultaneamente e que intensificaram ainda mais o período de carestia na Judéia: legislação vigente, novo governante, superpopulação e problemas na produção agrícola.

Quanto à legislação que havia na época, Guevara (1985 p. 256) afirma que o problema da fome foi provocado pela lei que fez das terras possessão do império. Essa nova forma de tratar o bem maior à época acabou por fazer com que os latifundiários fossem pertencentes à camada de Estratos superiores. Reimer (2006, p. 88 apud FUSSEL, 1995, pp. 41,42) informa que no século I, dos 29 maiores latifúndios do império, 16 pertenciam aos senadores. Estas terras, muitas vezes perfaziam quase o total do território de algumas províncias. Com uma quantidade considerável de terra nas mãos de poucos, a agricultura acabou por não ser a fonte de renda que justificasse a permanência no campo e, por essa razão, muitas pessoas acabaram por se mudar para as cidades, deixando o campo (REIMER, 2006, p. 88). Reimer (2006, p. 89) observa ainda que, uma vez que o comércio agrícola ficava com uma minoria que possuíam as terras, estes negociavam conforme bem entendiam. Com o dinheiro que recebiam, acabavam por negociar e comprar mais terras.

Para Richards, a situação vivida estava relacionada à superpopulação que o império passou a ter, acarretando dificuldades na distribuição de alimento (RICHARDS, 2010, p. 381). Este motivo se relaciona muito bem ao que Stott,

citando F. F. Bruce justifica o período difícil devido a más colheitas e sérias fomes em várias partes do mundo dominado pelos romanos. Guevara (1985 p. 256) cita problemas com o Egito, o principal fornecedor de alimento para Roma e para outras partes do império⁷.

De uma forma mais específica para a Judéia, houve o problema da nomeação de políticos na região. Lemaire (1964 p. 218) identifica este período de carestia com o tempo em que Tibério Alessandro assumiu a Judéia após Cúspio Fado. Estudiosos observam que quando Tibério foi nomeado governador da Judéia por Claudio, as dificuldades com os judeus eram dadas como certas. Os problemas eram por questões religiosas que envolviam a vida pessoal de Tibério: naquele tempo ele foi acusado de abandonar a fé judaica (JOSEFO, 1990 p. 460).

Como se percebe, o problema da fome que levou Paulo a iniciar a campanha em favor dos cristãos da Judéia não foi ocasionado apenas por um motivo, mas sim por diversas situações. A complexidade da situação política e administrativa que ocorreu no império no tempo de Claudio leva à conclusão de que o período difícil durou um longo tempo. No entanto, no seio da comunidade cristã havia outras circunstâncias que levavam a situação a ficar mais difícil e isto estava relacionado a crenças e a comportamentos no seio da comunidade.

3.1.2 A comunidade cristã em Jerusalém aguardava a volta de Cristo como o Messias

O agravamento da condição econômica da comunidade cristã na Judéia deu-se pela expectativa iminente da volta de Cristo. Isso fez com que alguns cristãos vendessem ou dessem tudo o que possuíam (PLUMMER, 1903, p. 74).

⁷ Num estudo a respeito da importância do Egito para Roma, apresentado por Erkamp (2005, p. 225 et. seq.) afirma que o Egito era um importante produtor para a capital do império, fornecendo cerca de 134.400 toneladas de grãos que abasteciam dois terços daquela cidade. Levando-se em consideração que Plínio, o jovem, afirmou que Roma só conseguia se alimentar graças ao Egito, conclui-se que o período foi difícil diante da escassez de produção na região do Egito.

Blomberg (apud Haenchen, 1971 p. 261) escreve que muitos cristãos convertidos haviam decidido ir a Jerusalém para serem sepultados lá ou próximo àquela cidade pelo aspecto espiritual que ela representava para os cristãos daquela época. Assim, o problema das viúvas helenistas⁸ que não recebiam a sua porção diária era maior do que o texto apresenta, pois eram estrangeiras que haviam perdido seus maridos e estavam dependentes da comunidade cristã de Jerusalém.

A volta iminente de Cristo era tema constante naquele tempo. De fato o Novo Testamento apresenta críticas com relação ao envolvimento tão radical e, ao mesmo tempo tão inconsequente com relação à crença de que o Reino de Deus seria estabelecido em breve por Cristo em sua segunda vinda. O texto de 2 Tessalonicenses 3.10-12⁹ é relacionado a esse fato: cristãos paravam de trabalhar por acreditarem que a volta de Jesus ocorreria em pouco tempo. No entanto, naquela época o desejo de estar preparado e ainda se encontrar com Jesus exatamente no lugar em que ele havia ido levava pessoas a se mudarem para Jerusalém.

3.1.3 Havia discriminação no seio da comunidade cristã de Jerusalém

Havia a perseguição dos cristãos ricos diante dos novos convertidos na comunidade e Plummer (1903, p. 74) relacionou riqueza e pobreza deduzindo que os que já viviam em Jerusalém estavam em melhores condições que os membros da comunidade cristã que vinham oriundos de outros lugares. Dificuldades internas são percebidas na chamada “Igreja Primitiva”: a passagem de Atos 6.1¹⁰ mostra que os problemas envolviam discriminação e preconceito: o texto bíblico

⁸ Viúvas helenistas: Termo usado no NT para judeus nascidos em terras estrangeiras e que falavam grego.

⁹ 2 Tessalonicenses 3.10-12: “Porque, quando ainda convosco, vos ordenamos isto: se alguém não quer trabalhar, também não coma. Pois, de fato, estamos informados de que, entre vós, há pessoas que andam desordenadamente, não trabalhando; antes, se intrometem na vida alheia. A elas, porém, determinamos e exortamos, no Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando tranquilamente, comam o seu próprio pão”.

¹⁰ Atos 6.1 “Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária”.

mostra que internamente a comunidade cristã enfrentava problemas no tocante a diferenças étnicas entre helenistas e hebreus¹¹.

Sobre o caso citado em Atos 6.1 Blomberg (2009 p. 167) registra que os problemas começavam pela diferença da língua. Aliado a esse fato estava o aspecto de que todos os apóstolos eram representantes da ala hebraica da igreja. Essa situação fazia com que alguns se sentissem desprestigiados e, segundo Blomberg “passavam despercebidos, particularmente se as finanças eram apertadas e as responsabilidades, pesadas” (2009 pp. 167, 168). Os líderes da Igreja, no entanto, identificando a situação, logo procuraram uma solução para o problema.

Dificuldades envolvendo judeus e gentios convertidos ao cristianismo também aconteciam sob aspectos doutrinários. O primeiro concílio ilustra a situação de conflito em que viviam os cristãos daquele tempo quando o tema era a conversão de gentios ao cristianismo, conforme se lê em Atos 15.1-6:

Alguns indivíduos que desceram da Judéia ensinavam aos irmãos se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos. Tendo havido, da parte de Paulo e Barnabé, contenda e não pequena discussão com eles, resolveram que esses dois e alguns outros dentre eles subissem a Jerusalém, aos apóstolos e presbíteros, com respeito a esta questão. Enviados, pois, e até certo ponto acompanhados pela igreja, atravessaram as províncias da Fenícia e Samaria e, narrando a conversão dos gentios, causaram grande alegria a todos os irmãos. Tendo eles chegado a Jerusalém, foram bem recebidos pela igreja, pelos apóstolos e pelos presbíteros e relataram tudo o que Deus fizera com eles. Insurgiram-se, entretanto, alguns da seita dos fariseus que haviam crido, dizendo: É necessário circuncidá-los e determinar-lhes que observem a lei de Moisés. Então, se reuniram os apóstolos e os presbíteros para examinar a questão.

As opiniões divergiam quanto à conversão, pois os judeus convertidos ao cristianismo entendiam que os gentios deveriam guardar os mesmos rituais que eles guardavam a fim de serem salvos. Por muito tempo a comunidade enfrentou o dilema de um cristianismo sem as práticas apresentadas no Antigo Testamento, como no caso do ritual cumprido por Paulo ao chegar a Jerusalém¹². Para muitos, o

¹¹ Num sentido estrito, aqueles que moram na Palestina e usam a linguagem do país.

¹² Atos 21.18-26: “o dia seguinte, Paulo foi conosco encontrar-se com Tiago, e todos os presbíteros se reuniram. E, tendo-os saudado, contou minuciosamente o que Deus fizera entre os gentios por seu ministério. Ouvindo-o, deram eles glória a Deus e lhe disseram: Bem vês, irmão, quantas dezenas de milhares há entre os judeus que creram, e todos são zelosos da lei; e foram informados a teu respeito que ensinas todos os judeus entre os gentios a apostatarem de Moisés, dizendo-lhes que não devem circuncidar os filhos, nem andar segundo os costumes da lei. Que se há de fazer, pois? Certamente saberão da tua chegada. Faze, portanto, o que te vamos dizer: estão entre nós

verdadeiro cristianismo envolvia práticas judaicas. Desta forma, os conflitos internos se evidenciavam na comunidade cristã de Jerusalém, onde os judeus da comunidade cristã acabavam por discriminar os gentios convertidos ao cristianismo.

3.2 QUEM PARTICIPOU DA COLETA

Sabe-se que a campanha da coleta foi realizada pelo apóstolo Paulo no final do seu ministério. Ele tratou sobre o tema cumprindo o compromisso assumido diante dos líderes da Igreja quando foi reconhecido pela comunidade de Antioquia (Gálatas 2.9,10). Diante disso, empreitada foi levar adiante o acordo feito junto às igrejas com as quais tinha contato.

Muitos pesquisadores como Bortolini (1992, p.10) relacionam a pobreza com os cristãos que viviam em diversas regiões do império naquele tempo, incluindo aqui as comunidades paulinas. No entanto, deve-se analisar os conceitos de rico e pobre não segundo os padrões atuais, mas de acordo com a realidade da época. Para isso, Stegemann contribui para esclarecer o assunto.

Na análise que se faz da pobreza, é importante ser observado o conceito de pobre no primeiro século, a fim de se compreender melhor determinadas expressões e palavras do Novo Testamento. A forma de se estudar a estratificação social no início da era cristã é apresentada por Stegemann não como dois simples estratos sociais que englobavam basicamente a elite e os pobres, mas comenta que dentro dos dois segmentos havia níveis de “grupos sociais”. Assim ele denomina os grupos de Estrato superior e grupos de Estratos inferior (2004 p. 88).

quatro homens que, voluntariamente, aceitaram voto; toma-os, purifica-te com eles e faze a despesa necessária para que raspem a cabeça; e saberão todos que não é verdade o que se diz a teu respeito; e que, pelo contrário, andas também, tu mesmo, guardando a lei. Quanto aos gentios que creram, já lhes transmitimos decisões para que se abstenham das coisas sacrificadas a ídolos, do sangue, da carne de animais sufocados e das relações sexuais ilícitas. Então, Paulo, tomando aqueles homens, no dia seguinte, tendo-se purificado com eles, entrou no templo, acertando o cumprimento dos dias da purificação, até que se fizesse a oferta em favor de cada um deles”.

Stegemann sugere que o Estrato superior era de 1 a 5% do total da população do império romano e ele os denomina *Estrato superior urbano* devido ao fato de que essa parcela da população vivia basicamente nas cidades (2004 pp. 98, 99). Para ele, o que definia uma pessoa no Estrato superior ou inferior era a forma como subsistia: se necessitasse obter, pelo seu trabalho, o sustento de sua vida e de sua família, então essa pessoa pertenceria à camada inferior. Numa situação melhor analisada, é possível afirmar que o segmento pertencente ao Estrato inferior dependia do trabalho para assegurar a sua sobrevivência devido essencialmente a pouca ou nenhuma posse (2004 p. 90).

Guevara (1985 p. 251) afirma que a paz promovida por Augusto beneficiou principalmente o Império na parte oriental inclusive no aspecto econômico¹³. No entanto, houve uma regressão social principalmente nos estratos inferiores, fazendo com que a pessoa mais rica era mesmo imperador. As riquezas estavam concentradas nas mãos de poucos e os camponeses pequenos e médios normalmente acabavam na escravidão.

Sobre os grupos de Estrato inferior Stegemann os divide em cidadãos e rurais (2004 pp. 90,91). A distinção entre cidade e campo deve ser observada na medida em que o custo de vida urbano era diferente do rural e de acordo com o lugar em que viviam (cidade ou campo), os valores eram maiores ou menores. Aqueles que não conseguiam o mínimo para sobreviver, de acordo com a realidade em que estavam inseridos (vida urbana ou campesina) eram considerados absolutamente pobres (2004 pp. 105, 106).

Os grupos de Estrato inferior são ainda divididos em relativamente pobres/relativamente abastados e os absolutamente pobres (STEGEMANN, 2004

¹³ Em todos os lugares dominados por Roma, a atitude era a mesma: colocar sobre os subjugados, romanos que pudessem manter a ordem e as guarnições romanas, que permaneciam em pontos estratégicos como as cidades, por exemplo. No decorrer desse processo havia também benefícios às cidades por todo o império, que faziam com que os moradores observassem vantagens para se estar debaixo da autoridade romana (SÁNCHEZ, pp. 113-114). Essa era a chamada *pax romana*. No entanto, havia um alto preço a ser pago por essa estrutura e ambiente pacificado. O enriquecimento de uns poucos em detrimento de muitos que pagavam caro para viver, além dos altos tributos cobrados das cidades que tinham sua proteção salvaguardada por Roma. WENGST (1991, p. 23) descreve *pax romana* como o resultado produzido a ferro e fogo [...] que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito.

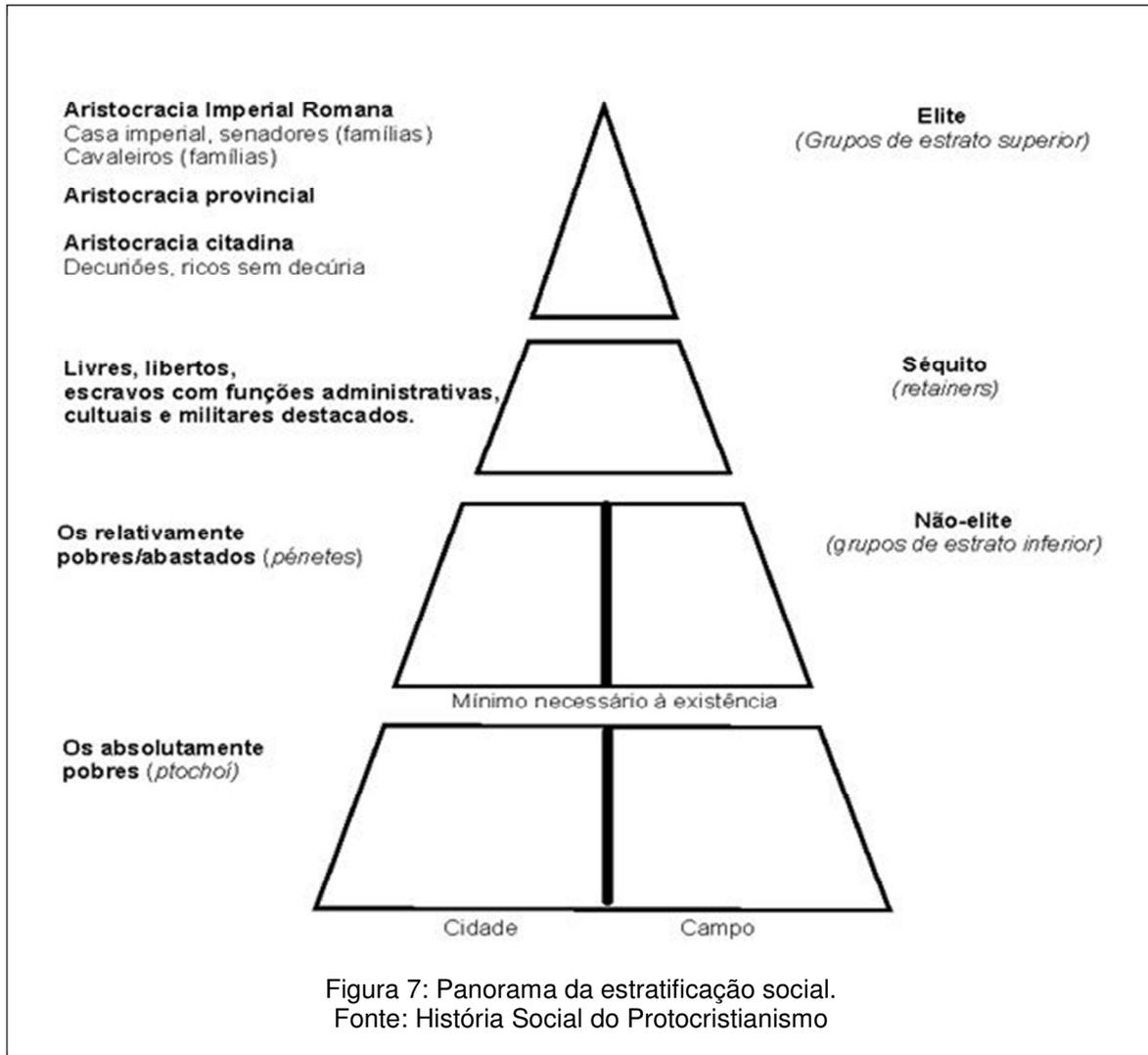
pp. 90,1). No primeiro grupo encontravam-se aqueles que tinham condições de manter-se de forma satisfatória, tinham como providenciar moradia, alimentação e vestuário adequados. No entanto, ao serem comparados com os estratos ricos, os artífices e comerciantes aparentavam uma situação degradante (STEGEMANN, *et al* 2004 p. 110). No segundo segmento, encontravam-se conforme afirma Stegemann (2004 p. 92):

[...] pessoas que viviam à beira ou abaixo do mínimo necessário à existência, ou seja, que apresentam uma carência fundamental de todos ou de alguns bens necessários à garantia da subsistência (alimentação, moradia, vestuário).

A situação destas pessoas era humilhante. Os miseráveis eram aqueles que tinham fome, vestiam apenas farrapos, encontravam-se desprovidos de moradia e esperança (STEGEMANN, *et al.*, 2004 p. 114). Viviam na mendicância. Aqui se incluíam os órfãos e as viúvas, mas também os doentes crônicos e aqueles que tinham alguma deficiência física ou doença como a lepra. Eram também aqueles que sequer possuíam uma morte digna, uma vez que em Roma os escravos públicos removiam cadáveres das ruas porque suas famílias não tinham condições de arcar com as despesas de um funeral (STEGEMANN, 2004, pp. 114, 115).

Stegemann afirma que a alimentação dos miseráveis era composta basicamente de pão e azeite e, quando possível, verduras e ovos. Em tempos de necessidade, a este segmento não restava alternativa senão comer grama e raízes (2004 p. 116).

Pela proposta dos estratos sociais, apresentada por Stegemann, o quadro a seguir ajuda a ilustrar a opinião dele a respeito de como a sociedade se encontrava estratificada:



O quadro acima apresentado por Stegemann tem em comum com os demais autores o fato de que uma minoria ocupava o topo da pirâmide social, enquanto que a maioria da população do império vivia na pobreza ou, conforme ele mesmo apresenta, na miséria, sem condições de subsistência.

Conforme tratado anteriormente, as comunidades paulinas tinham elementos de todos os estratos sociais e isso é importante para que se conheça um pouco melhor quanto à condição social daqueles que se envolveram na campanha iniciada pelo apóstolo Paulo.

3.2.1 As Igrejas iniciadas pelo apóstolo Paulo.

O ministério de Paulo foi amplo e envolveu muitas cidades através das viagens missionárias que realizava. Ele chegou a escrever que já não tinha mais para onde ir, pois os lugares estratégicos haviam sido alcançados com a mensagem que ele anunciara. De fato, quando Paulo retornou a Jerusalém com o fruto da campanha que fez junto às comunidades por ele iniciadas, ele o fez na companhia de pessoas de nações diferentes, conforme se lê em Atos 20.4: “[a Paulo] Acompanharam-no até à Ásia: Sópatro, de Beréia, filho de Pirro, Aristarco e Secundo, de Tessalônica, Gaio, de Derbe, e Timóteo, bem como Tíquico e Trófimo, da Ásia”.

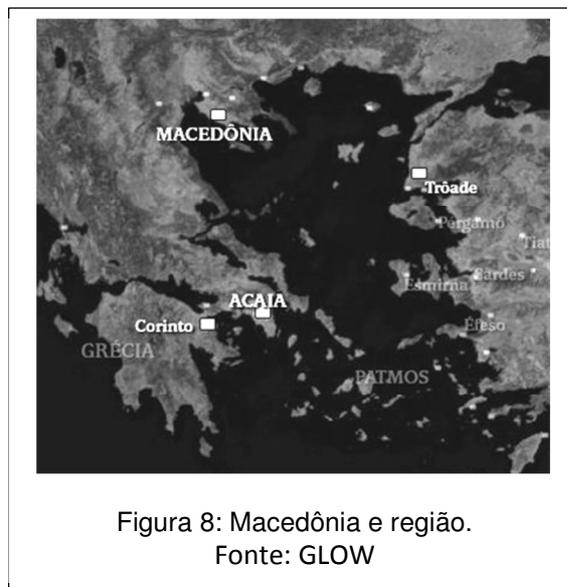


Figura 8: Macedônia e região.
Fonte: GLOW

Paulo optava por trabalhar em cidades estratégicas, porque a partir destas a mensagem podia ser anunciada em outras regiões (BOOR, et al., 2007 p. 19). Estes lugares tinham uma boa rede de comunicação com outros lugares, o que facilitaria o acesso e a difusão da mensagem aproveitando, inclusive, os meios de comunicação estabelecidos pelo império, mais especificamente as estradas (AKASHEH, 2000 p. 100). Tendo este princípio, os lugares investidos pelo apóstolo não seriam, necessariamente cidades populosas ou as capitais das províncias, mas aquelas que ofereciam melhor condição de expansão da mensagem (ECHEGARAY, 2002 p. 67). Outras razões apontadas por Akasheh (2000, pp. 101,102) para a

escolha de cidades estratégicas seriam a mente aberta às novas propostas religiosas destes centros, a facilidade de encontrar sustento quando fossem realizadas grandes viagens e a facilidade de comunicação na língua grega, uma vez que nas cidades menores e com menos projeção havia a língua regional, desconhecida do restante do império.

Quanto à coleta levada adiante por Paulo, há a descrição do levantamento de ofertas entre os cristãos de três regiões das quatro onde o apóstolo havia estabelecido comunidades: a região denominada Galácia (1Coríntios 16.1-3), a região da Macedônia (1Coríntios 8.1-5) e a Acaia (2Coríntios 9.1,2).

Na Galácia, Paulo fundou as igrejas de Listra, Derbe, Icônio e Antioquia da Psídia (Atos 14.21); na região da Macedônia, Paulo organizou três comunidades: Filipos, Tessalônica e Beréia; a região de Acaia compreendia a Igreja de Corinto e de Cencreia. Esta última, a despeito de não ser listada como Igreja estabelecida por Paulo, tem referência em Romanos 16.1 e em 2Coríntios 1.1 e é a única citada na região, além de Corinto.

Em sua primeira viagem missionária, Paulo chega à região da Galácia. Ferreira (2005 p. 15) afirma que não houve uma influência tão grande do helenismo na região como em outras partes do império. A afirmação se comprova com o fato de que tanto o celta como o grego eram falados na região, sendo este último como segunda língua.

A cidade de Antioquia da Psídia tornou-se a sede da administração civil e militar da província romana da Galácia Meridional. Com a sua malha viária ligando a cidade a outras colônias romanas na região, tornou-se um lugar estratégico. A cidade era proeminente à época diante das ruínas que se encontram nos dias de hoje: o aqueduto, os pórticos da Acrópole e o templo dedicado a Augusto (FABRIS, 2008, pp. 209, 210).

Na região, Listra e Derbe eram denominadas colônias romanas (DOUGLAS, 1991 p. 646). Isto significa que os cidadãos da capital do império que

viviam ali tinham a responsabilidade de promover os interesses romanos naquele lugar. Veteranos do exército passaram a viver com a população local e a cidade se tornou um centro militar. A região passou por um desenvolvimento considerável depois destas medidas, recebendo inclusive estradas, que se tornaram estratégicas a fim de romanizar a Galácia (BRUCE, 2003 p. 158).

Em termos econômicos, o que se pode constatar a respeito da região é a conclusão da análise realizada nas pedras tumulares, que contam um pouco a respeito da vida dos que partiram. Pelos desenhos que ali foram encontrados observa-se a importância da lã de carneiro para a região no primeiro século, assim como as figuras de desenhos de picaretas, podadeiras, videiras ou cachos de uvas, mostrando também a relevância da viticultura na economia da região. Ferreira (2005 p. 18) diante do que constatou, entende que o vinho deve ter enriquecido a muitos na Galácia ou, pelo menos, ajudado na sobrevivência básica de muitos moradores das vilas. Outras figuras encontradas no túmulo foram o desenho de trigo e junta de bois puxando o arado. Assim, percebe-se que a região era movida pela pecuária de pequenos rebanhos com os seus derivados, particularmente a lã, e pela agricultura baseada na viticultura e no cultivo de cereais. A população era de estilo rural e agrícola.

Echegaray (2002 p. 45) informa que a Macedônia, antes de Claudio ser o imperador, era província imperial e depois se tornou província senatorial¹⁴. Ali se encontravam as igrejas de Tessalônica, Filipos e, provavelmente, uma Igreja em Beréia, conforme citação de Atos 20.4 (Kruse, 1994 p. 160). As informações desta região apresentam prosperidade. Blomberg (2009 p. 192) afirma que a região era relativamente próspera no ano 50 d.C. embora não tanto quanto Corinto ou a província de Acaia.

¹⁴¹⁴ As regiões do império eram divididas em: províncias senatoriais e imperiais. As primeiras eram administradas por pessoas nomeadas procônsules. Eram regiões pacificadas e que aceitavam com facilidade o domínio romano, bem como sua cultura e costumes, ao contrário das províncias imperiais, que necessitavam de forte presença militar para manter a paz. Estas últimas normalmente ficavam nas regiões fronteiriças do império. Echegaray (2002 p. 47) fala ainda de uma variante dessas províncias imperiais: eram as procuratorianas. Também dependentes do imperador, seus governos não pertenciam à ordem senatorial e sim à ordem dos cavaleiros. Eram administradas por oficiais militares veteranos que não tinham acesso às altas magistraturas, embora colocados em postos-chave da administração técnica. O procurador destas não exercia autoridade sobre as legiões.

A primeira cidade da província da Macedônia que recebeu a visita do apóstolo Paulo foi Filipos. Martin (1985, pp. 16, 17) informa que a cidade de Filipos havia auxiliado Octávio Augusto em uma batalha contra Antonio¹⁵ e por isso, no ano de 42 a.C. recebeu alguns benefícios como, em determinadas ocasiões a isenção de determinados tributos e impostos, além do privilégio do *ius italicum*. Este título fazia com que determinadas leis os considerassem cidadãos em solo italiano, com todos os direitos que a lei garantia.

Ainda sobre a cidade de Filipos, Hale (1983 p. 283) além de observar a situação privilegiada que ela tinha diante do império romano, comenta que:

Porque ela era uma colônia romana, seus cidadãos desfrutavam de todos os privilégios de um cidadão romano e faziam a maioria das coisas imitando Roma, e sua característica principal era o orgulho da cidadania romana (cf. At. 16:21). Eles se vestiam à moda de Roma, falavam a língua de Roma, e toda a sua economia e lei eram baseadas num padrão romano. Filipos era uma Roma em miniatura, os cidadãos eram romanos que moravam num país estrangeiro (cf. Fil. 3:20).

Desfrutando também das vantagens da *via egnatia*, Filipos era uma cidade que reunia as condições para ser bem tratada por Roma¹⁶ como, por exemplo, o fato de ser uma colônia de repouso de oficiais de fim de carreira criada por Octávio em 30 a.C. (ECHEGARAY, 2002 p. 94). Pela época de Paulo, embora começasse a perder sua importância, como o fechamento das minas Filipos ainda era uma importante cidade militar e comercial (HALE1983 p. 283). Como se percebe, as questões econômicas, políticas e militares favoreciam o envolvimento cada vez mais intenso da cidade com o império.

¹⁵Marco Antonio era Cônsul nos tempos de Júlio César. Com a morte deste, Antonio assumiu o império. No entanto, semanas depois descobriu-se que Octávio Augusto era filho adotivo de César (ele era, na verdade, neto da irmã de Júlio César). O que aconteceu a seguir foi a luta para ter o direito ao governo do império.

¹⁶ Em Atos 16.12 está escrito sobre Filipos: “[...] cidade da Macedônia primeira do distrito e colônia.” A descrição que se encontra no livro de Atos é confusa devido ao texto grego que lhe corresponde (MARTIN, 1985 p. 15). No entanto, sabe-se que a Macedônia se dividia em quatro subprovíncias com “uma primeira cidade” em cada uma delas. Martin (1985, p. 16) traduz o trecho como: “cidade importante da Macedônia”.



Figura 9: Via Egnatia.
Fonte:GLOW

Sobre a comunidade que Paulo deixou em Filipos, Blomberg (2009 p. 204) e Lopes (2007, pp. 18,19) concluem não apenas pelos textos bíblicos, mas também pelas pesquisas extra-bíblicas que esta era composta por um grupo mesclado etnicamente. Ambos os autores citam as mesmas passagens para justificar suas conclusões: o nome Lídia provavelmente se referisse a uma mulher de Ludos ou Lude, nome antigo da região costeira situada entre Éfeso e Pérgamo. No tempo do Novo Testamento era parte da província romana da Ásia (KASCHEL, 1999). Como comerciante, era uma pessoa de posses (Atos 16.12-15); a mulher possuída por um espírito adivinhador (Atos 16.16-18) pertencia à região e era escravizada pelos seus senhores; finalmente o carcereiro (Atos 16.27-34), que era de Roma e possuía uma condição social razoável. Como se percebe, a condição social desta comunidade envolvia também pessoas de economia considerada boa.

Quando Paulo se refere aos macedônios, ele utiliza expressões que os apresentam como miseráveis. No texto de 2Coríntios 8.2 lê-se: “porque, no meio de muita *prova de tribulação*, manifestaram *abundância de alegria*, e a *profunda pobreza deles* superabundou em grande riqueza da sua *generosidade*”. A expressão *prova (dokime) de tribulação (Tliphis)* pode ser analisada da seguinte forma: a palavra *dokime* é traduzida por experiência extremamente desfavorável (NEWMAN

2011); *Tliphis* é traduzido por: problema, preocupação, situação difícil, sofrimento (NEWMAN, 2011). Paulo observava que os macedônios, a despeito de passarem por uma situação deplorável, estavam dispostos a ajudar.

Aqui se encontra uma contradição: se a Macedônia se encontrava em uma situação privilegiada em termos políticos e econômicos, e se a comunidade de fieis era mesclada e, até mesmo, em determinadas comunidades alguns tinham uma situação econômica privilegiada como foi observado anteriormente, Por que Paulo trata aquela comunidade como pobres miseráveis (*ptocheia*)?

Blomberg (2009 p. 192) afirma que havia o problema da perseguição aos cristãos, que acabava por lhes trazer problemas de natureza econômica. Boor (2004 p. 423) é da mesma opinião: “Se os cristãos eram malquistos na cidade, desprezados, odiados, também eram boicotados economicamente e com grande dificuldade encontravam fonte de renda”.

No entanto, Meeks (2011 p. 152) considera que a expressão utilizada por Paulo em 2Coríntios 8.2¹⁷ para classificar os macedônios não deve ser usada literalmente, uma vez que 2Coríntios 9.2-4¹⁸ sugere que Paulo também utilizou argumentos semelhantes ao citar o exemplo dos cristãos de Corinto diante dos macedônios. Além disso Meeks (1992 p. 109) escreve:

“Paulo [que] tivera o cuidado em não aceitar o apoio monetário dos coríntios, aceitou-o mais de uma vez dos macedônios (2Coríntios 11.9; Filipenses 4.14-19”. Desta forma, a pobreza deles pode ser parcialmente hipérbole ocasionada pela estrutura da retórica de Paulo em 2Coríntios 8.

O que Meeks afirma é que a situação econômica da comunidade da Macedônia era inferior à da comunidade de Corinto e ainda assim eles participaram da coleta. Para ele, a citação feita por Paulo tinha como objetivo a comparação e o estímulo à participação.

¹⁷ 2Coríntios 8.2: porque, no meio de muita prova de tribulação, manifestaram abundância de alegria, e a profunda pobreza deles superabundou em grande riqueza da sua generosidade.

¹⁸ 2Coríntios 9.2-4: “porque bem reconheço a vossa presteza, da qual me glorio junto aos macedônios, dizendo que a Acaia está preparada desde o ano passado; e o vosso zelo tem estimulado a muitíssimos. Contudo, enviei os irmãos, para que o nosso louvor a vosso respeito, neste particular, não se desminta, a fim de que, como venho dizendo, estivésseis preparados, para que, caso alguns macedônios forem comigo e vos encontrem desapercebidos, não fiquemos nós envergonhados (para não dizer, vós) quanto a esta confiança”.

Se os macedônios estivessem em situação literalmente deplorável, como ele escreve, utilizando a expressão miserável, aquele que não tinha sequer para si próprio, é bem provável que o apóstolo não aceitaria ofertas de quem menos tinha por mais de uma vez (cf. Filipenses 4.15,16¹⁹).

Outra cidade visitada por Paulo foi a cidade de Tessalônica, definida como um “centro comercial de primeira grandeza no quadro do império romano, dotada de um dos maiores portos do mar Egeu, ligando-se pela *via Egnatia* com a Itália (ao ocidente) e com o estreito de Bósforo ao oriente” (Barbaglio, 1989 p. 64).

Tessalônica desenvolveu-se devido a dois fatores: o porto e a *via Egnatia* (BOOR, et al., 2007 p. 19). Boor afirma que, para a realidade da época, Tessalônica era uma metrópole. Era a capital da Província da Macedônia e a sede do Procônsul. Sob o aspecto religioso os cultos eram diversos: desde celebração ao panteão romano até aos egípcios, passando pelas divindades locais da Trácia (Barbaglio, 1989 p. 64).

Quanto à condição social daquela comunidade de fieis, Atos 17.4 menciona mulheres da alta sociedade. Barbaglio (1989 p. 68) questiona a narrativa lucana e prefere considerar que havia um grande grupo de pessoas que era composto por trabalhadores manuais (cf. I Tessalonicenses 4.11), pertencentes, desta forma, aos segmentos mais populares da cidade: escravos e trabalhadores braçais do porto e pequenos artesãos. Ainda segundo ele, “a comunidade cristã era composta principalmente por pessoas do ‘povinho’, por gente de baixa condição social” (1989 p. 68).

No entanto, é importante considerar que havia pessoas com situação econômica favorável, uma vez que quando Jason foi preso, estes mesmos tiveram condições de pagar a fiança estipulada (Atos 17.4-9). Desta forma, ainda que houvesse na comunidade aqueles que pertenciam às classes mais humildes da sociedade, também havia os que estavam em uma boa condição econômica e

¹⁹ Filipenses 4.15,16: “E sabeis também vós, ó filipenses, que, no início do evangelho, quando parti da Macedônia, nenhuma igreja se associou comigo no tocante a dar e receber, senão unicamente vós outros; porque até para Tessalônica mandastes não somente uma vez, mas duas, o bastante para as minhas necessidades.”

social. Além disso, o fato de haver a “casa de Jasão”, citada em Atos 17, também mostra que a comunidade era composta de pessoas abastadas²⁰.

As informações de que dispomos a respeito da terceira cidade da Macedônia visitada por Paulo não são muitas, conforme relatado em Atos 17.10,11:

E logo, durante a noite, os irmãos enviaram Paulo e Silas para Beréia; ali chegados, dirigiram-se à sinagoga dos judeus. Ora, estes de Beréia eram mais nobres que os de Tessalônica; pois receberam a palavra com toda a avidez, examinando as Escrituras todos os dias para ver se as coisas eram, de fato, assim.

Beréia era uma cidade pequena com uma colônia de judeus (ECHEGARAY, 2002 p. 96). Douglas (1991 p. 204) a define como “Moderna cidade” e “centro próspero”. Conforme dito anteriormente, pouco se sabe dessa igreja que ali permaneceu. A informação de Douglas sobre a cidade pode ser deduzida pela escolha que Paulo fazia das cidades (os lugares estratégicos). A única informação registrada pelo escritor de Atos relata que pessoas de alta posição creram no evangelho (Atos 17.12). Alguns comentaristas, como Bruce, sequer citam a cidade e o que aconteceu na ocasião, passando de Tessalônica a Atenas.

A situação que os crentes da Macedônia viviam também é relevante. Em 2Coríntios 8.1-5 lê-se que eles passavam por um momento de dificuldade, mas ainda assim desejaram se envolver na coleta auxiliando aqueles que passavam por provações. Barbaglio sugere que as privações pelas quais atravessavam não eram apenas pela perseguição, conforme descrito em 2Coríntios 8.2, mas porque era a condição geral do território macedônio (1989 p. 460). No entanto, não é possível considerar-se esta possibilidade diante da situação política e econômica citada anteriormente. Para Plummer (1903, p. 76) a dificuldade pelas qual passavam os macedônios era devido aos altos tributos cobrados pelos romanos. Kruse (1994, p. 160) justifica a situação pela organização difícil que tiveram como igreja. Apesar disso, participaram da coleta (Kruse, 1994, p. 161). As igrejas da Macedônia participaram da coleta com um coração agradecido que mirava o Senhor e as necessidades dos irmãos (Bonnet, et al., 1982, p. 373).

²⁰ Meeks (2011, p. 166) considera que este era um dos indícios de situação social favorável.

Pela realidade da época e pelas cartas escritas em épocas diferentes, conclui-se que a campanha da coleta conduzida pelo apóstolo durou muito tempo e, conforme Barbaglio (1989, p. 453), foi realizado em diversas fases e teve como objetivo auxiliar os necessitados.

3.2.2 A comunidade de Corinto

Sabe-se que a comunidade de Corinto, na região da Acaia também foi convocada a participar desta campanha. Nas suas cartas, Paulo enfatizou a importância da doação aos necessitados de Jerusalém. Ainda que determinados autores sugeriram que a campanha foi levada adiante apenas pelos membros mais abastados da comunidade²¹, não há nenhuma citação ou referência a uma ação exclusiva de determinadas pessoas nesse ato. Além disso, em 2Coríntios 9.7 está escrito:

Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria. Deus pode fazer-vos abundar em toda graça, a fim de que, tendo sempre, em tudo, ampla suficiência, superabundeis em toda boa obra.

O texto sugere o envolvimento de qualquer pessoa, sem considerar suas posses. Além disso, se a participação redundava em bênçãos (cf. 2Coríntios 9.7,8, 11, 13, 14), Paulo não iria sugerir que uns recebessem a graça de Deus enquanto outros não. Por estes motivos conclui-se que todos foram convocados a fazer a sua parte.

Sobre as comunidades iniciadas por Paulo e aquelas onde ele promoveu a campanha da coleta, Meeks (2011, p. 165) afirma que não é possível delimitar a condição social destes grupos, porém se observa a união de pessoas de diversas camadas sociais sem, no entanto, encontrarmos as extremidades superior e inferior do mundo daquela época: não se fala de senadores ou proprietários de

²¹ Autores se baseiam no texto de 2Coríntios 8.11, 12: “Completai, agora, a obra começada, para que, assim como revelastes prontidão no querer, assim a leveis a termo segundo as vossas posses. Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem e não segundo o que ele não tem.” E em 2Coríntios 8.14: “suprindo a vossa abundância no presente a falta daqueles, de modo que a abundância daqueles venha a suprir a vossa falta, e, assim, haja igualdade”.

terras, mas também, conforme assegura Meeks, “não há evidências específicas da presença de desprovidos totalmente, ou quase”, embora ele não descarte a possibilidade (2011, p. 165, 66).

3.3 A SOLIDARIEDADE EM 2CORÍNTIOS 8 E 9

O apóstolo Paulo foi um promotor da assistência aos cristãos da Judéia. Como se sabe, em todas as regiões por onde passou ele levantou recursos com o intuito de ajudar aqueles irmãos que passavam por situação difícil em Jerusalém. Havia recebido da parte dos líderes da Igreja a incumbência de se lembrar dos pobres e necessitados o que ele havia se esforçado por fazer, conforme escreve em Gálatas 2.9,10. Desta forma, Paulo tinha motivos para apresentar àquela comunidade a oportunidade de abençoar os cristãos da Judéia. A Acaia era uma região rica, conforme se observou anteriormente, assim como eram outras regiões por onde ele havia estabelecido as comunidades cristãs. Além do mais, haviam sido abençoadas pelos cristãos de Jerusalém.

A coleta levada a cabo por Paulo junto às comunidades que ele havia fundado tem características relevantes que mostram a teologia da solidariedade apresentada pelo apóstolo. Estas devem ser referenciais para aqueles que desejam ajudar as pessoas que estão ao seu redor. No caso de Paulo, a ajuda foi para “os santos”, como Paulo denominava os cristãos de um modo geral e, neste caso especificamente, os convertidos da Judeia. Pelo estudo do texto bíblico de 2Coríntios 8 e 9, o que se pode concluir com relação à coleta e atos de solidariedade é o que segue.

3.3.1 Participação voluntária

O apóstolo estimulou seus leitores a participarem da coleta de forma voluntária. Paulo enfatiza a solidariedade realçando inicialmente a ação voluntária dos macedônios (2Coríntios 8.3,4). Neste texto se percebe a intensidade do desejo que tinham em poder ajudar: “pedindo-nos, *com muitos rogos*, a *graça* de *participarem* da *assistência* aos santos”. Para Kruse (1994, p. 162) a palavra grega *participarem* evidencia a participação em uma entidade maior. A palavra também é traduzida por comunhão, amizade, parceria, contribuição na ajuda (MOUCE, 1993, p. 286).

Ainda sobre a palavra *assistência* (diakonia), Kruse (1994, p. 162) afirma que “[...] seu emprego, aqui, reflete o fato de que a contribuição financeira era entendida como sendo um ‘ministério’ cristão”. Desta forma, a aplicação para as palavras em destaque demonstra que os macedônios entendiam como um favor que lhes era concedido, mas que eles não mereciam tamanho o privilégio, diante da comunhão que demonstravam por estarem a participar da assistência a outros.

Outra ação voluntária citada por Paulo como exemplo para os seus leitores foi a atitude de Cristo (2Coríntios 8.9) que se tornou ser humano para se doar. Trata-se de uma importante passagem que apresenta a glória de Cristo e a sua humilhação ao tornar-se ser humano. Muitos têm relacionado o texto com a mensagem de prosperidade aos filhos de Deus, justificando através do texto que a riqueza material deva ser superabundante nas suas vidas. No entanto, o verso relaciona a pobreza humana de Cristo com a riqueza espiritual que ele trouxe. Cristo se deu voluntariamente por amor às pessoas.

Uma terceira atitude voluntária foi evidenciada pelo apóstolo citando o comportamento de diversos irmãos: Tito, um irmão respeitado pelas comunidades de um modo geral e outro irmão qualificado como zeloso em diversas ocasiões. A palavra *voluntariamente* (*autháiretos*) citada por Paulo significa: “Aquele que escolhe o seu próprio curso de ação; agindo espontaneamente; de sua própria vontade”

(MOUCE, 1993, p. 106). A palavra é formada por *autos* (si mesmo) e por *haireomai* (escolha, auto-escolha) (VINE, et al., 2005, p. 370). Trata-se da mesma palavra utilizada em 2Coríntios 8.3. Isso mostra que com o mesmo interesse em doar demonstrado pelos macedônios, Tito teve o interesse em ir até à comunidade de Corinto.

Diante disto, o que Paulo esperava da parte dos coríntios era uma participação voluntária. Em 2Coríntios 8.8 Paulo continua a estimular a coleta não com a sua autoridade, mas com argumentos que enaltecem tanto a atitude quanto a ação: “Não vos falo na forma de *mandamento*, mas para provar, pela diligência de outros a sinceridade do vosso amor”. A palavra *mandamento* (*Epitagé*) é traduzida por ordem, comando (ZODHIATES, 2000). Paulo não ordena, exige; ao contrário, apela para o sentimento cristão, o comportamento que eles deveriam ter por causa de Cristo (Bonnet et al., 1982, p. 375).

3.3.2 O valor necessário para a participação

A despeito de ser uma colaboração voluntária, elementos poderiam ser definidos para que houvesse a participação na coleta. O que se pode dizer do texto de 2Coríntios 8 e 9 é que houve, de fato, um parâmetro que transcendeu aquilo que pode ser mensurável. A afirmação é baseada no seguinte: em nenhum momento o apóstolo cita valores materiais ou quantia para o envolvimento de qualquer pessoa na coleta que ele levava adiante. Quando ilustrou a situação dos macedônios em 2Coríntios 8.2,3, Paulo citou a doação “[...] na medida das suas posses e [...] acima delas [...]”. Em 2Coríntios 8.12 o apóstolo observa que a oferta “[...] é aceita segundo o que o homem tem, e não segundo o que não tem”. Mais uma vez a citação que Paulo faz é com relação à participação com aquilo que a pessoa pode ofertar, sem citar valores materiais. Como se percebe, nos dois capítulos não há valores mínimos para a participação solidária. O que o apóstolo observa quanto à oferta à comunidade da região de Acaia é que esta deveria ser uma demonstração de generosidade e não de avareza (2Coríntios 9.5) e que a

coleta deveria estar num estágio avançado quando a comissão da Igreja da Macedônia se encontrasse com os cristãos de Corinto (2Coríntios 9.4).

No entanto, há um valor intrínseco definido como parâmetro para a contribuição. Este, porém, não é mensurável e está em diversos textos na passagem de 2Coríntios 8 e 9. Trata-se do valor da intenção, que se encontra intrínseco em cada contribuinte. Observa-se a importância do sentimento pelo seguinte: em 2Coríntios 8.8 Paulo fala da “[...] *sinceridade do vosso amor*”. Ao comentar sobre a segunda parte do texto, Boor afirma que “[Paulo] examinará se o empenho e o amor em Corinto são genuínos e não apenas um amor sem força para ação” (2004 p. 426). Da mesma forma em 2Coríntios 8.12 está escrito: “Porque, se há boa vontade, será aceita conforme o que o homem tem e não segundo o que ele não tem”. A palavra [Boa]²² *vontade* (*prothymia*) traduzida quer dizer: “Pronto, prontidão, presteza de espírito.” (ZODHIATES, 2000). Mais uma vez se observa que a palavra enfatiza o desejo interior, altruísta, que deve estar em cada vida.

Em 2Coríntios 9.7 encontra-se outra evidência de que o valor da intenção é levado em alta consideração. A palavra *proposto* (*proaipeomai*), segundo Luz (2003, p. 639) é traduzida por: “O que se propôs, o que escolheu em seu coração”. Strong vai além: apresentar, trazer para fora daquilo que é seu (STRONG, 2005). A alegria que alcança o coração de Deus é aquela que sai do coração do doador, alegre com a possibilidade de ajudar. Mais uma vez, a participação, para Deus, tem a importância quando vem de um desejo sincero.

Como se percebe, a participação tem como valor definido a vontade e alegria na participação. Trata-se de uma atitude que parte do coração da pessoa que decide ajudar. A quantidade é aquela que é definida pelo sentimento de apoio que brota no interior de cada um. Esse é o mínimo estipulado e aceito pelo apóstolo Paulo, definido em 2Coríntios 8 e 9.

²² A palavra não consta nos originais.

3.3.3 O valor da participação

Diante do fato de que o valor para a participação era definido pelo desejo interior que brotava do coração, qual era o valor dessa participação? A pergunta é no sentido da importância desta na vida daquele que ofertava. Como o apóstolo via esse envolvimento? A resposta se resume a valores espirituais que Paulo apresentava a seus leitores destinatários. Para ele, as comunidades (e mais especificamente a comunidade de Corinto) deveriam compreender que em todo este projeto, o que realmente deveria ser levado em consideração era a forma como Deus via a participação e o envolvimento de cada um. Assim, Paulo apresentou como conseqüência na vida dos crentes de Corinto recompensas em um nível muito além do material.

3.3.3.1 Graça

A palavra graça é escrita oito vezes nos capítulos 8 e 9 de 2Coríntios. É a palavra mais utilizada por Paulo quanto a este tema nesta passagem. Graça (*charis*) tem diversas aplicações nas passagens onde ela aparece nestes textos escritos pelo apóstolo²³. A palavra tende tanto a sugerir “graça de Deus”, como também para a “oportunidade de poder e desejar ajudar, como algo interior”, e ainda como a “oportunidade de auxiliar”. Neste caso, a ajuda demonstrava a fé que se tinha em Deus, pois isso gera o desejo de ser solidário.

Paulo denomina a participação como “graça”. Em 2Coríntios 8.1 está escrito: “Também, irmãos, vos fazemos conhecer a *graça* de Deus concedida às igrejas da Macedônia”. *Graça*: para Strong (2005), a palavra (*charin*) tem diversos sentidos e aqui traduzida tem uma relação de doação, amor e preocupação com o outro. Mostra o amor de Deus manifestado às igrejas da Macedônia permitindo que elas participassem da coleta. Zodhiates (2000) descreve a palavra empregada aqui

²³ 2Coríntios 8.1, 4, 6, 7, 9, 19; 2Coríntios 9.1, 14.

como: “Presente e favor conferindo dons, favores e virtudes no ser humano” Assim, o apóstolo poderia ter escrito no sentido de: “[...] o presente que Deus deu às igrejas da Macedônia”.

A mesma palavra, porém com uma aplicação um pouco diferente, encontra-se na passagem de 2Coríntios 8.4²⁴: “pedindo-nos, com muitos rogos, a graça de participarem da assistência aos santos”. Sobre 2Coríntios 8.4 Kruse (1994, p. 162) destaca o termo *graça* como uma das palavras-chave com relação à coleta: ele ressalta que os macedônios viam como um presente o fato de Paulo lhes conceder a oportunidade de se envolverem nessa campanha para ajudar os crentes de Jerusalém.

O mais forte exemplo de graça citado por Paulo foi o sacrifício de Jesus, que se doou. A oferta espontânea de Cristo mostra que, assim como ele deixou a sua glória para se tornar humano, qualquer um de nós deve se doar por amor. Fazer algo de forma sacrificial pelo outro é seguir o exemplo de Jesus. Barbaglio, afirma que: “O exemplo de Jesus deve servir como referencial àqueles crentes. Assim como Cristo se doou, eles também devem fazê-lo” (1989 p. 463). O propósito da colocação da passagem, conforme Barbaglio, é evidenciar a importância da doação, da oferta. Na atitude de Cristo, ele se deu pelas pessoas e isto foi uma grande demonstração de amor para com o ser humano. Dunn (2008 p. 236) afirma que o texto reflete o caráter do ministério de Cristo como um todo.

Paulo ressalta aqui dois sujeitos distintos: Cristo e os crentes da comunidade de Corinto. O primeiro fez algo em favor dos demais, incluindo aqui a própria comunidade para quem ele escrevia. Eles haviam sido abençoados com a humilhação de Cristo: a salvação havia alcançado aqueles corações. Uma vez que a doação de Cristo lhes havia concedido a graça da salvação, esta doação deveria servir de exemplo para que eles mesmos pudessem doar.

Observa-se que em um primeiro momento Paulo trata da graça vinda dos céus aos macedônios; na segunda vez que a palavra aparece ela se refere à

²⁴ Outro texto em que se percebe a intensidade do desejo e o privilégio da oportunidade (*charis*) que lhes era concedido ao se envolverem neste projeto é 2Coríntios 8.19.

oportunidade de, no plano horizontal (entre as pessoas) poder haver esta cooperação; no entanto, na terceira vez que *charis* surge no texto a analogia é a um convite feito aos crentes da região da Acaia para que se envolvam na coleta: em 2Coríntios 8.7 o apóstolo dirige-se aos crentes a quem se destinava a carta: “Como, porém, em tudo, *manifestais superabundância*, tanto na fé e na palavra como no saber, e em todo cuidado, e em nosso amor para convosco, assim também abundeis nesta graça”. A palavra (*perisseia*) quer dizer ter posses “suficientes para si mesmo” (MOUCE, 1993, p. 370). Balz (1990) traduz a palavra por: “exceder, ter em superabundância, provar ser extremamente rico”. Com estas palavras o apóstolo os lembrava que os coríntios eram extremamente ricos de fé, palavra e sabedoria e os desafiava a também a excederem na bênção de poder ajudar. Se eles tinham para si mesmos, poderiam contribuir com os que careciam.

Há no texto de 2Coríntios 8 e 9 outras vezes em que a palavra “graça” aparece, mas estas estão relacionadas a outros elementos: na passagem de 2Coríntios 8.9, 9.8 e 9.14, por exemplo, a relação é com um presente recebido da parte de Deus, sem uma relação direta com a proposta da participação na coleta.

3.3.3.2 Oportunidade de bênçãos espirituais

Além do privilégio da participação citado anteriormente, Paulo apresenta benefícios para o envolvimento na coleta, o apóstolo afirma que através do investimento em vidas, as vidas dos doadores seriam abençoadas. É importante ressaltar, porém, que a bênção a que ele se refere não são bênçãos materiais e sim bênçãos espirituais.

As expressões que denotam bênçãos espirituais estão na última parte do texto que trata da coleta: 2Coríntios 9.8-14. Aqui o apóstolo afirma que as bênçãos serão amplas e em todas as áreas da vida (2Coríntios 9.10, 11).

Em 2Coríntios 9.11 lê-se: “*Enriquecendo-vos, em tudo, para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus.*” A palavra *enriquecer* (*ploutitzómenoi*), utilizada por Paulo é traduzida por Luz (2003, p. 639) como “sendo enriquecidos”. Mouce (1993, p. 379) traduz por “tornar rico”. A leitura do texto pode sugerir interpretações diferentes e literais, numa referência a valores materiais. Mas Vine (2005, p. 595) afirma que a palavra “é usada metaforicamente para aludir a riquezas ‘espirituais’ em 2Coríntios 9.11”. A ideia em todo o Novo Testamento é de riqueza metafórica, não literal (ZODHIATES, 2000). O Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento (1981, pp. 604, 605) na tradução e análise que faz da palavra nas cartas paulinas comenta que:

Paulo não se interessa pelo entendimento material do termo “riquezas”. Dá-lhe um significado mais profundo, novo, ao aplicá-lo a Deus, a Cristo e à Igreja. A plenitude é característica de Deus, o único que é realmente rico em glória e em graça. Ser rico é uma dádiva escatológica que nada tem a ver com os bens materiais.

Esta palavra se encontra em outras duas passagens distintas no Novo Testamento (1Coríntios 1.5; 2Coríntios 6.10). A utilização que Paulo faz delas nos demais textos tem relação com o que é citado acima: o sentido é mais profundo que simplesmente as riquezas materiais. Blomberg (2009, p. 196) afirma que a palavra grega para “toda” aparece quatro vezes no verso: “‘Toda a graça’, ‘em todas as coisas’, ‘tudo o que é necessário’ e ‘toda boa obra’ são expressões que não podem ser limitadas à esfera financeira, são muito mais amplas que isso”.

A palavra generosidade (*aplóteta*) é traduzida por Strong (2005) como: “não egoísta, sinceridade de coração que se manifesta pela generosidade”. Mouce (1993, p. 87) traduz como: “Liberalidade advinda de simplicidade e franqueza de caráter”. Para Boor (2004, p. 437) “simplicidade” é o termo mais adequado aqui, na medida em que ele se refere ao fato de que a atitude deve ser feita como algo para não ser divulgado, propagado, a ponto de “a esquerda não saber o que de fato a direita faz porque se doa de forma ‘simples’”. Como se percebe, a ênfase dos comentaristas recai sobre a frase final: “[...] sejam tributadas graças a Deus”. A observação que se faz é que através das ofertas, Deus será reconhecido como o maior doador através da comunidade que se propõe a ajudar, sem interesses pessoais de auto-promoção ou auto-reconhecimento.

Destaca-se no texto analisado que em nenhum momento o apóstolo enfatiza os valores, a quantidade arrecadada. O que ele trata, isso sim, é da liberalidade, da vontade de ajudar, de ser solidário. Desta forma, todas as pessoas são chamadas a se envolver e contribuir. Quanto cada um entregou não entra em questão, mas apenas que participou.

3.3.3.3 A identificação dos gentios como Povo de Deus

A coleta simbolizava que a graça da salvação do Pai de Jesus Cristo havia chegado também aos pagãos e que outras comunidades também fariam parte do povo de Deus (BARBAGLIO, 1989, p. 385). Ainda que as igrejas iniciadas no ministério paulino não fossem compostas apenas por gentios, uma vez que estavam fora de Jerusalém, demonstrava que pessoas de outras nações estavam envolvidas com a gratidão a Deus pela salvação recebida através dos judeus. Barbaglio (1989, p. 458) afirma: “Não há dúvida: a coleta não pode ser reduzida a um gesto moralista de esmola. É, ao invés, expressão da graça salvífica de Deus e do Senhor Jesus”. Barbaglio afirma ainda que os judeus haviam ofertado a tradição apostólica e a mensagem da salvação, enquanto que os demais deveriam retribuir atendendo-lhes as necessidades (1989, p. 464).

O fato de haver essa participação mostrava ainda a todos os cristãos que havia uma unidade de fé e ações e que os gentios estavam dispostos a participar da oferta aos judeus convertidos ao cristianismo que viviam em Jerusalém. Barbaglio ressalta que a coleta foi realizada em um mundo pagão (1989, p. 453) e, uma vez considerada toda a interpretação judaica quanto a outros povos naquela época, a participação se tornava ainda mais relevante. Kruse afirma que esta “era uma importante expressão da unidade das seções judaica e gentílica da Igreja” (1994, p. 159). A unidade da comunidade também é a razão apresentada por Dunn (2009, p. 385) para justificar o cuidado a ser demonstrado pelas igrejas onde Paulo realizou o seu trabalho. Elwell (1998, p. 296) afirma que o engajamento no projeto proposto pelo apóstolo reforçava a ideia de interdependência de judeus e gentios no

progresso futuro do reino que Jesus anunciava, mostrando a importância desde cedo da união em um objetivo comum tanto aos judeus quanto aos gentios.

3.4 QUEM RECEBEU AS OFERTAS DESTINADAS À COMUNIDADE CRISTÃ

Paulo estava preocupado com a sua reputação e com o fato de algumas pessoas interpretarem que as ofertas seriam para ele mesmo, ao invés de terem o destino proposto. Desta forma, ele acabou por solicitar a colaboração de outras pessoas neste trabalho. Além disso, ele mesmo os recomendou, conforme se lê em 2Coríntios 8.20-23. Barbaglio, analisando o texto afirma que: “Chega-se inclusive a atribuir ao apóstolo a intenção maquiavélica de usar a coleta para fins personalistas”. (1989, p. 385). Para evitar a má interpretação quanto à participação e o destino das ofertas, Paulo procurou enfatizar que a coleta não era para ele, mas sim para os necessitados de Jerusalém (Bonnet et al., 1982 p. 372). Ao envolver outras pessoas na coleta destinada aos membros da comunidade de Jerusalém, Paulo tinha em mente declarar que os recursos não seriam desviados (Bonnet et al., 1982, p. 375). Desta forma, algumas pessoas recomendadas por Paulo foram adiante dele receber os recursos.

4 A SOLIDARIEDADE DAS IGREJAS BATISTAS NO BRASIL – CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA (CBB)

Segundo a compreensão das Escrituras, a solidariedade deve ser desenvolvida pelos cristãos. Essa deve ser uma preocupação sem envolver interesses pessoais, embora haja o reconhecimento da parte de Deus quanto a um coração solidário, conforme está escrito em 2Coríntios 9.7: “[...] Deus ama ao que dá com alegria.”

Dentre as diversas correntes denominadas cristãs, há diversos segmentos e dentre eles podem ser citados grupos como os evangélicos. Embora cada um tenha a sua linha doutrinária e suas crenças sejam distintos em muitos aspectos, para efeitos de análise são denominados cristãos. Em diversos desses segmentos encontram-se ramificações como, por exemplo, no grupo denominado evangélico: são os presbiterianos, menonitas, metodistas e os batistas, entre outros. Em linhas básicas e gerais pode ser considerado grupo evangélico a comunidade que entende que Jesus Cristo é a única pessoa que leva o ser humano à vida eterna, que tem a Bíblia como única autoridade e que entende que não há outro mediador entre Deus e as pessoas senão Jesus.

No que tange aos batistas, estes também têm grupos distintos, diferenciados essencialmente por pequenos aspectos doutrinários e atualmente mais por sua forma de culto. No entanto, há valores que os batistas, mesmo de convenções diferentes, consideram basilares. Oliveira (2011b, pp. 21 et. Seq.) define como princípios batistas universais:

- a) o batismo: apenas pessoas consideradas salvas se submetem a ele (os batistas acreditam que o batismo não salva), e este é realizado por imersão;
- b) Igreja local e autônoma: cada igreja se administra de forma independente;
- c) liberdade religiosa: todas as pessoas devem ter a liberdade de expressar sua crença;
- d) a separação entre a Igreja e o Estado;

e) as ordenanças: deixadas por Cristo, o batismo e a ceia do Senhor, são simbólicas;

f) o trabalho cooperativo entre as igrejas: este tem como propósito viabilizar que as igrejas batistas alcancem os seus objetivos relacionados à sua missão na terra.

Situações divergentes, principalmente quanto a questões doutrinárias ocorridas no passado¹ dão lugar hoje a um diálogo que pode viabilizar formas diferentes de cooperação entre os batistas². Dentre os diversos grupos existentes hoje no Brasil³, a pesquisa tratará da fundamentação da solidariedade do primeiro grupo a chegar ao Brasil, que deu origem a diversos outros segmentos batistas no país: a Convenção Batista Brasileira (CBB), o mais antigo grupo batista no Brasil. Sua fundamentação quanto à solidariedade será analisada neste capítulo.

4.1 A ORIGEM DAS IGREJAS BATISTAS

Todas as igrejas têm uma história e neste ponto os batistas não são diferentes. Esta denominação teve início fora do Brasil e o seu começo tem análises distintas. Alguns entendem que seus seguidores vêm do tempo dos apóstolos e, portanto, foi fundada por Jesus Cristo. Esta é a chamada teoria Ininterrupta. A referida pressuposição apegase a três jotas (JJJ): Jerusalém, Jordão, João. Apresentam a história dos batistas a começar com João Batista, batizando no rio Jordão. A teoria JJJ relaciona o batismo praticado no Novo Testamento com a prática do batismo por imersão praticada pelas igrejas batistas. Essa teoria JJJ é

¹ Como exemplo para este tipo de situação na década de 1960 os batistas tiveram opiniões divergentes quanto à ação do Espírito Santo e o chamado dom de línguas, acabando por dividir as igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira e surgindo, em 1965, a Convenção Batista Nacional.

² Embora uma possível reunificação não seja a pauta da Aliança Batista Mundial, Fausto Vasconcelos (2012, pp. 8,9) afirma que: “[...] nada impede que as duas [Convenção Batista Brasileira e Nacional] trabalhem dentro da sua própria estrutura, do seu perfil, seus planos, mas que trabalhem juntas, tendo entendimentos múltiplos e diálogos produtivos.”

³ Podem ser citadas outros grupos batistas, não filiados à Convenção Batista Brasileira: Convenção Batista Nacional e Convenção Batista Bíblica. Em 1997, na 78ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, realizada em Salvador, Bahia (BA), a comissão para o registro do nome Batista apresentou a conclusão de seu estudo afirmando que não era permitido o patenteamento do nome “Batista” porque este já era de domínio público. Desta forma, qualquer comunidade pode se reunir e denominar-se “Igreja Batista”.

defendida por Crabtree (1962, p. 29). Ele afirma: “O povo desta fé é mais antigo que o seu nome histórico, porque é da mesma fé e ordem dos cristãos do Novo Testamento. As igrejas apostólicas eram verdadeiramente batistas [...]” O Dr. J. M. Carrol, em sua obra *O Rastro de Sangue*, opúsculo que foi muito difundido no Brasil pelo missionário McNealy, na década de 50 também defendeu a mesma posição. O assunto gerou muito debate e as opiniões se dividiam. No entanto, dada a dificuldade dos historiadores em percorrer o período de tempo considerável desde Jesus até o século XVII, esta acaba por não ter muita aceitação (MACHADO, 1994 p. 19). A respeito da teoria JJJ, Vedder (1977, p. 38) afirma: “Nossa confiança está no Antigo Testamento e não na antiguidade; [...] não em uma genealogia eclesiástica, de nossas ordenanças ou de nosso ministério”. A opinião de Vedder tem relação com a dificuldade em se aceitar a relação entre Cristo e os batistas. Para ele, mais importante são os aspectos doutrinários. Anderson (1978, p.121) afirma: “[...] Convém destacar que [...] há uma grande diferença ‘A história do batismo por imersão e A história de uma denominação batista’”. O autor, no entanto, defende que as doutrinas batistas estão relacionadas ao que é ensinado no Novo Testamento.

Há quem aceite a teoria de que os batistas se originaram de um grupo surgido na época da Reforma Protestante, os chamados anabatistas. Determinados anabatistas tinham a prática do batismo por imersão e rebatizavam as pessoas que não tinham passado por esse tipo de batismo. Daí terem sido acusados de rebatizadores. Há dificuldade em se aceitar o surgimento dos batistas a partir dessa corrente religiosa porque, dentre outras razões, o grupo anabatista tinha a prática da poligamia, além de determinadas doutrinas que consideradas heréticas (MACHADO, 1994, p. 20). No entanto, Thomas Armitage, em sua obra *História dos Batistas*, e A. H. Newman favorecem essa ligação entre os anabatistas e os batistas (FERREIRA, 1993, p. 255).

Ainda sobre a análise da relação entre os batistas e os anabatistas, o historiador Oliveira (2005, p. 5) afirma que:

Ora, o prefixo 'ana' significa 'de novo', pelo que o termo anabatista quer dizer 'o que batiza de novo'. Por isso os primeiros batistas, logo que se firmaram como um grupo específico, rejeitaram este nome, com a afirmação de que eles não batizavam de novo, mas ministravam o verdadeiro batismo segundo ensinavam as escrituras sagradas. [...] A primeira vez que se vê a rejeição do nome anabatista ocorreu em 1644, na confissão de fé conhecida como Primeira Confissão de Londres, dos batistas Particulares ou Calvinistas, publicada em 1646.

Sobre a confissão citada por Oliveira, Lumpkin (1959, p. 156 apud OLIVEIRA, 2011a, p. 51) menciona a frase introdutória dessa declaração: "Confissão das igrejas que são comumente (embora falsamente) chamadas 'anabatistas'". A intenção, como se percebe, foi logo no início esclarecer a interpretação do nome da nova comunidade que surgia.

Considerando uma terceira linha de estudos sobre a origem dos batistas, A. H. Strong e H. C. Vedder afirmam que a melhor via para encontrar o início dos batistas na história é buscá-los entre os separatistas ingleses. E o próprio Vedder (1977, p. 115) sustenta que depois de 1610 já há uma sucessão ininterrupta de igrejas batistas.

Apesar das hipóteses quanto às origens dos batistas serem tão diferentes Ferreira (1993, p. 256) afirma que é possível observar determinada relação entre elas, baseado em princípios semelhantes que cada um sustentava:

Sim, em cada um desses grupos citados não se pode dizer que esses fossem conhecidos pelo nome batista, mas os princípios que esposavam são os mesmos que têm caracterizado os batistas. Eis alguns dos princípios que sustentavam: 1) liberdade de culto e de consciência; 2) combatiam a prática do pedobatismo, isto é, o batismo de infantes; 3) a Bíblia é a única regra de fé e prática religiosa; 4) rejeitavam a autoridade papal e combatiam o direito que os reis se arrogavam de poderem interferir em assuntos de cunho puramente religioso; 5) só reconheciam como batismo o que era praticado por imersão e, para pertencerem à membresia da igreja, teriam os candidatos que professar a fé, dando testemunho de sua regeneração.

Como se percebe, a despeito de opiniões tão divergentes quanto à origem dos batistas, há elementos comuns em todas elas, o que faz com que se perceba a essência do motivo que levou ao surgimento desse grupo religioso. Estes elementos comuns mostram os princípios e doutrinas que formam a linha de pensamento dos batistas.

Ao contrário de outras denominações, os batistas não têm um fundador de sua denominação. Silva (2004, p. 34) afirma: “No que se refere a um líder específico, a quem se atribuísse a iniciativa da fundação da denominação, não se reconhece ninguém”. A razão disto deve-se ao fato de que o surgimento das igrejas batistas deu-se em diversos lugares simultaneamente, oriundo de comunidades que tinham a mesma interpretação com relação a aspectos doutrinários fundamentais. Dentre estes pontos pode ser citado o batismo de crianças, não aceito por estas comunidades (SILVA, 2004, p. 34). No entanto, atribui-se o início da denominação a dois homens: Thomas Helwys e John Smith (SILVA, 2004, p. 33).

4.1.1 No mundo

A história da organização das igrejas batistas começa na Europa, depois da Reforma Protestante, no século XVII. Por não se conformar com a Igreja da Inglaterra, ligada ao Estado, John Smith e um grupo migrou para Amsterdam, na Holanda, em 1602. Seu questionamento com relação ao seu batismo foi algo muito forte o que fez com que procurasse ser batizado novamente. Uma vez que ninguém aceitou fazê-lo, ele mesmo se batizou.

Smith, Thomas Helwys e mais trinta e seis pessoas formaram a primeira igreja batista que se tem registro, composta de ingleses, em 1608, na Holanda. Helwys e um grupo retornaram para Londres e, conforme Vedder (1977, p. 118), “provavelmente, em 1611, organizaram a primeira igreja batista em solo inglês”. O motivo do retorno era baseado em um princípio defendido ainda hoje pelos batistas: liberdade de consciência. Para eles, o verdadeiro cristão “deveria estar pronto para entregar sua vida em seu próprio país por Cristo e sua verdade” (EARLY Jr, 2009, pp. 212 et. seq.). Nessa época a declaração de fé basilar das igrejas batistas redigida por Smith e Helwys, continha a seguinte apologia (FERREIRA, 1993, p. 256):

- a) a Bíblia é a única autoridade em religião;
- b) o batismo só é administrado a adultos;
- c) a Igreja deve ser separada do Estado.

No decorrer do tempo, os defensores destes princípios passaram ser denominados *batistas* num sentido pejorativo, mas o nome logo foi aceito pela nova comunidade que assumiu a relação entre eles e o batismo que defendiam (MACHADO, 1994, p. 22). Em um período de 18 anos (1626 a 1644) os batistas ingleses cresceram e passaram de 5 para 47 igrejas estabelecidas (VEDDER, 1977, p. 118).

Assim como os protestantes da Europa, os batistas fugiram para os Estados Unidos da América (EUA) em razão da perseguição ocorrida pelo rei James I (1603 – 1625) e mantida por seu filho Carlos I (1625 – 1649), que tinha os mesmos objetivos que seu pai: eliminar de seus domínios a todos os dissidentes religiosos (BAKER, 1965, p. 67).

4.1.2 Nos Estados Unidos da América (EUA)

Com o desejo de recomeçar a vida, cada grupo que chegava aos Estados Unidos assinava o tratado assinado pelos migrantes, citado por Hermida (1994, p. 57): “Ao chegar, [os passageiros que desembarcavam] assinaram um documento em que todos se comprometiam a acatar as leis e a obedecer às autoridades da colônia que iam instalar”. Este foi um importante marco na nova terra. Novas leis eram criadas para uma nova terra, uma nova vida. Hermida (1964, p. 307) afirma ainda que “as colônias inglesas, com seus governos locais, constituídos por assembleias eleitas por habitantes, perpetuaram o amor à liberdade e o respeito à lei, que seus fundadores trouxeram da Inglaterra”. No entanto, a respeito desse início, Ferreira (1993, p. 257) escreve:

Em chegando às terras norte-americanas eles se sentiram bem livres. Ao invés de darem liberdade para todas as religiões, eles se tornaram intolerantes. A pessoa que não professasse, na colônia que eles organizaram, a mesma religião estabelecida, a puritana, não poderia ficar ali. Eles instituíram a teocracia.

Os protestantes que estavam na nova terra demonstravam forte intransigência quanto outras formas de culto e crença. Desta forma, acabavam por repetir os atos que eles mesmos condenavam enquanto estavam em seus países de origem.

Um dos europeus que aportou nos EUA em 1631 foi Roger Williams, então com 24 anos de idade. Este também não concordava com a união entre a Igreja e o Estado. Diante de determinadas atitudes dos magistrados da colônia que se achavam no direito de infligir penas pelas faltas religiosas, foi duramente condenado. Segundo Machado (1994, p. 30), Para se livrar da prisão, saiu, em pleno inverno [1636], a procurar uma região, entre os índios, que comprou, para fundar uma colônia. Seu objetivo, dentre outros era organizar um lugar onde pudesse ter liberdade de consciência e para cultuar a Deus livremente, não só ele, mas todos, de qualquer credo religioso. Assim ele fundou Providence, atual Rhode Island, um lugar que, desejava ele, seria de plena liberdade religiosa. Em 1638 ele escreveu um pacto que seria assinado por todos os moradores da região. Nesse pacto constava o seguinte (CRABTREE, 1962, p. 35):

[...] querendo habitar na cidade de Providence, prometemos nos submeter em obediência ativa ou passiva a todas as ordens ou agências que se estabelecerão para o bem público da corporação, da ordem, pelo consentimento da maioria dos habitantes presentes, chefes de famílias, incorporados na municipalidade, e tais outros, que serão admitidos na mesma, somente em coisas civis.

O texto mostra alguns dos princípios defendidos pelos batistas: a não citação de religião, a democracia, através da aceitação do que defende a maioria e a separação do religioso do civil. Para Baker, este foi o primeiro governo democrático do mundo (1965, p. 68). Para Williams foi o principal responsável pelo estabelecimento das igrejas batistas nos Estados Unidos, além de ser um incansável defensor da liberdade religiosa. É atribuído a ele o estabelecimento da plena liberdade de consciência. Para Crabtree, é o primeiro documento que dá liberdade à pessoa de escolher a religião que quer seguir (1962, p. 35).

Sob a influência dos batistas, nos EUA, logo após a aprovação da Constituição Americana, em 1781, foi adicionada a primeira emenda, o chamado “Bill of Rights” (Declaração de Direitos), que tratava da separação entre a igreja e o

Estado e garantia a liberdade religiosa (OLIVEIRA, 2011a, p. 83). Desde Helwys, na Inglaterra, até hoje os batistas defendem que a religião não deve ser imposta, mas que cabe ao governo cooperar para que haja um respeito mútuo entre elas (OLIVEIRA, 2011b, p. 28).

4.1.3 No Brasil

Oriundos dos Estados Unidos, os batistas chegaram ao Brasil por razões econômicas, políticas e religiosas: fugidos da guerra da secessão que ocorria nos EUA e, tempos depois, pelo o ardor missionário. Naquela época, o país se apresentava como promissor, tanto no aspecto econômico, como também quanto à questão religiosa, pois era objetivo dos batistas a evangelização de todo o mundo.

4.1.3.1 Com os olhos no Brasil: interesses econômicos e políticos

O Brasil passou por profundas transformações no século XIX devido a diversos fatores e dentre eles podem ser citados: a chegada da monarquia portuguesa, que abriu os portos do país ao mundo e trouxe desenvolvimento a esta terra sul-americana, a vitória na guerra do Paraguai, que elevou a auto-estima dos brasileiros, a democracia que se implantava em países da região e o desenvolvimento do liberalismo, são alguns elementos citados por Crabtree (1962, p. 44-48) para justificar as mudanças ocorridas.

A partir de meados do século XIX, o governo dos EUA viam no Brasil uma potência econômica que iniciava a sua caminhada “[...] para tomar lugar entre as nações progressistas da terra” (CRABTREE, 1962, p. 58). À época D. Pedro II demonstrou boa vontade com os migrantes, uma vez que o Brasil necessitava de mão-de-obra especializada e aqueles que vinham para o Brasil preenchiam os requisitos da nação. O imperador, então tratou de facilitar os trâmites burocráticos

para a instalação dos norte-americanos no Brasil (MACHADO, 1994 p. 38), facilitando inclusive a exportação de sua produção agrícola (MACHADO, 1994 p. 41). Havia, da parte do governo brasileiro um interesse especial pelos protestantes, considerando-os cultos e com uma ideologia prática liberal, bem visto pelo imperador (MACHADO, 1994 p. 38). Além disso, sobre o governante brasileiro e o seu relacionamento com religiosos dos EUA Giraldo (2008, p. 48) afirma: “A amizade de D. Pedro II com Fletcher, com Kalley, com Agassize com Longfellow, sua simpatia e admiração pelos Estados Unidos e seu amor à Bíblia mudou o cenário para os evangélicos e para as Sociedades Bíblicas no Brasil”. No período de 1865 a 1871, Machado cita entre 5 mil e 8 mil o número de imigrantes oriundos dos EUA (MACHADO, 1994, p. 39).

O problema da escravidão nos EUA começou a ser debatido no final do século XVIII e início do século XIX e, como se sabe, esse assunto gerou diversos problemas políticos. Sob o aspecto religioso, a discussão trouxe profundas consequências para os batistas também. Oliveira (2011a, p. 92) afirma que muito provavelmente a preocupação dos batistas com a defesa de seus princípios elementares, a saber, a liberdade religiosa e a separação entre igrejas e Estado, tenha contribuído para que eles tenham se omitido com relação ao tema do escravismo. No entanto, Torbet (apud OLIVEIRA, 2011a, p. 93) acrescenta ainda outros dois motivos para a falta de posicionamento quanto ao trabalho escravo nos EUA: para ele, no auge da discussão, que antecedeu à guerra da Secessão, além do receio da violação do princípio da não-ingerência nos negócios do estado estavam ainda o desejo de unidade entre os fieis e a presença, nas igrejas, de possuidores de escravos. Machado (1994, p. 31) acrescenta outro fator que impedia a promoção da libertação dos escravos: para os batistas do sul, a medida poderia levar o país “à banca rota”. De fato, conforme observado anteriormente, a ênfase dada quanto à separação entre Estado e Religião, tanto defendida pelos batistas, acabava por comprometer um posicionamento firme quanto a assuntos tão sérios como este tratado. No decorrer do tempo, a questão da prática Batista acabou por afetar ainda mais uma posição libertadora.

Como se percebe, o erro estava em preservar os princípios da comunidade em detrimento dos mais fracos e oprimidos; estava também no engessamento prático-doutrinário, que tornava a proposta do cristianismo vivido num simples seguir ao pé-da-letra os fundamentos, sem uma avaliação do sentido dos princípios defendidos; tornava a questão da perda de fieis e de recursos uma preocupação maior do que a razão de ser de uma comunidade de seguidores da Bíblia. Estas questões até hoje são percebidas em diversas igrejas e denominações, que fazem mal para uma análise transparente e clara do que Deus deseja que seja feito.

A divergência entre os batistas acabou por sobressair e foi tão séria que se tornou um dos motivos que fez com que os batistas dos EUA viessem a se separar⁴, criando duas convenções distintas: a Convenção Batista do Norte, defensora da abolição da escravatura, e a Convenção Batista do Sul que, conforme Oliveira, defendia uma mudança, sim, mas através de um tratamento humanitário para os escravos ou a abolição gradual da escravatura (2011, p. 93). O problema que se verifica nesta linha de raciocínio é que seus defensores não percebiam a urgência e nem a agressão que se cometia às pessoas. Como pessoas que se diziam cristãs, deveriam atentar para o que Deus orienta na Bíblia quanto à dignidade humana, em especial nas páginas do Novo Testamento como em Gálatas 3.27,28⁵:

Em 1865, fugidos dos EUA e desejando começar uma vida nova, os colonos do sul dos EUA encontraram no Brasil um lugar agradável e a oportunidade de viver com as condições de escravidão que haviam deixado nos Estados Unidos. Assim diz González (2010, p. 299):

Ao mudar para o Brasil, onde a escravidão ainda era legal, eles esperavam reproduzir o estilo de vida que tinham perdido no sul dos Estados Unidos. [...] Os primeiros colonizadores desse tipo chegaram ao Brasil em 1866, e outros contingentes continuaram chegando durante o período de reconstrução nos antigos Estados Confederados. Entre esses imigrantes havia metodistas, batistas e presbiterianos.

⁴ A questão da separação entre os batistas do norte e sul dos estados Unidos foi superada, embora as convenções não tenham se unificado. Vedder (1977, p. 195) afirma que em 1900 trabalhavam em conjunto, cediam cartas de transferência uma à outra, mas entendiam alguns que o trabalho se desenvolvia melhor enquanto convenções distintas.

⁵ Gálatas 3.27,28: "Porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. 28 Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus."

A escravidão, que levou muitos fieis batistas a se estabelecerem no Brasil tem diversos desdobramentos. Para a presente pesquisa salienta-se que, embora houvesse tanto escravos vindos dos EUA (MACHADO, 1994, p. 40) como também alguns adquiridos por batistas na região de Santa Bárbara⁶ (OLIVEIRA, 2005, pp. 55,56), na própria comunidade norte-americana radicada no Brasil, havia os que não aceitavam a escravidão, embora tivessem vindo do sul dos EUA. Justificativas para essa declaração podem ser observadas em declarações e atitudes, tanto de missionários quanto de batistas radicados no Brasil.

Um batista do sul dos EUA que não aceitava a escravidão no Brasil foi o primeiro missionário da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, Thomas Jefferson Bowen, enviado inicialmente para a África em 22 de fevereiro de 1849 e depois transferido para o Brasil em 21 de maio de 1860 (OLIVEIRA, 2005, pp. 109,110). Em uma de suas correspondências à Junta americana que o enviara, ele escreveu (OLIVEIRA, 2005, p. 116): “O povo falou de mim e disse mentiras. (...) Há indubitavelmente quem gostaria de enforcar-me se o pudesse. Penso que ninguém acreditaria ser eu um abolicionista”.



Outro aspecto que mostra uma posição abolicionista está registrada em O Jornal Batista. Na edição de 07 de agosto de 1930, na página 11, registra-se que os membros da primeira Igreja Batista de Salvador, na Bahia, em data incerta,

⁶ No diário de Ane Bagby, o primeiro casal de missionários batistas da Convenção do Sul dos EUA, há o relato da presença de um escravo que os recebeu em Santa Bárbara (1881) e que os serviu enquanto estiveram na cidade.

mas ainda no período da escravidão, haviam tomado a decisão de comprar um escravo que frequentava as reuniões e dar-lhe a liberdade⁷.

A declaração que o missionário da Convenção do Sul dos EUA William Taylor (1969, p.56) fez após a queda do império mostra o sentimento que havia entre os batistas no Brasil quanto à escravatura:

Os dois grandes inimigos do progresso do evangelho desapareceram no Brasil, a escravidão e o Império. Assim todos os inimigos do evangelho devem cair. Neste momento só há lugar para um Rei, e este é Jesus... O senhor destruiu dois gigantes poderosos: a Monarquia⁸ e a Escravidão, replanejando-as com a República e a Liberdade em que suas sementes teriam melhores condições de prosperar.

Ainda que a afirmação acima mostre que havia um interesse na liberdade das pessoas relacionada à sua oportunidade de escolher a religião que cada um desejava seguir, novamente a questão da liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado vêm à tona. Zacarias Taylor fez uma relação direta entre a escravidão e a religião, considerando que a semente, interpretada como a mensagem bíblica, poderia, finalmente, alcançar o coração de qualquer pessoa que vivesse no Brasil. E sobre o tema da proclamação da mensagem, observa-se que este também foi outro motivo que levou os batistas do sul dos EUA a iniciar atividades missionárias em solo brasileiro.

4.1.3.2 Com os olhos no Brasil: o ardor missionário

A expansão missionária para outras terras é uma marca dos batistas e foi levada adiante pelos membros dessa denominação nos EUA pelo desejo de se

⁷ Esta informação foi dada na primeira Convenção Batista Latino-americana realizada entre os dias 22 e 29 de junho de 1930 e servia como referencial de atitudes cristãs (BAGBY, 1930, pp. 10,11). No período em que o assunto da abolição era discutido, o senador Joaquim Nogueira Paranaguá, membro de uma igreja Batista, foi um dos primeiros a alforriar escravos e um promotor da campanha abolicionista no Brasil (PURIN, 2003, p. 90).

⁸ Machado (1994, p.37) afirma: "O governo americano tinha interesse e trabalhava em favor da proclamação da República. Os missionários protestantes viam nesse acontecimento a concretização do atendimento de seus ideais liberais, pois facilitaria a eles a propagação do evangelho, com a abertura da liberdade de consciência e religião, a possibilidade de separação entre Igreja e Estado, a oficialização do casamento e a solução das questões relacionadas à administração dos cemitérios, entre outros".

cumprir a ordem estabelecida na Bíblia em Mateus 28.19,20⁹. Segundo Lourenço Stelio Rega (2011, p. 8), *os batistas são convercionistas*, ou seja, enfatizam que as pessoas de todo o mundo necessitam ser evangelizadas¹⁰: ouvir falar de Jesus e, cada um individualmente, se assim entender, entregar seu coração a ele a fim de encontrarem a paz interior e a vida eterna. Desta forma, pregam a mensagem de salvação em diversos lugares. Naturalmente que as opiniões são divergentes quanto a lugares e forma de ação, mas o objetivo principal se mantém.

A motivação evangelizadora naquela época tinha um cunho messiânico: havia uma doutrina popular que defendia que socialmente eram os EUA os responsáveis por introduzir em todo o mundo o conceito de Reino de Deus. Desta forma, “uma civilização cristã segundo o modelo protestante era a meta” (MENDONÇA, 1984, p.54). Havia uma visão apocalíptica na sociedade americana e, assim como Deus havia escolhido os judeus no Antigo Testamento para promover o Seu Reino na Terra, naquele tempo Ele havia escolhido os norte-americanos para imprimir o seu papel normativo e civilizador ao mundo. Segundo este conceito, uma civilização cristã era o alvo e o empreendimento missionário era o meio para a consecução desta grande tarefa. O Reino de Deus seria estabelecido mediante uma reforma mundial, “a partir da visão de uma população religiosa, livre, letrada, industriosa, honesta e obediente às leis” (MENDONÇA, 1984, p.55). Essa salvação era ao mesmo tempo a redenção política, moral e religiosa do mundo. Deus estava usando os anglo-saxões e em especial os norte-americanos, para “conquistar o mundo para Cristo a fim de despojar as raças fracas e assimilar e moldar outras” (MENDONÇA, 1984, p.56)¹¹.

⁹ Mateus 28.19,20: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”.

¹⁰ Evangelização, para os evangélicos em geral, é o termo aplicado à apresentação da mensagem de que Jesus Cristo salva e que as pessoas necessitam entender que são pecadoras (Romanos 3.23); Que cada um, individualmente deve reconhecer que apenas Jesus Cristo lhe pode dar a vida eterna (Romanos 6.23) e que cada pessoa deve crer nele como salvador (I Timóteo 2.5) entregando-lhe a sua vida.

¹¹ Esta não foi a primeira vez que um povo ou uma religião se auto-proclamou como “o povo escolhido de Deus” para a redenção da humanidade. Na Idade Média, por exemplo, as Cruzadas, sob o aspecto religioso, seriam o ideário de reconquistar a Terra Santa e retirá-la das mãos dos “infiéis” muçulmanos. O papa Urbano II convocou o Concílio de Clermont, na França, em 1095, para tratar da primeira cruzada (ALBERICO, 1995, p. 190). Dentre os argumentos levantados, como os “perigos que os cristãos peregrinos sofriam, a profanação dos lugares sagrados, e a necessidade

A visão de que os valores defendidos pelos batistas eram os melhores para o restante do mundo é arrogante. Cada pessoa pode e deve contribuir para que o ser humano seja uma pessoa melhor. Deus não colocaria em uma nação apenas todos os princípios que Ele deseja para o mundo, pois isso seria negar que a sua criação, em todos os lugares do mundo, foi boa e perfeita. Os batistas, ao julgarem que seus princípios eram melhores que os de outras nações, erravam ao não considerar a possibilidade de Deus trabalhar e abençoar a outros que não apenas a eles; erravam também ao ignorar as características de cada povo. No entanto, essa visão ainda hoje leva diversas religiões a se expandir e levar suas crenças a outros povos. Trata-se, portanto, de uma atitude lamentável que parece nunca ter fim.

Em 1860 a junta missionária dos EUA envia ao Brasil um missionário de nome Thomas Jefferson Bowen. Uma vez que anteriormente havia estado na África como missionário, conhecia a língua africana e começou a pregar para os escravos, tendo algum resultado (OLIVEIRA, 2011b, pp.103, 104). Mas isso despertou suspeitas e ele acabou sendo preso, conforme se encontra nos relatos missionários da junta de Richmond, nos EUA. Por causa de sua saúde debilitada e constantes enfermidades, retornou aos EUA no ano seguinte. Anos depois os batistas dos EUA voltam a ver o Brasil como campo missionário e no ano de 1881 enviam o casal Bagby para reiniciarem o trabalho missionário.

Em junho de 1907 foi organizada, na Bahia (BA), com 45 mensageiros, a Convenção Batista Brasileira (CBB). Naquela ocasião, vinte e cinco anos após a organização da Primeira Igreja Batista para atender ao povo brasileiro, eram 87 igrejas compostas de 4.201 membros. Nessa Assembleia foram criadas as Juntas de Missões Nacionais (JMN) e Missões Estrangeiras, atualmente Junta de Missões Mundiais (FERREIRA, 1993 p. 259).

Os batistas da atualidade constituem um dos maiores grupos evangélicos do mundo. Congregados principalmente na Aliança Batista Mundial, cujo presidente tem assento de honra na Organização das Nações Unidas, esse

imperiosa de que se acudisse em socorro aos irmãos gregos”, não se podia esconder o momento que o Império Ocidental passava, com a possibilidade de expandir a Igreja Romana para o Oriente.

grupo religioso conta hoje com aproximadamente quarenta e um milhões de membros, sem contar os não batizados¹². Os batistas se reúnem em mais de cento e setenta mil igrejas (BAPTIST WORLD ALIANCE, 2011).

No Brasil, os batistas representam cerca de dois milhões de membros, espalhados por todos os estados da Federação, divididos em mais de sete mil templos e cinco mil congregações¹³.

4.2 A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS IGREJAS BATISTAS NO BRASIL

As igrejas batistas não têm uma sede principal ou um líder que determina os procedimentos das igrejas. Ao contrário disso, são autônomas e independentes. Cada igreja tem a sua própria diretoria e é constituída de pessoa jurídica própria. Cada igreja Batista é definida como: “uma igreja absolutamente livre e independente, não se sujeitando hierarquicamente, ou de qualquer outra forma a nenhuma organização denominacional” (FERREIRA, 1993, p. 36). Além disso, como afirma Ferreira (1993, p. 37): “Uma igreja batista é completamente competente para dirigir seus próprios atos e ações de acordo com ensinamentos de Cristo”.

Para facilitar a cooperação entre as igrejas, criam-se associações regionais que num estado podem ser diversas (de acordo com o tamanho deste ou ainda com a facilidade de trabalho e apoio às igrejas) e convenções estaduais, que apoiam o trabalho das igrejas batistas de forma estadual, acompanhando e auxiliando as igrejas no cumprimento de sua missão. No entanto, estas também não estão acima das igrejas. No que tange à relação entre a igreja local e as associações e convenções, observa Ferreira (1993, p. 81):

¹² Adultos que ainda não se posicionaram doutrinariamente e as crianças até a idade de 12 anos, aproximadamente.

¹³ Entende-se por uma congregação Batista um local de cultos mantido por uma Igreja com o objetivo de, no lugar em que está inserida, tornar-se uma futura Igreja Batista. As congregações batistas prestam relatórios à Igreja que os mantém espiritual e financeiramente.

As associações e convenção estadual e as organizações batistas são formadas de indivíduos, e não de grupos de igrejas; todas as organizações acham-se no mesmo pé de igualdade. Não há controle de uma sobre as outras. Donde dizer-se que uma associação é tão soberana como uma Convenção e ambas terem os mesmos direitos; é o espírito de cooperação que leva os batistas a criarem as citadas organizações.

A fim de ilustrar este trabalho de cooperação, Ferreira (1993, p. 81) exemplifica: “Uma igreja local, em muitos casos, está limitada para realizar determinado empreendimento. Por isso, unida a outra, pode ver tornar-se mais fácil a consubstanciação dos seus ideais”. Percebe-se, então, que os batistas não são obrigados nem a se envolver com as associações ou convenções e nem com o apoio a alguma igreja da mesma denominação. O que acontece é a parceria voluntária entre si. Sobrinho (1987, p. 77) afirma: “As associações e convenções são órgãos cooperativos, através dos quais as igrejas realizam juntas, tudo aquilo que uma igreja não poderia realizar sozinha”. Desta forma, a oportunidade para colaborar é oferecida às comunidades de fieis espalhadas pelo Brasil, sem uma ordem, mas sim como um convite, com uma administração que presta contas às igrejas quanto à aplicação dos recursos enviados pelas igrejas.

A CBB, criada em 1907, tem as suas juntas administrativas organizadas para atender aos objetivos das igrejas batistas a ela filiadas. A ideia dessa estrutura é antiga e foi colocada em prática já entre os batistas dos EUA. O missionário Taylor (1941, p. 118-122) afirma a respeito da estrutura criada pelos batistas:

Agora existem por tôda a parte do mundo batista, associações, sociedades missionárias, convenções, juntas, comissões, conselhos, uniões, congressos, conferências, alianças, e assim por diante. E estas instituições promovem a cooperação das igrejas na evangelização pátria e estrangeira numa escala que seria impossível a cada igreja isoladamente, e proporcionam os serviços de comissões, educandários, casas publicadoras, juntas, e instituições caritativas pelos quais as igrejas em grande número possam fazer em cooperação o que de forma alguma poderiam fazer cada uma para si.

A ideia apresentada por Taylor mostra como os batistas, desde cedo, trabalham através das juntas que se propõem a levar adiante os objetivos comuns das igrejas batistas. Conforme o próprio autor ressalta, a forma de trabalho tem por objetivo desenvolver os “fins comuns” que os batistas procuram promover, sem

comprometer a autonomia de cada igreja. Isso só é desenvolvido através de propostas que estas organizações fazem às igrejas como um todo, a fim de alcançarem de forma mais eficaz o seu objetivo. E, como foi observado, a caridade sempre esteve entre os assuntos a serem tratados.

4.3 A SOLIDARIEDADE DOS BATISTAS

No início do trabalho batista, a solidariedade não era assunto tratado como missão vital da Igreja, embora esta questão, com o passar do tempo, tenha surgido como importante elemento de prática cristã. Não obstante historicamente os batistas considerem aspectos espirituais a razão essencial de sua missão, nos últimos anos tem havido um progresso no pensamento da solidariedade e do cuidado com as necessidades básicas do ser humano. Além de abordarem o assunto, passaram a enfatizar esse comportamento entre os fieis.

4.3.1 A solidariedade dos batistas nas declarações doutrinárias

Os batistas têm se posicionado através de declarações de fé com o intuito de manifestar seu pensamento e suas crenças. A primeira declaração batista intitulada de: “A primeira confissão de fé de Londres” data de 1644 e tinha como objetivo esclarecer falsas acusações contra os batistas que haviam surgido (OLIVEIRA, 1997, p.100) e por esta razão não faz menção à questão social. No que tange à segunda Confissão de fé de Londres de 1689, publicada 45 anos depois da primeira, observa-se que esta tinha por objetivo reafirmar algumas crenças, e, segundo Vance (2007), mostrar a sua convicção soteriológica. Neste texto, pela primeira vez, encontra-se a referência a respeito do próximo e da importância dos batistas realizarem a ação social. Nesta confissão¹⁴, adotada pelos Ministros e

¹⁴ Comentando sobre a segunda declaração, o pregador Batista Spurgeon (1834 – 1892) afirmou: “Este antigo documento é o mais excelente resumo escrito das coisas mais seguramente cridas entre nós. Não é publicado como regra impositiva ou código de fé, por meio do qual vós possais ser

Mensageiros da Assembléia Geral reunida em Londres de 03 a 11 de julho de 1689 observa-se que o capítulo 16 (Anexo A) trata da ação social, contendo as seguintes ênfases: as obras sociais não salvam, mas fortalecem a certeza desta; aqueles que desejam participar declaram que é algo que vem do Espírito Santo, evidenciam uma fé verdadeira e viva; as obras devem ser aplicadas a todas as pessoas, indistintamente do seu credo, raça ou sexo. Através deste documento percebe-se que no início do seu surgimento, os batistas fizeram declarações que envolviam atitudes frente às necessidades do ser humano como um todo e não apenas junto aos fiéis.

Depois de outras declarações doutrinárias redigidas pelos batistas¹⁵, a questão social aparece novamente na declaração de Mensagem e Fé Batista de 1925 e revisada em 1953. Nela lê-se o seguinte a respeito da ordem social:

Todo o cristão tem a obrigação de tornar suprema a vontade de Cristo em sua própria vida e na sociedade humana. Meios e métodos usados para a melhoria da sociedade e para o estabelecimento da justiça entre os homens podem, de fato ser permanentemente úteis somente quando estão fundamentados na regeneração do indivíduo pela graça salvadora de Deus em Cristo Jesus. O cristão deve opor-se no espírito de Cristo a toda a forma de ganância, de egoísmo e vício. Deve trabalhar para prover o órfão, ao necessitado, ao idoso, ao indefeso e ao enfermo. Todo o cristão deve procurar colocar as atividades, o governo e a sociedade como um todo sob a influência dos princípios da justiça, da verdade e do amor fraternal. Para promover tais fins os cristãos devem estar prontos a trabalhar com todos os homens de boa vontade e em qualquer causa nobre sempre com o cuidado de agir em espírito de amor, sem comprometer a lealdade a Cristo e à sua verdade.

algemados, mas como um meio de edificação em justiça. É uma excelente, ainda que não inspirada, expressão dos ensinamentos das Sagradas Escrituras por meio das quais todas as confissões devem ser medidas. Nós através dela sustentamos as humilhantes verdades da soberana graça de Deus no processo de salvação dos pecadores perdidos. A salvação é somente através de Cristo e somente por fé” (PIBRT - DF s.d.).

¹⁵ Franklin Ferreira (2005) afirma que os batistas tiveram ao longo da história diversas confissões. Citando W; J. McGlothing ele menciona as seguintes: os Batistas Particulares (Calvinistas) contribuíram com quatro confissões de fé, inclusive a “Segunda Confissão de Londres” (1677) e outras quatro confissões escritas por pastores, para suas igrejas. Entre os americanos, é mencionada a “Confissão de Filadélfia” (1742). John Smyth, o iniciador do movimento batista na Inglaterra escreveu os “20 Artigos” (1609), os “38 Artigos” (1610) e, por fim, os “100 Artigos” (1612). Nos Estados Unidos, as confissões batistas mais usadas e respeitadas são a “Confissão de Filadélfia” (1742), a “Confissão de New Hampshire” (1833) e a “Fé e Mensagem Batista” (1925). No Brasil, a “Confissão de New Hampshire” foi usada pela CBB de 1920 até 1986, quando foi substituída pela “Declaração Doutrinária”.

O texto cita uma declaração que, a despeito de manter a ênfase conversionista, inclui o cuidado com o ser humano. Pelo documento apresentado, os batistas são estimulados tanto às boas obras como também a um posicionamento contrário a qualquer tipo de agressão ao ser humano ou outra situação que venha a tirar-lhe a dignidade.

A primeira declaração doutrinária realizada no Brasil foi apresentada na Assembleia da CBB em São Paulo em 1979, tendo sido aprovada na Assembleia da CBB em Campo Grande, em 1986 e adotada pelas igrejas batistas do Brasil, filiadas à CBB. Nela, a questão social é apresentada e considerada tendo por base as escrituras. Assim está escrito a respeito da Ordem Social (SOUZA, 2010, p. 30):

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive (Mt 5.13-16; Jo 12.35-36; Fp 2.15). Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do Evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do Evangelho na vida individual e coletiva (Mt 6.33; Mc 6.37; Lc 10.29-37) Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões (Ex 22.21,22; Sl 82.3,4; Ec 11.1,2). Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento (Is 1.16-20; Mq 6.8; Mt 5.9).

A questão espiritual se mantém como um forte referencial, mas a ação social tem para os batistas, conforme se percebe, a sua importância e os batistas, por serem cristãos, são convidados a “estender a mão” a quem precisa. Neste ponto da declaração doutrinária, comprova-se a sugestão de todo o esforço que tende ao bem comum deve ser utilizado.

4.3.2 Os Batistas e o Pacto de Lausanne

A comissão nomeada para elaborar a Declaração doutrinária da CBB iniciou seus trabalhos em 1979, quatro anos depois do encontro de Lausanne, considerado um marco na história das igrejas evangélicas em todo o mundo. René Padilla (1992, p. 9) assim se refere a este evento:

A revista Time descreveu o Congresso de Lausanne [Suíça, de 16 a 25 de julho de 1974] como "um foro formidável, possivelmente a reunião mais global já realizada pelos cristãos". O que o jornalista que escreveu estas linhas provavelmente tinha em mente foi que o Congresso havia reunido 2473 "participantes" e cerca de 1000 observadores de 150 países e 135 denominações protestantes. Mais importante que isso, no entanto, foi o impacto do Congresso em todo o mundo. Nas palavras do evangelista Leighton Ford, "se houve um momento da história em que os evangélicos se colocaram em dia com a época, seguramente este momento deve ter sido em julho de 1974. Lausanne explodiu como uma bomba. Foi um despertar para todos os que participaram e para milhares de cristãos em muitos países que leram a respeito".

O que Padilla afirma a respeito da importância do evento de fato tem se confirmado, tanto na vida da Igreja, como também na sua forma de atuar e ainda em diversos textos de escritores evangélicos. O Pacto de Lausanne (Anexo B) tem se tornado um referencial em diversos aspectos e, a partir de 1974 a chamada Missão Integral passou a ser uma expressão comumente utilizada para denominar a ação da Igreja no seu aspecto holístico. Nos 15 artigos redigidos por uma comissão liderada por John Stott, diversos aspectos envolvendo a pessoa humana são citados: educação, saúde, liberdade, dignidade, cultura, entre outros temas, são tratados como necessidade de engajamento por parte da Igreja evangélica.

Desde 1974, quando ocorreu o encontro em Lausanne, os evangélicos têm feito constantes avaliações quanto ao trabalho que desenvolvem diante da sociedade. Segundo o site oficial de Lausanne movement (2011) em 2010 aconteceu na África do Sul (Cidade do Cabo) o encontro denominado Lausanne III, que reuniu 4200 participantes presenciais de 198 países e se estendeu a aproximadamente 100 mil pessoas em quase 700 pontos via internet, em mais de 95 países em todo o mundo. Nesse evento foi apresentada a proposta para a ação evangélica dos próximos 10 anos. No décimo artigo o documento denominado "Compromisso da Cidade do Cabo" que trata da Missão de Deus, está escrito (Lausanne Movement, 2011):

A missão integral é a proclamação e a demonstração do evangelho. Não significa simplesmente que a evangelização e o compromisso social devam ser realizados de forma concomitante. Mas sim, que na missão integral nossa proclamação tem consequências sociais quando convocamos as pessoas ao amor e ao arrependimento em todas as áreas da vida. E nosso compromisso social tem consequências para a evangelização na medida que testemunhamos da graça transformadora de Jesus Cristo. Se ignoramos o mundo, traímos a Palavra de Deus, que nos envia para que sirvamos ao mundo. Se ignoramos a Palavra de Deus, não temos nada a oferecer ao mundo.

O documento reafirma diversas declarações do Pacto de Lausanne, distingue o trabalho de evangelização e compromisso social e observa que há influências tanto da evangelização sobre a questão social, como também da questão social sobre a evangelização.

A partir do encontro de Lausanne, a Igreja evangélica passou a considerar com maior seriedade a questão social. A avaliação da necessidade de se fazer algo mais pelo ser humano tem sido amplamente discutida e os resultados constatados. A reflexão quanto à ordem social levou a diversas ações em muitos países, inclusive no Brasil. Em 1990 foi realizado o Congresso Batista Brasileiro, que reuniu batistas de todo o Brasil para discutirem diversos assuntos e, dentre eles, a questão social desenvolvida pelas igrejas batistas. Naquela época, Darci Dusilek (CPC, 1991, p. 171) escreveu a respeito do progresso que as igrejas batistas haviam feito nessa área. Ele afirma que entre os anos de 1960-1980 o assunto era “proibido ou maldito”, mas que, após esse período, as igrejas demonstravam um compromisso cada vez maior com o assunto. Esta visão de rejeição, conforme descrita estava diretamente ligada ao movimento novo que surgia naquele período, a Teologia da Libertação. À época, essa nova visão teológica era vista como marxista e, ao mesmo tempo católica e por isso inaceitável sob o ponto de vista evangélico. Aqui novamente se observa o fundamentalismo religioso, que não avaliou que a essência da proposta era resgatar a dignidade do ser humano. Ao invés disso, considerou que tratar do assunto da pobreza ia contra os princípios defendidos pelos batistas de não envolvimento político e ecumenismo.

Dusilek (CPC, 1991, pp. 171, 172) justifica a revisão e progresso dos batistas quanto a questão social através dos seguintes dados:

1. O panorama hoje é bem mais positivo do que há uma década atrás [1980];
2. Aproximadamente 25% das igrejas mantêm algum tipo de trabalho (sistemático);
3. O tema se faz presente em quase todas as publicações da CBB de modo sistemático;
4. Congressos de ação social são realizados a nível de associações, convenções estaduais e da CBB;
5. As Juntas de Missões – Nacionais e Mundiais – dão cada vez mais ênfase ao aspecto social como parte da missão evangelizadora que se afirma como missão integral;
6. Convenções estaduais criam departamentos ou juntas de ação social;
7. O conselho de Planejamento e Coordenação da CBB cria a coordenadoria de Ação Social.

Observa-se no texto a inserção da expressão Missão Integral, mostrando a influência do encontro realizado em Lausanne sobre as igrejas evangélicas; o texto também fala a respeito do progresso que havia acontecido nos últimos anos na questão social entre as igrejas, demonstrando que, de um assunto pouco falado, passava a ser um tema trabalhado pelos batistas nos âmbitos associacional, estadual e nacional.

Deste encontro surgiu a proposta para que se levasse adiante a criação do Departamento de Ação Social (e não mais uma coordenadoria) com vistas à implementação do Programa de Ação Social da CBB (CPC, 1991, p. 199) o que de fato aconteceu. Até então, a ação social das igrejas batistas em âmbito nacional era realizada pela JMN. Em 1997, na 87ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira realizada em Salvador, BA, foi aprovada a Filosofia de Ação Social da CBB (Anexo C).

4.4 OS BATISTAS E A PROPOSTA PAULINA DA SOLIDARIEDADE DE 2CORÍNTIOS 8 E 9 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Atualmente, compreendendo a amplitude de sua missão, dentre as diversas ações que os batistas promovem, uma delas, é a de ajuda e apoio aos necessitados. A compreensão da ajuda que se deve dispensar a quem precisa fundamentada pelos batistas tem relação com a proposta apresentada pelo apóstolo Paulo em 2Coríntios 8,9, uma vez que, em diversas ocasiões, os batistas trataram do tema da solidariedade em seus documentos e se mostraram solidários, tanto para com os membros de suas comunidades, como também para com os marginalizados da sociedade.

A proposta de solidariedade exposta por Paulo apresenta semelhanças e diferenças com a fundamentação do trabalho social das igrejas batistas. Naturalmente devem ser considerados elementos como a própria evolução da humanidade em todo este período de análise entre o que foi escrito em 2Coríntios 8 e 9 (ano 57 a.D.) e o que tem sido proposto hoje pelas igrejas batistas.

Apesar disso, determinados elementos se mantêm em sintonia. Através destas observações, o que se percebe é que são realidades diferentes, mas com propósitos semelhantes, que são o de ajudar aqueles que precisam.

Uma vez que as igrejas batistas são independentes e autônomas e devido ao grande número de igrejas que há no Brasil, o presente estudo pretende analisar o que Paulo escreveu em 2Coríntios 8 e 9 e a atual Filosofia de Ação Social da CBB, apresentada como uma sugestão para a direção das igrejas quanto a este tema.

4.4 A proposta da solidariedade de 2Coríntios 8 e 9 e a solidariedade dos batistas: diferenças e semelhanças

Paulo realizou uma campanha junto às comunidade que havia organizado. Ele o fez através de cartas que escrevia. Sabe-se que não apenas a Acaia, região onde se localizava Corinto, mas também os da comunidade da Galácia e macedônia foram convocados para a realização desta missão. No entanto, a campanha realizada por Paulo e aqui apresentada tem diferenças, como também semelhanças com relação ao que os batistas propõem enquanto denominação através de sua Filosofia de Ação Social.

4.4.1 Os objetivos paulinos e os objetivos dos batistas

Paulo apresenta a proposta da campanha com o objetivo de atender a uma necessidade urgente pela qual passava a comunidade cristã em Jerusalém. Conforme se observou anteriormente, a situação pela qual passavam os cristãos era difícil devido a uma série de fatores que eram desde políticos a sazonais, como a questão da colheita, por exemplo. Além disso, conforme afirma Helwell (1998, p.

296), a coleta era uma forma de promover a aproximação entre os judeus e gentios, ambos convertidos ao cristianismo. A aproximação era devido ao fato de que os dois grupos, pertencentes à mesma comunidade espiritual, tinham problemas de aceitação quanto à igualdade de todos diante de Deus. Novamente Helwell (1998, p. 296) afirma que a oferta por parte dos cristãos gentios seria uma forma de mostrar amor àqueles que os perseguiram (neste caso, os judeus convertidos ao cristianismo) e era ainda uma demonstração de interdependência entre judeus e gentios que pertenciam à mesma comunidade cristã. Desta forma, a oposição ao ministério paulino junto aos gentios seria melhor compreendida.

Aqui se percebe uma semelhança entre a campanha paulina e o referencial dos batistas: na Filosofia de Ação Social da CBB, em sua Fundamentação Sociológica (2.6) (1997, p. 179) está escrito:

“Amarás o teu próximo” [...] Logo sobressai a noção de co-partícipe em tudo, com o outro. A Ação Social vista deste ângulo é algo imprescindível dado o fundamento mesmo do ser. Assim, há uma fundamentação ontológica: o ser não pode ser sem o outro; Há uma fundamentação gnosiológica [saber teórico do conhecimento]: não conhecer sem observar o outro; Há uma fundamentação ética: todos dependem de todos; todos, à semelhança de Caim, são responsáveis por todos. Não há dizer “sou eu, porventura, o guardador de meu irmão?”, de fato somos guardadores uns dos outros; Porque, de fato somos guardadores uns dos outros.

A noção de interdependência é apresentada no texto sob vários aspectos. Através dele se percebe que há o objetivo de lembrar a todos que o ser humano é interdependente. As pessoas pertencem à mesma comunidade pelo fato de serem da mesma raça. Conforme o texto, somos sim, “[...] guardadores uns dos outros”.

Outra comparação que deve ser feita é com relação às circunstâncias: Paulo faz uma campanha em um momento difícil pelo qual passava a Igreja de Jerusalém; os batistas, no entanto, observam a necessidade da solidariedade de uma forma mais ampla: assim diz a Filosofia de Ação Social da CBB no ponto 2.1 (1997, p. 178):

A ação social dos batistas brasileiros expressa e busca cumprir os propósitos do reino de Deus na sociedade com o objetivo de propiciar condições para a plena realização da pessoa humana em relação a si mesma, ao próximo, à natureza e a Deus.

Conforme dito anteriormente, Paulo percebeu uma necessidade localizada (um período de necessidade e uma campanha específica), enquanto que a Filosofia de Ação Social da CBB procura atender ao ser humano de uma forma mais ampla: na sociedade de um modo geral e para a plena realização do ser humano. Desta forma, a proposta feita pela CBB para dar direção aos batistas nesta área tem por objetivo atender aos cristãos que passam por privações, mas também a todas as pessoas que necessitam de ajuda e amparo.

4.4.2 O convite para a solidariedade

Sabe-se que Paulo fez a campanha da coleta promovendo a assistência aos cristãos em Jerusalém. Este ministério foi realizado entre os cristãos das comunidades que ele havia iniciado. Isto se observa por alguns elementos do texto: o apóstolo evidencia que a coleta havia sido inicialmente como uma oferta a Deus (2Coríntios 8.5); ele afirma que a comunidade manifestava amplo conhecimento na palavra, na fé (2Coríntios 8.7) e na compreensão do sacrifício de Cristo (2Coríntios 8.9); cita expressões que demonstram irmandade espiritual (2Coríntios 8.18, 8.22, 9.5), relaciona as igrejas à campanha (2Coríntios 8.19, 8.24) e cita a graça de Deus na vida dos leitores destinatários (2Coríntios 9.14). Estas expressões demonstram que as partes envolvidas para contribuir, eram de fato comunidades cristãs. Quanto a esse aspecto, é compreensível a coleta ser realizada junto a este grupo específico pois, além dos problemas discriminatórios que havia quanto aos cristãos por parte daqueles que estavam fora do convívio da comunidade¹⁶, as ofertas se destinavam a um grupo de cristãos em particular.

A proposta de ajuda ao próximo não é apresentada em caráter de exclusividade entre os batistas. Na Filosofia de Ação Social da CBB lê-se que: “Para realização de Obras Sociais, os batistas brasileiros reconhecem como válidos convênios firmados com o poder público e outros, sem prejuízo dos seus princípios”. Tem como diretriz “Criar condições para a participação consciente de indivíduos,

¹⁶ Autores, como o poeta Juvenal, que escreveu sátiras, faziam piada e caçoavam dos que aderiam a divindades orientais (KEE, 1983, p. 71).

grupos, comunidades e populações, nas mudanças que se revelarem necessárias”. Outra indicação de que há abertura para o trabalho em parceria com instituições ou pessoas não ligadas à denominação batista está no ponto 3.3 (1997, p.182):

A CBB entende como “ação social” todo o esforço compreendido em benefício do homem em sociedade, relativo ao aprimoramento da organização social e das condições de vida do indivíduo e das comunidades; [...] aos esforços das pessoas, grupos e organizações em prol de uma transformação social que se expresse em termos de dignidade humana, melhor qualidade de vida e sustentabilidade social; à cooperação dos interessados para instauração de uma ordem social mais humana, leis justas, influência sobre as instituições, tentativas de reforma.

Mais uma vez se percebe que a Filosofia de Ação Social da CBB afirma que o trabalho em conjunto, independentemente da crença religiosa é bem-vindo. Esta abertura deve-se ao fato de que o trabalho de cuidado com o ser humano não é exclusivamente para os fiéis das igrejas batistas, senão para todas as pessoas.

4.4.3 A solidariedade é um referencial

Paulo apresenta a campanha da coleta a pessoas que deveriam entender que a proposta era para quem tinha as qualidades espirituais elevadas. Este foi um dos argumentos de Paulo para engajar os coríntios na oferta.

Em 2Coríntios 8.7 Paulo fala que eles apresentavam maturidade cristã em diversas áreas e que a adesão à questão solidária seria um acréscimo à sua maturidade. Com estas palavras o apóstolo os lembrava que os coríntios eram extremamente ricos de fé, palavra e sabedoria e os desafiava a também serem extremamente ricos, a excederem também na bênção de poderem ajudar;

Em 2Coríntios 9.10,11 está escrito que Deus poderia fazer com que os fiéis da comunidade de Corinto fossem ricos em tudo com o propósito de serem generosos; a leitura do texto pode sugerir interpretações diferentes e literais, numa referência a valores materiais. No entanto, conforme observado na análise desta passagem, ser enriquecido por Deus é, segundo o Novo Testamento, um fator

essencialmente espiritual. A ideia em todo o Novo Testamento é de riqueza metafórica, não literal (ZODHIATES, 2000). As bênçãos espirituais estão relacionadas também em 2Coríntios 8.19 e em 2Coríntios 9.10, 13, 14.

Em 2Coríntios 9.14 o apóstolo afirma que a solidariedade era um referencial que denotava a presença do Espírito Santo na vida dos doadores e que a participação demonstraria que eles apresentavam uma “superabundante graça” em suas vidas.

Na Filosofia de Ação Social da CBB a solidariedade não tem uma abrangência espiritual tão evidente como a que o apóstolo Paulo apresenta. Um dos motivos se encontra no ponto 3.8 da Filosofia da Ação Social da CBB (1997, p.182): “A ação social não é ato restritivo de nenhuma criatura humana, não é obrigação limitada do crente, ou da igreja, é obra de todos”. Com esta declaração, a CBB afirma que o cuidado com o próximo é de responsabilidade de qualquer pessoa, seja um cristão ou não. Desta forma, não se enfatiza que quem é solidário tem um caráter mais elevado. No entanto, no ponto 4.12 o documento afirma que aquele que conhece a Jesus como o seu salvador (denominado aqui como “salvo”), necessariamente realiza a ação social como conduta cristã (1997, p. 186):

O salvo tem nova natureza apropriada a um “porte digno do evangelho” para viver em santidade, pureza, justiça e retidão e “é criado em Cristo Jesus” para as boas obras, e para uma conduta condizente com o caráter de Jesus. Assim como é salvo pela graça é, também sustentado em seu viver de santidade pela mesma graça.

A solidariedade de uma pessoa que deve viver “[...] em santidade, pureza, justiça e retidão”, que é “criado em Cristo Jesus”, na interpretação do documento é alguém que não faz mais do que o seu dever como pessoa que vive com Deus. Mais uma vez se percebe a ação social como um dever, mais do que como uma atitude de “maturidade”.

A falta de uma apreciação quanto ao caráter de quem pratica as boas obras não coincide com a perspectiva paulina da solidariedade. Paulo falava à comunidade de fé cristã e ensinava que maturidade espiritual era demonstrada pela solidariedade; da mesma forma, os batistas devem compreender que a atitude da solidariedade demonstra crescimento espiritual. O referencial de comportamento

apresentado no Texto da Filosofia de Ação Social da CBB sugere um comportamento ideal, como se todos os cristãos fossem solidários. Ainda que a Bíblia ensine a respeito disso, sabe-se que nem todos os que se denominam cristãos têm atitudes de compaixão para com o próximo. Desta forma, uma ênfase na questão da maturidade espiritual seria o melhor caminho para uma reflexão quanto a este assunto.

Paulo reconhecia na comunidade de Corinto comportamento e virtudes cristãs: em 1Coríntios 1.2¹⁷ ele os chama de Igreja de Deus, santificados em Cristo, chamados para serem santos. Em 1Coríntios 1.5¹⁸ ele afirma que eram pessoas enriquecidas nele, na palavra e em todo o conhecimento; em 1Coríntios 1.7¹⁹ está escrito que Paulo via na Igreja de Corinto habilidades e todos os dons; as declarações anteriores mostram que era uma Igreja elogiada por Paulo, e ainda assim precisava compreender que a solidariedade era uma característica de maturidade espiritual.

4.4.4 A solidariedade é uma oportunidade

Paulo apresenta a solidariedade como uma oportunidade de demonstrar amor (2Coríntios 8.8 e 8.24). Nos dois textos, Paulo se utiliza do argumento da demonstração de amor para que a campanha seja levada adiante junto à comunidade de Corinto. Barbaglio (1989, p. 457), ao comentar a passagem do amor e doação, afirma que o apóstolo exortava os destinatários a dar com generosidade e amor, sem agir com golpes drásticos de autoridade. Para ele, estava em jogo “a genuinidade do amor dos seus interlocutores. A ajuda material é teste da verdade.” (BARBAGLIO, 1989, p. 459). Tasker (1958, p. 114) faz uma afirmação

¹⁷ 1Coríntios 1.2: “à igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados para ser santos, com todos os que em todo lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso”.

¹⁸ 1Coríntios 1.5: “porque, em tudo, fostes enriquecidos nele, em toda a palavra e em todo o conhecimento”.

¹⁹ 1Coríntios 1.7: “de maneira que não vos falte nenhum dom, aguardando vós a revelação de nosso Senhor Jesus Cristo”.

interessante a respeito: “Ninguém pode amar por decreto, assim como ninguém consegue mostrar liberalidade, que é uma expressão de amor, por decreto. Deve haver a espontaneidade na caridade cristã”. Este foi o sentido apresentado pelo apóstolo Paulo quando escreveu aos crentes de Corinto. A atitude amorosa de ofertar seria vista como um presente de quem ofertava; no entanto a ordem para participar teria uma conotação coercitiva, que não traria a alegria que a espontaneidade traz. Por esta razão Boor afirma que “[Paulo] examinará se o empenho e o amor em Corinto são genuínos e não apenas um amor sem força para ação” (2004, p. 426).

Entre os batistas, a questão da demonstração de amor através da solidariedade justifica a ação social. A Filosofia de Ação Social a CBB “Reconhece que [seu] discurso de amor deve ser acompanhado de ações práticas (I João 3.18,19)” (1997, p. 177). Com esta afirmação, o texto da declaração da CBB coloca em questão a teoria (o que se prega quanto ao amor) e a prática (o que se faz demonstrando amor). De forma semelhante, Paulo, em 2Coríntios 8.8 também sugere que o amor seja colocado em prática através da oferta aos cristãos em Jerusalém.

No entanto, ainda a respeito do amor, o documento batista ora analisado afirma que “A ação social é meio indispensável para promover o bem-estar do homem e da sociedade em que vive, pela prática do amor em ação” (Convenção Batista Brasileira, 1997, p. 182). E quanto ao fundamento sociológico da Ação Social, no ponto 2.6 lê-se que (Convenção Batista Brasileira, 1997, p. 179): “‘Amarás o teu próximo’: o homem perante o universo – Cosmovisão; (i.e., inserido no universo como parte dele)”; percebe-se que é citado o amor como fundamento para o relacionamento entre as pessoas. O amor, na apresentação do documento, é fundamental para que as pessoas possam conviver, porém como um dever, um sentimento incondicional para o bom relacionamento entre as pessoas. Ainda que seja, de fato um princípio básico, o apóstolo não o apresentou com tanta obrigatoriedade como os batistas o fizeram. No entanto, conforme dito anteriormente, a solidariedade não deve ser obrigatória, mas sim partir de um coração voluntário e disposto a doar.

4.4.5 Os objetivos da solidariedade são apresentados

O que Paulo pretendia da coleta aos santos que ele promovia? Em 2Coríntios 8.19 Paulo afirma que era para a glória de Deus e para mostrar a boa vontade do povo de Deus; em 2Coríntios 9.12 Paulo afirma que o objetivo era fazer com que as necessidades do povo de Deus que se encontrava em Jerusalém fossem atendidas e ele repete uma razão anterior: para que fossem dadas glórias a Deus; em 2Coríntios 9.14, Paulo reafirma que como resultado da solidariedade, os cristãos que recebessem as ofertas dariam glórias a Deus, agora pela vida dos que haviam ofertado. O único texto que reporta a toda a sorte de bênçãos está em 2Coríntios 9.6-8. No entanto, aqui também as consequências são para continuar a semear no sentido de abençoar. E quanto ao assunto da prosperidade, sabe-se que ser rico da parte de Deus é, segundo o texto bíblico do Novo Testamento, um fator que tem relação com o aspecto espiritual (COENEN, 1981, pp. 604, 605). Em 2Coríntios 8.13 ele fala que era para que houvesse igualdade.

Paulo apresenta os resultados da solidariedade: para a glória de Deus (2Coríntios 9.12), para que as necessidades dos cristãos em Jerusalém fossem atendidas (2Coríntios 9.12), para agradecimento a Deus pela vida das pessoas que haviam participado da coleta (2Coríntios 9.13), bênçãos espirituais (2Coríntios 9.14) e igualdade entre todos (2Coríntios 8.14). Nos quatro primeiros motivos o que se percebe é um resultado imaterial e um serviço que se presta tendo como fim exaltar o nome de Deus. Uma vez que o ser humano foi feito à imagem e semelhança do Criador (Gênesis 1.27), abençoar a vida das pessoas é como prestar um agradecimento ao próprio Deus. Na questão da igualdade, os resultados seriam materiais sem que faltasse o necessário para a manutenção dos doadores (2Coríntios 8.14). Como se percebe, a ênfase paulina é espiritual; ao tratar do aspecto material, não aborda a abundância, mas sim o equilíbrio entre os cristãos.

Quanto aos batistas, de acordo com a sua filosofia de Ação social, o que esperam da solidariedade? De acordo com o ponto 3.2 da Filosofia de Ação Social da CBB (1997, p. 181) tem por objetivos:

Suscitar entre os batistas brasileiros uma consciência de Responsabilidade Social capaz de tomar a ação social uma realidade efetiva na prática da denominação, da igreja local e dos crentes individualmente.

No primeiro momento, o que se espera da ação social junto aos fieis desta denominação é o despertar para essa questão, considerando que é um tema importante a ser efetivado entre os batistas. Este é um aspecto que difere dos objetivos de Paulo, uma vez que, de acordo com o que o apóstolo escreveu, o desejo de contribuir já era uma realidade entre os crentes de Corinto, faltando apenas a efetivação desse anseio, conforme 2Coríntios 8.10,11. Mas na Filosofia de Ação Social da CBB (1997, pp. 181, 182) espera-se ainda:

2) Transformar a sociedade e suas estruturas por meio da: a) força da proclamação do evangelho e do testemunho; b) influência junto às instituições existentes que atuam nas áreas de repercussão social; c) participação nas reformas das estruturas necessárias à evolução social, moral, educacional e econômica da população; d) atuação nas causas profundas que determinam a existência de injustiças e sofrimentos na vida dos brasileiros; e) influência junto aos poderes públicos, em especial legislativo, com o objetivo de criar, leis e instituições necessárias à consecução dos objetivos do bem-estar-social e da justiça; f) utilização dos meios de comunicação em geral para opinar sobre questões significativas relativas à ação social, buscando assim influir na opinião pública, tornando conhecido o pensamento dos batistas.[...] Reconhecem ainda que a atitude cristã para com os pobres há de resultar da consciência de Deus como misericordioso para com o homem, criatura sua, revestida de dignidade, sujeita ao sofrimento, por causa do pecado, desigualdades e injustiças sociais e carente do nosso amor como cristãos.

Percebe-se que as principais intensões dos fundamentos para a solidariedade dos batistas são a transformação da sociedade e suas estruturas através de ações que tenham um resultado basicamente no plano físico, resultando em transformações políticas e sociais. A diferença entre os objetivos de Paulo em 2Coríntios 8 e 9 é grande neste aspecto, pois como tratado anteriormente, o apóstolo espera resultados no âmbito espiritual, enquanto que os batistas esperam uma transformação no plano físico, terreno. No entanto, a questão espiritual também não foi esquecida e os batistas esperam que a mensagem do evangelho cause um impacto relevante na sociedade e acreditam, conforme citado acima, “[...] que a atitude cristã para com os pobres há de resultar da consciência de Deus como misericordioso para com o homem” (1997, p. 182). No entanto, novamente os aspectos de gratidão a Deus não são citados, senão que vai gerar, no coração de quem recebe a doação, a consciência de que Deus é misericordioso e amoroso para com o ser humano. Conforme observado, a diferença entre o que Paulo escreveu e

o que os batistas fundamentaram como resultado para o trabalho de solidariedade é grande. Paulo observa um resultado para quem doa; os batistas, ao contrário, enfatizam gratidão a Deus para quem foi beneficiado.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar a coleta promovida por Paulo em 2Coríntios 8 e 9 a partir da análise da cidade de corinto, onde vivia a comunidade a quem se destinou a carta com os textos analisados. Percebe-se que era um centro político, com uma administração do império que a havia tornado província senatorial, dando-lhe um status diferenciado da maioria das demais; era um centro comercial, com os seus dois portos que se localizavam em uma região estratégica e que movimentavam diversas mercadorias que passavam pelo corredor *Diolcos*. Além disso, tinha o comércio do bronze, bem conhecido na antiguidade, dentre outros aspectos relevantes para a cidade; era também uma referência no aspecto cultural, com atividades esportivas que eram realizadas ali e que atraíam pessoas de diversos lugares do império.

Mediante a pesquisa apresentada percebe-se que a comunidade cristã que congregava a li não era grande, devido ao fato do espaço para as reuniões não ser amplo. Ali se reuniam pessoas de diversas nações que ali se encontravam porque tinham negócios na cidade ou porque eram escravas e haviam sido trazidas de diversas regiões pelos seus senhores. Pelos dados que se coletaram, conclui-se que era uma comunidade mesclada, com pessoas ricas, pessoas mais simples, mas muitos deles pobres e miseráveis. Pela demografia da cidade, porém, não é possível se fazer uma análise da condição social da comunidade cristã de Corinto.

Quanto à campanha da coleta promovida por Paulo, a conclusão é que esta foi uma ação localizada que teve como propósito atender aos apelos dos apóstolos (Gálatas 2.9,10), diante de uma necessidade percebida junto aos cristãos de Jerusalém, que passavam por um período difícil ocasionado por problemas de causa natural, política, e religiosa, além de aspectos envolvendo relações humanas. Como causas naturais, podem ser citados problemas de colheita, que elevaram o valor dos alimentos; sob os aspectos político, salienta-se a nomeação de líderes para a Judéia que não eram aceitos pelo povo que vivia ali; sob o aspecto religioso,

observa-se que Jerusalém era um centro de peregrinação e que muitos doentes e enfermos acabavam por se acomodar na cidade a fim de receberem esmolas, que para muitos eram mais abençoadas se entregues nesta cidade. Além disso, mas ainda envolvendo aspectos religiosos, estava o fato de que muitos cristãos desejavam ser sepultados na cidade onde Jesus havia morrido e suas viúvas acabavam por unir-se à comunidade a fim de serem atendidas por ela. E aí se percebe a questão de problemas nas relações humanas: estas mulheres não eram tão bem atendidas quanto as viúvas judias cristãs, e as pessoas que vinham de outros lugares e se ajuntavam ali, pelos cristãos de Jerusalém muitas vezes não eram bem recebidas. Estes fatores não ocorreram simultaneamente, senão por um longo período. Esta conclusão é feita devido ao tempo de duração da campanha promovida pelo apóstolo Paulo que, conforme estudiosos, teve a duração de dez anos.

Conforme observado, a coleta teve um envolvimento profundo por parte de Paulo, na medida em que boa parte do seu ministério foi investida neste projeto. As comunidades da Acaia, Macedônia e Galácia foram convocadas a participar e destas se percebe que todas estavam em regiões estratégicas para a difusão do evangelho, pela facilidade de transporte e pelo fato de serem centros importantes na época do império romano.

Na abordagem que Paulo faz à comunidade de Corinto, ele usa como exemplo a situação da comunidade da Macedônia que não viviam uma situação miserável, conforme ele se expressa a respeito deles, mas estavam em condição econômica inferior à daquela vivida pelos cristãos da região da Acaia. Pelo que tudo indica, Paulo utilizou-se deste argumento para mostrar que, mesmo pessoas em condição econômica inferior podiam colaborar no projeto de ajuda aos cristãos de Jerusalém.

Para a participação na empreitada promovida por Paulo, a oferta vinda do coração tinha um grande valor, pois demonstraria, diante de Deus, o desejo de participar. Desta forma, não havia um valor mínimo estipulado pelo apóstolo, embora ele entendesse que deveria haver, da parte daqueles irmãos, uma

participação expressiva, a fim de que nem eles, nem o próprio apóstolo, passassem qualquer constrangimento quando a comissão, organizada para este fim, fosse até Corinto para receber as doações e encaminhá-las pessoalmente a quem se destinava: membros da comunidade hierosolimitana. Este projeto envolvia valores essencialmente espirituais, comparado à oferta que Jesus fez dele mesmo, tornando-se um ser humano e vivendo entre nós. Paulo traduz este projeto como “graça de Deus” em diversas ocasiões, demonstrando com isso que o que ele propunha aos crentes de Corinto era, na verdade, uma oportunidade para receberem bênçãos espirituais. Era também uma forma de unir dois grupos distintos: judeus e gentios que, embora unidos sob o aspecto espiritual, demonstravam divisões sérias no seio da Igreja daquela época, envolvendo disputas diversas, como aspectos doutrinários.

A campanha da coleta tinha como propósito atender a uma situação localizada, envolvendo cristãos de uma cidade específica, Jerusalém. Nos dias de hoje, cristãos de diversas partes do mundo demonstram a sua solidariedade de diversas formas, seja em atitudes, seja conduzindo projetos sociais. No Brasil, dada a religiosidade tão grande que se percebe entre este povo, aliado à desigualdade social tão grande percebida, o povo de Deus se manifesta de diversas formas e, no caso específico dos batistas filiados à Convenção Batista Brasileira, procuram criar no seio das igrejas e entre os fieis desta denominação, uma consciência solidária, com o intuito de promover o Reino de Deus na terra, amenizando as dores vividas pelas pessoas deste país. Por esta razão, em 1997, aprovou a Filosofia de Ação Social da CBB, na qual apresenta diversos fundamentos para a ação social dos batistas brasileiros.

Na comparação feita entre o que Paulo apresentou em 2 Coríntios 8 e 9 e a Filosofia de Ação Social da CBB, no entanto, foram identificados tanto elementos congruentes quanto divergentes entre as duas propostas. Como aspecto convergente, pode ser citada a razão para a solidariedade, cujo propósito é atender à necessidade das pessoas. Paulo e a filosofia da CBB analisada nesta pesquisa apresentam a preocupação com o ser humano. Outro aspecto em sintonia, tanto na proposta Paulina quanto na Filosofia da CBB é a oportunidade de demonstrar amor.

Assim como o texto do apóstolo, o texto de ação social da CBB, ora analisado, apresenta o amor como elemento importante para a solidariedade.

Quanto à identificação de elementos divergentes entre a proposta paulina e a proposta apresentada pela Filosofia de Ação Social da CBB é que, enquanto a coleta promovida pelo apóstolo foi focada apenas das comunidades cristãs para outra comunidade, também cristã, a filosofia da CBB apresenta uma proposta para quem deseja colaborar, seja este pertencente ou não à comunidade cristã, com o objetivo de atender a qualquer tipo de pessoa, independentemente de sua crença. E uma vez que não é exclusivista, também não é, para os batistas, apresentada como um referencial de maturidade cristã; para Este grupo religioso a solidariedade deve ser realizada porque a pessoa que foi incluída na comunidade de fieis das igrejas batistas tem, por obrigação, ser um referencial quanto à solidariedade, ao passo que, para Paulo, a solidariedade é um indicativo de maturidade espiritual.

No aspecto dos resultados que se esperam, outra grande diferença foi identificada: enquanto Paulo falou de valores espirituais como recompensa para aquele que participa desta campanha de solidariedade, os batistas, em sua filosofia de Ação Social apresentam resultados esperados no campo material, humano, como a promoção social das pessoas e a transformação política e social do país. Sob o aspecto espiritual, a Filosofia observa que aquele que recebeu a ajuda será despertado para a realidade de que Deus o ama. Paulo observa bênçãos essencialmente espirituais e para quem oferta; os batistas, no entanto, tratam de resultados no plano físico e, quando tratam de valores espirituais, é como benefício para quem recebe a oferta.

Conforme dito anteriormente, ambas as propostas são válidas por apresentarem a preocupação com a pessoa humana. Sob as diferenças, cabe observar que tanto a proposta paulina, quanto a proposta dos batistas têm aspectos positivos: os batistas são inclusivos, tanto na oportunidade de ajudar, quanto na distribuição da ajuda e isso é positivo; Paulo, no entanto, ensina que a maturidade espiritual é que faz com que se veja o próximo com as suas necessidades e se

tenha disposição para ajudar; o apóstolo mostra também que valores espirituais são uma realidade para quem oferta, e isso certamente estimula as pessoas a se envolverem mais em campanhas solidárias.

A proposta da Filosofia de Ação Social da CBB é uma sugestão apresentada às igrejas batistas. Uma vez que são autônomas e independentes, o documento da CBB fica disponível para quem desejar segui-lo ou adotar diversos de seus aspectos. No entanto, sabe-se que, mesmo sem ser adotado integralmente por uma igreja batista, estas comunidades têm demonstrado, exercido e se preocupado com a solidariedade. Desta forma, o documento não é discutido nas igrejas, mas a razão de ser dele, o cuidado com o ser humano, sim.

Como última observação, salienta-se também que a CBB não tentou seguir a orientação de Paulo na forma de tratar da solidariedade e por isso as diferenças entre eles. São realidades distintas que tornam as ações diferentes tanto por parte de Paulo como também por parte da CBB.

REFERÊNCIAS

AHARONI, Yohanan, et al. **Atlas Bíblico**. Trads. Susana KLASSEN y Vanderlei ORTIGOZA. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

AKASHEH, Kaled B. **Emsemble au service de l'évangile. Les collaborateurs et les collaboratrices de saint Paul**. Mursia: Pontificia Università Lateranense, 2000.

ALBERICO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ALLO, P. E. **Première Épitre aux Corinthiens**. Paris: J. Gabalda et Companhia, 1934.

ANDERSON, Justo C. **Historia de los Bautistas**. Vol. I. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1978. III vols.

BAGBY, Wiliam Buck. "As primeiras páginas da história dos Baptistas na América Latina". **O Jornal Batista** 07 de Novembro de 1930: 10,11.

BAKER, Roberto A. **Los Bautistas en la Historia**. Trad. R Cecil Moore. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1965.

BALZ, H. y G. Schneider. **Exegetical Dictionary of the New Testament**. 3 vols vols. Grand Rapids: Eerdmans, 1990.

BAPTIST WORLD ALIANCE. <http://www.bwanet.org/>, 2011. Disponível em: <<http://www.bwanet.org/bwa.php?site=Resources&id=258>>. Acesso em: 28 fev. de 2012

BARBAGLIO, Giuseppe. **1-2 Coríntios**. Trads. Benôni Lemos y Patrizia G.E. Collina Bastianetto. São Paulo: Paulinas, 1993.

_____. **As Cartas de Paulo (I)**. Trad. José Maria de Almeida. 1. São Paulo: Loyola, 1989.

BIBLIAONLINE. **Bíblia on Line**, 2012. BíbliaOnline. Disponível em: <<http://www.bibliaonline.net/dicionario/>>. Acesso em : 01 mar. 2012

BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida, edição Revista e Atualizada. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1994. 1835p.

BLOMBERG, Craig L. **Nem pobreza nem riqueza: as posses segundo a Teologia Bíblica**. Trad. Aline Marques Kaehler. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2009.

BONNET, Luis y Alfredo SCHROEDER. **Comentario del Nuevo Testamento**. Vol. 3. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1982.

BOOR, Werner de. **Cartas aos Coríntios**. Trad. Werner Fuchs. Curitiba: Esperança, 2004.

BOOR, Werner de; Hans BÜRKI. **Cartas aos Tessalonicenses, Timóteo, Tito e Filemom**. Trad. Werner Fuchs. 1. Curitiba: EWditora Evangélica Esperança, 2007.

BORTOLINI, José. **Como Ler A Primeira Carta Aos Coríntios: Superar Os Conflitos em Comunidade**. 2. São Paulo: Paulus, 1992.

BOSCH, Jordi Sánchez. **Maestro de los pueblos - Una Teología de Pablo, El Apóstol**. Estella: Editorial Verbo Divino, 2007.

BROWN, Raymond E. **Introducción al Nuevo Testamento**. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

BRUCE, F. F. **Paulo: o apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia**. Trad. Hans Udo Fuchs. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.

CANZIAN, Fernando. "Erradicar pobreza custaria mais R\$ 21 bi." **Folha de São Paulo**, 14 de Novembro de 2010, Edição Diária. A14.

CARREZ, Maurice, Pierre DORNIER y Marcel DUMAIS. **As Cartas de Paulo, Tiago Pedro e Judas**. Trad. Benôni Lemos. 2. São Paulo: Paulus, 1987.

CBB. **Filosofia de Ação Social da Convenção Batista Brasileira**. 78ª Assembléia da CBB. Salvador: CONVENÇÃO Batista Brasileira, 1997. 175-186.

CESAREIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. Trads. Lucy Iamankani y Luis Aron de Marcelo. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

CHEN, Phil; SABA, Nelson. **A Bíblia Glow**. Ed. Phil Chen. Immersion Digital. Orlando: Immersion Digital, 05 de Junho de 2010.

COENEN, Lothar. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Trad. Gordon Chown. 4 vols. São Paulo: Vida Nova, 1981.

COMBLIN, José. **Segunda Epístola aos Coríntios**. 1. Petrópolis: Vozes, 1991.

CPC. **Com os olhos no Futuro: Teses do Congresso Batista Brasileiro**. Ed. Conselho de Planejamento e Coordenação da CBB. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.

CRABTREE, A. R. **História dos Batistas no Brasil: Até o ano de 1906**. 2ª Edição. Vol. I. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962. II vols.

DOUGLAS, J.D. **O Novo Dicionário da Bíblia**. Trad. João Bentes. II vols. São Paulo: Vida Nova, 1991.

DUNN, James D. G. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. Trad. Edwino Royer. 2ª Edição. São Paulo: Paulus, 2008.

EARLY Jr, Joe. **The Life And Writings of Thomas Elwys: Early Bbaptists Writing Texts**. Macon: Mercer University Press, 2009.

ECHEGARAY, Joaquín González. **Los Hechos de Los Apóstoles Y El Mundo Romano**. 1. Estella : Editorial Verbo Divino, 2002.

ELWELL, Walter A. y Robert YARBROUGH. **Descobrimdo o NT: Uma Perspectiva Histórica E Teológica**. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

ERKAMP, Paul. **The Grain Market at The Roman Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FABRIS, Rinaldo. **Paulo, o Apóstolo Dos Gentios**. Trad. Euclides Martins Balancin. 5ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2008.

FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**. 7ª. Rio de Janeiro: JUERP, 1993.

FERREIRA, Franklin. **www.monergismo.com**. Ed. Felipe Sabino de Araújo Neto. 14 de Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_fe_historia_batista.htm>. Acesso em: 21 jan. 2012.

FERREIRA, Joel A. **Gálatas, A Epístola da Abertura de Fronteiras**. São Paulo: Loyola, 2005.

FERREIRA, Joel A., et al. **Sociologia das Comunidades Paulinas**. 1. Vol. 25. Petrópolis: Vozes, 1990.

FÜSSELKuno, SEGBERSFranzed.. “Die politische Ökonomie des Römischen Imperius in der frühen Kaiserzeit”. “... so lernen die Völker des Erdkereises Gerechtigkeit. Ein Arbeitsbuch zu Bibel und Ökonomie”Luzern: Exodus, 1995, págs.36-59.

GIRALDI, Luis Antonio. **História da Bíblia no Brasil**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GONZÁLEZ, Ondina E. y Justo L. GONZÁLEZ. **Cristianismo na América Latina: Uma História**. Trad. Valdemar Kroker. São paulo: Vida Nova, 2010.

GUEVARA, Hernando. **Ambiente Político del Pueblo Judío en Tiempos de Jesús**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1985.

GUIMARÃES, Marina. <http://www.istoedinheiro.com.br>. 30 de Novembro de 2010. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/42646_POBREZA+NA+AMERICA+LATINA+DIMINUI+EM+2010+AVALIA+CEPAL . Acesso: 07 de Março de 2012.

HAENCHEN, Ernst. **The Acts of the Apostles**. Oxford; Filadelfia: Westminster, 1971.

HALE, Broadus David. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento**. Trad. Cláudio Vital de Souza. 1. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1983.

HENDRICKX, Herman. **Chave Para a Primeira Carta Aos Coríntios**. Trad. Luciliam de Castro Raña Batagini. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

HERMIDA, Antonio José Borges. **História Geral Para os Cursos De Grau Médio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

_____. **História Geral, Moderna e Contemporânea**. IV vols. São Paulo: FTD, 1994.

JACOBSON, D. M.; WEITZMAN, M. P. www.jstor.org. **American Journal of Archeology**. Abril de 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/505923>>. Acesso em: 26 nov. 2011

JACOBSON, David M. Corinthian bronze and the gold of the alchemists. 10 de Junho de 2000. <http://www.springerlink.com>. Ed. Springer Berlin / Heidelberg. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/m46638078q642vr8/>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

JEREMIAS, JOACHIM. **Jerusalém em Tiempos de Jesús. Estudio Económico y Social del Mundo del Nuevo Testamento**. Trad. J. Luis Ballines. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1980.

JOSEFO, Flávio. **A História dos Hebreus**. Trad. Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

JOSEFUS, Flavius. **Works of Josefus: with a life written by himself**. 3 volumes. Trad. William Whiston. New York: Armstrong and son, 1902.

KASCHEL, Werner. **Dicionário da Bíblia de Almeida**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

KEE, Howard Clark. **As Origens Cristãs em Perspectiva Sociológica**. Trad. J. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1983.

KENT, J. H. **Inscriptions 1926 - 1966**. Vol. VIII. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KRUSE, Colin G. **II Coríntios, Introdução e Comentário**. Trad. Oswaldo Ramos. São Paulo: Vida Nova; Mundo Cristão, 1994.

LAUSANNE MOVEMENT. **Lausanne.org**. 2011a. Disponível em: <<http://www.lausanne.org/pt/pt/1653-o-congresso-cape-town-2010-utiliza-maior-capacidade-de-internet-em-banda-larga-do-que-a-copa-do-mundo.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012

_____. **Lausanne.org**. Ed. Chris WRIGHT. 2011b. Disponível em: <<http://www.lausanne.org/pt/pt/1661-compromisso-da-cidade-do-cabo.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

LAWRENCE, Paul. **Atlas Histórico e Geográfico da Bíblia**. Trad. Susana Klass. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

LEMAIRE, P. Paulin y P. Donato BALDI. **Atlante Biblico. Storia e Geografia della Biblia**. 2. Marietti Editora: 1964, 1964.

LOPES, Hernandes Dias. **Filipenses: A Alegria Triunfante no Meio das Provas**. São Paulo: Hagnos, 2007.

LUMPKIN, William L. **Baptist Confessions of Faith**. Chicago, Philadelphia, Los Angeles: The Judson Press, 1959.

LUZ, Waldyr Carvalho. **Novo Testamento Interlinear**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

MACHADO, José Neemésio. **Educação Batista no Brasil: Uma análise Complexa**. São paulo: Colégio Batista Brasileiro, 1999.

MACMULLEN, Ramsay. **Social History in Astrology**. London: Yale University Press, 1974.

MARTIN, Ralph P. **Filipenses, Introdução e Comentário**. Trad. Oswaldo Ramos. São Paulo: Vida Nova, 1985.

Massie, J. **Corinthians: Introduction**. Ed. Walter F. Adeney. Edinburgh: T.C. & E.C. Jack, S.D.

MEEKS, Wayne A. **As Origens da Moralidade Cristã: Os Dois Primeiros Séculos.** Trad. Adauri Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os Primeiros Cristãos Urbanos. O mundo social do apóstolo Paulo.** Santo André: Academia Cristã; Paulus Editora, 2011.

_____. **Os Primeiros Cristãos Urbanos. O mundo social do apóstolo Paulo.** Trad. I. F. L. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1992.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil.(Estudos E Debates Latino-Americanos, 10).** São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo Brasileiro.** São Paulo: Loyola, 1990.

MORRIS, Leon. **I Coríntios: Introdução e Comentário.** Trad. Odayr Olivetti. 2ª Edição São Paulo: Vida Nova, 1993.

MOUCE, William D. **The Analytical Lexicon to the Greek New Testament.** Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1993.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **St. Paul's Corinth. Texts and Archaeology.** Wilmington: M. Glazier, 2002.

NEWMAN, Barclay M., Jr. "Logos Research Systems, Inc." **Greek-English Dictionary of the New Testament.** Prod. Logos Bible Software. Bellingham, 21 de 12 de 2011.

nosrevla. s.f. 14 de 12 de 2011 Disponível em:
<<http://www.nosrevla.com/home/page4a#4.2.1>>. Acesso em 20 jul 2011

OLIVEIRA, Betty Antunes de. **Centelha em Restolho Seco: Uma Contribuição Para a História dos Primórdios do Trabalho Batista no Brasil.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Vida Nova, 2005.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Liberdade e Exclusivismo: Ensaio Sobre os Batistas Ingleses.** Rio de Janeiro; Recife: Horizontal; STBNB Edições, 1997.

_____. O nome Batista. **O Jornal Batista** 05 de Maio de 2005, Edição Edição Semanal ed.: 05.

_____. **Princípios e Práticas Batistas.** 3ª. Recife: Kairós, 2011 b.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de e Edelweiss Falcão de OLIVEIRA. **O Mundo no Coração de Deus: 100 anos da Junta de Missões Mundiais da CBB**. Rio de Janeiro: Convicção, 2008.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Desafios e conquistas missionárias: 100 anos da Junta de Missões Nacionais da CBB**. Rio de Janeiro: Convicção Editora, 2007.

_____. **Um Povo Chamado Batista: História e Princípios**. 2ª Edição. Recife: Kairós, 2011a.

PADILLA, René. **Missão Integral. Ensaio sobre o Reino e a Igreja**. Trad. Emil Albert Sobottka. São Paulo: Temática Publicações; Fraternidade Teológica Latinoamericana - setor Brasil, 1992.

PARRY, R. St. J. **Commentary on I Corinthians**. Tha Cambridge Grrek Testament, 1926.

PIBRT - DF. Primeira Igreja Batista Reformada em Taguatinga – DF. s.f. **<http://pibr.wordpress.com>**. Disponível em: <<http://pibr.wordpress.com/confissao-de-fe-batista-1689/>>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2012

PLUMMER, A. **The Second Epistle of Paul The Apostle to the Corinthians**. Cambridge: University Press, 1903.

PURIN, João Reinaldo. **Ministério Cristão - Ontem, Hoje e Sempre**. Rio de Janeiro: JUERP, 2003.

REGA, Lourenço Stelio. “A razão principal da Igreja é viver para a glória de Deus”. **O Jornal Batista** 06 de Março de 2011, Dominical ed.: 8-9.

REIMER, Ivoni Richter (org.). **Economia no mundo bíblico. Enfoques históricos e teológicos**. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006.

RICHARDS, Lawrence O. **Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento - Lawrence O. Richards**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

RIENECKER, F. **Chave lingüística do Novo Testamento**. Trads. Gordon Chown e Júlio Paulo T. São Paulo: Vida Nova, 1988.

RIOS, Cristina. **Gazeta do Povo**. Instituto RGPCOM. 16 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1068230> (último acesso: 20 de Novembro de 2010).

RYRIE, Charles Chaldee. **A Bíblia Anotada**. Trad. Carlos Oswaldo Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1991.

SÁNCHEZ, José Luiz; Meritxell ALMARZA. **A vida quando Roma dominava o mundo: O Império Romano - 100 a.C. - 200 d.C.** Trad. et al Beatriz Caldas. Barcelona: Folio, 2008.

SAULNIER, Christiane; Bernard ROLLAND. **A Palestina no Tempo de Jesus**. Trad. José Raimundo Vidigal. 7ª Edição. Vol. 27. São Paulo: Paulus, 2005.

SBB. **Manual Bíblico SBB**. Trad. Lailah de Noronha. 1. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

SILVA, Cleni da. **Educação Batista. Análise histórica de sua implantação no Brasil e de seus desafios no contexto atual**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004.

SOBRINHO, João Falcão. **Teologia da Mordomia Cristã**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

SOUZA, Sócrates Oliveira de. **Pacto e comunhão: documentos batistas**. Rio de Janeiro: Convicção, 2010.

SPERANDIO, Mary Rute *in* ROSSI, Luiz Alexandre Solano; KUZMA, Cesar (org.). **Cultura, Religião e Sociedade. Um diálogo entre diferentes saberes**. Curitiba: Champagnat, 2010.

STAMBAUGH, John E.; BALCH, David L. **O Novo Testamento Em Seu Ambiente Social**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

STEGEMANN, Ekkehard W.; Wolfgang STEGEMANN. **História Social do Protocristianismo: Os primórdios no judaísmo e as Comunidades de Cristo no Mundo Mediterrâneo**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2004.

_____. **Historia Social de Cristianismo Primitivo: Los inicios En El Judaísmo y Las Comunidades Cristianas en el Mundo Mediterráneo**. Estella: editorial Verbo Divino, 2001.

STOTT, John R. W. **A Mensagem de Gálatas**. São Paulo: ABU, 1989.

_____. **A Mensagem de Atos**. Trad. Markus André Hediger e Lucy Yamakami. 1. São Paulo: ABU, 1994.

STRONG, James. **Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005.

TASKER, R. V. G. **The Second Epistle of Paul to the Corinthians: an introduction and commentary.** London: The Tyndale Press, 1958.

TAYLOR, Zacharias. **The Rise and Progress of Baptist Mission in Brazil.** Arkadelphia: Ouachita Baptist University, 1969.

TORBET, Robert G. **A History of the Baptists.** Valley Forge, Chicago: The Judson Press, 1963.

TRIMAILLE, Michel. **A primeira epístola aos tessalonicenses revisão José Joaquim Sobral.** Trad. José Antonio Ruiz. São Paulo: Paulinas, 1986.

VANCE, Laurence M. arminianismo.com. 21 de Fevereiro de 2007. **www.arminianismo.com.** Shaper Simplicity - II. Disponível em: <http://www.arminianismo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=330:confissoes-de-fe-batistas&catid=130:laurence-m-vance-o-outro-lado-do-calvinismo-&Itemid=42>. Acesso em: 21 jan. 2012

VASCONCELOS, Fausto Aguiar. “A autonomia da Igreja local é o assunto do momento no Mundo Batista Hoje”. **O Jornal Batista** Rio de Janeiro, 01 de Janeiro de 2012, Edição Semanal ed.: 8,9.

VEDDER, Enrique C. **Breve Historia de Los Bautistas hasta 1900.** Trad. Teofilo Barocio. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, 1977.

VINE, W. E., Merrill F. UNGER; William WHITE Jr. **Dicionário Vine.** Ed. Merrill F. Unger; William White Jr. Trad. Luis Aron de Macedo. 5. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

WENDLAND, Heinz-Dietrich. **Le Lettere Ai Corinti.** Trads. Gianfranco Forza e Franco Ronchi. 1. Brescia: Paideia Editrice Brescia, 1976.

WENGST, Klaus. **Pax romana pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo.** Trad. Antônio M. da Torre. São Paulo: Paulinas, 1991.

ZODHIATES, Spiros, Warren BAKER; G. HADJANTONIOU. **The Complete Word Study Dictionary: New Testament.** Chattanooga: AMG PUBLISHERS, 2000. Disponível em Logos.com.

ANEXO A: CONFISSÃO DE FÉ BATISTA – 1689

Adotada pelos Ministros e Mensageiros da Assembleia Geral reunida em Londres de 03 a 11 de julho de 1689

Capítulo 16 – Das Boas Obras

Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra,¹ e não as que os homens inventam, sem o respaldo da Palavra de Deus, movidos por um zelo cego ou por algum pretexto de boas intenções².

2. As boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e a evidência de uma fé verdadeira e viva³. Por meio delas os crentes demonstram a sua gratidão⁴, fortalecem sua certeza de salvação⁵, edificam seus irmãos, adornam sua profissão do evangelho⁶, fazem calar os seus adversários e glorificam a Deus⁷ – pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para as boas obras⁸, para que tenhamos o nosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna⁹.

3. A aptidão para as boas obras não advém dos próprios crentes, de modo algum; essa aptidão provém do Espírito de Cristo¹⁰. E, para que os crentes possam desempenhar as boas obras, é necessária uma influência contínua do mesmo Espírito Santo – além das graças já recebidas – para neles realizar tanto o querer como o efetuar, segundo a boa vontade de Deus¹¹. Isso, porém, não significa que devam tornar-se negligentes, como se não tivessem a obrigação de cumprir um

¹ Miquéias 6.8; Hebreus 13.21.

² Mateus 15.9; Isaías 29.13.

³ Tiago 2.18-22.

⁴ Salmo 116.12-13.

⁵ I João 2.3,5; II Pedro 1.5-11

⁶ Mateus 5.16

⁷ I Timóteo 6.1; I Pedro 2.15; Filipenses 1.11

⁸ Efésios 2:10

⁹ Romanos 6:22

¹⁰ João 15:4-5.

¹¹ II Coríntios 3:5; Filipenses 2:13.

dever senão quando especialmente movidos pelo Espírito Santo. Pelo contrário, os cristãos devem ser diligentes e desenvolver a graça de Deus que neles há¹².

¹² Filipenses 2:12; Hebreus 6:11-12; Isaías 64:7.

ANEXO B – O PACTO DE LAUSANNE

INTRODUÇÃO

Nós, membros da Igreja de Jesus Cristo, procedentes de mais de 150 nações, participantes do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, em Lausanne, louvamos a Deus por sua grande salvação, e regozijamo-nos com a comunhão que, por graça dele mesmo, podemos ter com ele e uns com os outros. Estamos profundamente tocados pelo que Deus vem fazendo em nossos dias, movidos ao arrependimento por nossos fracassos e desafiados pela tarefa inacabada da evangelização. Acreditamos que o evangelho são as boas novas de Deus para todo o mundo, e por sua graça, decidimo-nos a obedecer ao mandamento de Cristo de proclamá-lo a toda a humanidade e fazer discípulos de todas as nações. Desejamos, portanto, reafirmar a nossa fé e a nossa resolução, e tornar público o nosso pacto.

1. O Propósito de Deus

Afirmamos a nossa crença no único Deus eterno, Criador e Senhor do Mundo, Pai, Filho e Espírito Santo, que governa todas as coisas segundo o propósito da sua vontade. Ele tem chamado do mundo um povo para si, enviando-o novamente ao mundo como seus servos e testemunhas, para estender o seu reino, edificar o corpo de Cristo, e também para a glória do seu nome. Confessamos, envergonhados, que muitas vezes negamos o nosso chamado e falhamos em nossa missão, em razão de nos termos conformado ao mundo ou nos termos isolado demasiadamente. Contudo, regozijamo-nos com o fato de que, mesmo transportado em vasos de barro, o evangelho continua sendo um tesouro precioso. À tarefa de tornar esse tesouro conhecido, no poder do Espírito Santo, desejamos dedicar-nos novamente.

2. A Autoridade e o Poder da Bíblia

Afirmamos a inspiração divina, a veracidade e autoridade das Escrituras tanto do Velho como do Novo Testamento, em sua totalidade, como única Palavra de Deus escrita, sem erro em tudo o que ela afirma, e a única regra infalível de fé e prática. Também afirmamos o poder da Palavra de Deus para cumprir o seu propósito de salvação. A mensagem da Bíblia destina-se a toda a humanidade, pois a revelação de Deus em Cristo e na Escritura é imutável. Através dela o Espírito Santo fala ainda hoje. Ele ilumina as mentes do povo de Deus em toda cultura, de modo a perceberem a sua verdade, de maneira sempre nova, com os próprios olhos, e assim revela a toda a igreja uma porção cada vez maior da multiforme sabedoria de Deus.

3. A Unicidade e a Universalidade de Cristo

Afirmamos que há um só Salvador e um só evangelho, embora exista uma ampla variedade de maneiras de se realizar a obra de evangelização. Reconhecemos que todos os homens têm algum conhecimento de Deus através da revelação geral de Deus na natureza. Mas negamos que tal conhecimento possa salvar, pois os homens, por sua injustiça, suprimem a verdade. Também rejeitamos, como depreciativo de Cristo e do evangelho, todo e qualquer tipo de sincretismo ou de diálogo cujo pressuposto seja o de que Cristo fala igualmente através de todas as religiões e ideologias. Jesus Cristo, sendo ele próprio o único Deus-homem, que se ofereceu a si mesmo como único resgate pelos pecadores, é o único mediador entre Deus e os homens. Não existe nenhum outro nome pelo qual importa que sejamos salvos. Todos os homens estão perecendo por causa do pecado, mas Deus ama todos os homens, desejando que nenhum pereça, mas que todos se arrependam. Entretanto, os que rejeitam Cristo repudiam o gozo da salvação e condenam-se à separação eterna de Deus. Proclamar Jesus como "o Salvador do mundo" não é afirmar que todos os homens, automaticamente, ou ao final de tudo, serão salvos; e muito menos que todas as religiões ofereçam salvação em Cristo. Trata-se antes de proclamar o amor de Deus por um mundo de pecadores e convidar todos os homens a se entregarem a ele como Salvador e Senhor no sincero compromisso pessoal de

arrependimento e fé. Jesus Cristo foi exaltado sobre todo e qualquer nome. Anelamos pelo dia em que todo joelho se dobrará diante dele e toda língua o confessará como Senhor.

4. A Natureza da Evangelização

Evangelizar é difundir as boas novas de que Jesus Cristo morreu por nossos pecados e ressuscitou segundo as Escrituras, e de que, como Senhor e Rei, ele agora oferece o perdão dos pecados e o dom libertador do Espírito a todos os que se arrependem e crêem. A nossa presença cristã no mundo é indispensável à evangelização, e o mesmo se dá com aquele tipo de diálogo cujo propósito é ouvir com sensibilidade, a fim de compreender. Mas a evangelização propriamente dita é a proclamação do Cristo bíblico e histórico como Salvador e Senhor, com o intuito de persuadir as pessoas a vir a ele pessoalmente e, assim, se reconciliarem com Deus. Ao fazermos o convite do evangelho, não temos o direito de esconder o custo do discipulado. Jesus ainda convida todos os que queiram segui-lo e negarem-se a si mesmos, tomarem a cruz e identificarem-se com a sua nova comunidade. Os resultados da evangelização incluem a obediência a Cristo, o ingresso em sua igreja e um serviço responsável no mundo.

5. A Responsabilidade Social Cristã

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambas parte do nosso dever cristão. Pois ambas são necessárias

expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Quando as pessoas recebem Cristo, nascem de novo em seu reino e devem procurar não só evidenciar mas também divulgar a retidão do reino em meio a um mundo injusto. A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta.

6. A Igreja e a Evangelização

Afirmamos que Cristo envia o seu povo redimido ao mundo assim como o Pai o enviou, e que isso requer uma penetração de igual modo profunda e sacrificial. Precisamos deixar os nossos guetos eclesiais e penetrar na sociedade não-cristã. Na missão de serviço sacrificial da igreja a evangelização é primordial. A evangelização mundial requer que a igreja inteira leve o evangelho integral ao mundo todo. A igreja ocupa o ponto central do propósito divino para com o mundo, e é o agente que ele promoveu para difundir o evangelho. Mas uma igreja que pregue a Cruz deve, ela própria, ser marcada pela Cruz. Ela torna-se uma pedra de tropeço para a evangelização quando trai o evangelho ou quando lhe falta uma fé viva em Deus, um amor genuíno pelas pessoas, ou uma honestidade escrupulosa em todas as coisas, inclusive em promoção e finanças. A igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas.

7. Cooperação na Evangelização

Afirmamos que é propósito de Deus haver na igreja uma unidade visível de pensamento quanto à verdade. A evangelização também nos convoca à unidade, porque o ser um só corpo reforça o nosso testemunho, assim como a nossa desunião enfraquece o nosso evangelho de reconciliação. Reconhecemos,

entretanto, que a unidade organizacional pode tomar muitas formas e não ativa necessariamente a evangelização. Contudo, nós, que partilhamos a mesma fé bíblica, devemos estar intimamente unidos na comunhão uns com os outros, nas obras e no testemunho. Confessamos que o nosso testemunho, algumas vezes, tem sido manchado por pecaminoso individualismo e desnecessária duplicação de esforço. Empenhamo-nos por encontrar uma unidade mais profunda na verdade, na adoração, na santidade e na missão. Instamos para que se apresse o desenvolvimento de uma cooperação regional e funcional para maior amplitude da missão da igreja, para o planejamento estratégico, para o encorajamento mútuo, e para o compartilhamento de recursos e de experiências.

8. Esforço Conjugado de Igrejas na Evangelização

Regoziamo-nos com o alvorecer de uma nova era missionária. O papel dominante das missões ocidentais está desaparecendo rapidamente. Deus está levantando das igrejas mais jovens um grande e novo recurso para a evangelização mundial, demonstrando assim que a responsabilidade de evangelizar pertence a todo o corpo de Cristo. Todas as igrejas, portando, devem perguntar a Deus, e a si próprias, o que deveriam estar fazendo tanto para alcançar suas próprias áreas como para enviar missionários a outras partes do mundo. Deve ser permanente o processo de reavaliação da nossa responsabilidade e atuação missionária. Assim, haverá um crescente esforço conjugado pelas igrejas, o que revelará com maior clareza o caráter universal da igreja de Cristo. Também agradecemos a Deus pela existência de instituições que laboram na tradução da Bíblia, na educação teológica, no uso dos meios de comunicação de massa, na literatura cristã, na evangelização, em missões, no avivamento de igrejas e em outros campos especializados. Elas também devem empenhar-se em constante auto-exame que as levem a uma avaliação correta de sua efetividade como parte da missão da igreja.

9. Urgência da Tarefa Evangelística

Mais de dois bilhões e setecentos milhões de pessoas, ou seja, mais de dois terços da humanidade, ainda estão por serem evangelizadas. Causa-nos vergonha ver tanta gente esquecida; continua sendo uma reprimenda para nós e para toda a igreja. Existe agora, entretanto, em muitas partes do mundo, uma receptividade sem precedentes ao Senhor Jesus Cristo. Estamos convencidos de que esta é a ocasião para que as igrejas e as instituições para-eclesiásticas orem com seriedade pela salvação dos não-alcançados e se lancem em novos esforços para realizarem a evangelização mundial. A redução de missionários estrangeiros e de dinheiro num país evangelizado algumas vezes talvez seja necessária para facilitar o crescimento da igreja nacional em autonomia, e para liberar recursos para áreas ainda não evangelizadas. Deve haver um fluxo cada vez mais livre de missionários entre os seis continentes num espírito de abnegação e prontidão em servir. O alvo deve ser o de conseguir por todos os meios possíveis e no menor espaço de tempo, que toda pessoa tenha a oportunidade de ouvir, de compreender e de receber as boas novas. Não podemos esperar atingir esse alvo sem sacrifício. Todos nós estamos chocados com a pobreza de milhões de pessoas, e conturbados pelas injustiças que a provocam. Aqueles dentre nós que vivem em meio à opulência aceitam como obrigação sua desenvolver um estilo de vida simples a fim de contribuir mais generosamente tanto para aliviar os necessitados como para a evangelização deles.

10. Evangelização e Cultura

O desenvolvimento de estratégias para a evangelização mundial requer metodologia nova e criativa. Com a bênção de Deus, o resultado será o surgimento de igrejas profundamente enraizadas em Cristo e estreitamente relacionadas com a cultura local. A cultura deve sempre ser julgada e provada pelas Escrituras. Porque o homem é criatura de Deus, parte de sua cultura é rica em beleza e em bondade; porque ele experimentou a queda, toda a sua cultura está manchada pelo pecado, e parte dela é demoníaca. O evangelho não pressupõe a superioridade de uma cultura sobre a outra, mas avalia todas elas segundo o seu

próprio critério de verdade e justiça, e insiste na aceitação de valores morais absolutos, em todas as culturas. As missões muitas vezes têm exportado, juntamente com o evangelho, uma cultura estranha, e as igrejas, por vezes, têm ficado submissas aos ditames de uma determinada cultura, em vez de às Escrituras. Os evangelistas de Cristo têm de, humildemente, procurar esvaziar-se de tudo, exceto de sua autenticidade pessoal, a fim de se tornarem servos dos outros, e as igrejas têm de procurar transformar e enriquecer a cultura; tudo para a glória de Deus.

11. Educação e Liderança

Confessamos que às vezes temos nos empenhado em conseguir o crescimento numérico da igreja em detrimento do espiritual, divorciando a evangelização da edificação dos crentes. Também reconhecemos que algumas de nossas missões têm sido muito remissas em treinar e incentivar líderes nacionais a assumirem suas justas responsabilidades. Contudo, apoiamos integralmente os princípios que regem a formação de uma igreja de fato nacional, e ardentemente desejamos que toda a igreja tenha líderes nacionais que manifestem um estilo cristão de liderança não em termos de domínio, mas de serviço. Reconhecemos que há uma grande necessidade de desenvolver a educação teológica, especialmente para líderes eclesiásticos. Em toda nação e em toda cultura deve haver um eficiente programa de treinamento para pastores e leigos em doutrina, em discipulado, em evangelização, em edificação e em serviço. Este treinamento não deve depender de uma metodologia estereotipada, mas deve se desenvolver a partir de iniciativas locais criativas, de acordo com os padrões bíblicos.

12. Conflito Espiritual

Creemos que estamos empenhados num permanente conflito espiritual com os principados e potestades do mal, que querem destruir a igreja e frustrar sua tarefa de evangelização mundial. Sabemos da necessidade de nos revestirmos da armadura de Deus e combater esta batalha com as armas espirituais da verdade e da oração. Pois percebemos a atividade no nosso inimigo, não somente nas falsas

ideologias fora da igreja, mas também dentro dela em falsos evangelhos que torcem as Escrituras e colocam o homem no lugar de Deus. Precisamos tanto de vigilância como de discernimento para salvaguardar o evangelho bíblico. Reconhecemos que nós mesmos não somos imunes à aceitação do mundanismo em nossos atos e ações, ou seja, ao perigo de capitularmos ao secularismo. Por exemplo, embora tendo à nossa disposição pesquisas bem preparadas, valiosas, sobre o crescimento da igreja, tanto no sentido numérico como espiritual, às vezes não as temos utilizado. Por outro lado, por vezes tem acontecido que, na ânsia de conseguir resultados para o evangelho, temos comprometido a nossa mensagem, temos manipulado os nossos ouvintes com técnicas de pressão, e temos estado excessivamente preocupados com as estatísticas, e até mesmo utilizando-as de forma desonesta. Tudo isto é mundano. A igreja deve estar no mundo; o mundo não deve estar na igreja.

13. Liberdade e Perseguição

É dever de toda nação, dever que foi estabelecido por Deus, assegurar condições de paz, de justiça e de liberdade em que a igreja possa obedecer a Deus, servir a Cristo Senhor e pregar o evangelho sem quaisquer interferências. Portanto, oramos pelos líderes das nações e com eles instamos para que garantam a liberdade de pensamento e de consciência, e a liberdade de praticar e propagar a religião, de acordo com a vontade de Deus, e com o que vem expresso na Declaração Universal do Direitos Humanos. Também expressamos nossa profunda preocupação com todos os que têm sido injustamente encarcerados, especialmente com nossos irmãos que estão sofrendo por causa do seu testemunho do Senhor Jesus. Prometemos orar e trabalhar pela libertação deles. Ao mesmo tempo, recusamo-nos a ser intimidados por sua situação. Com a ajuda de Deus, nós também procuraremos nos opor a toda injustiça e permanecer fiéis ao evangelho, seja a que custo for. Nós não nos esquecemos de que Jesus nos previniu de que a perseguição é inevitável.

14. O Poder do Espírito Santo

Creemos no poder do Espírito Santo. O pai enviou o seu Espírito para dar testemunho do seu Filho. Sem o testemunho dele o nosso seria em vão. Convicção de pecado, fé em Cristo, novo nascimento cristão, é tudo obra dele. De mais a mais, o Espírito Santo é um Espírito missionário, de maneira que a evangelização deve surgir espontaneamente numa igreja cheia do Espírito. A igreja que não é missionária contradiz a si mesma e debela o Espírito. A evangelização mundial só se tornará realidade quando o Espírito renovar a igreja na verdade, na sabedoria, na fé, na santidade, no amor e no poder. Portanto, instamos com todos os cristãos para que orem pedindo pela visita do soberano Espírito de Deus, a fim de que o seu fruto todo apareça em todo o seu povo, e que todos os seus dons enriqueçam o corpo de Cristo. Só então a igreja inteira se tornará um instrumento adequado em Suas mãos, para que toda a terra ouça a Sua voz.

15. O Retorno de Cristo

Creemos que Jesus Cristo voltará pessoal e visivelmente, em poder e glória, para consumir a salvação e o juízo. Esta promessa de sua vinda é um estímulo ainda maior à evangelização, pois lembramo-nos de que ele disse que o evangelho deve ser primeiramente pregado a todas as nações. Acreditamos que o período que vai desde a ascensão de Cristo até o seu retorno será preenchido com a missão do povo de Deus, que não pode parar esta obra antes do Fim. Também nos lembramos da sua advertência de que falsos cristos e falsos profetas apareceriam como precursores do Anticristo. Portanto, rejeitamos como sendo apenas um sonho da vaidade humana a ideia de que o homem possa algum dia construir uma utopia na terra. A nossa confiança cristã é a de que Deus aperfeiçoará o seu reino, e aguardamos ansiosamente esse dia, e o novo céu e a nova terra em que a justiça habitará e Deus reinará para sempre. Enquanto isso, rededicamo-nos ao serviço de Cristo e dos homens em alegre submissão à sua autoridade sobre a totalidade de nossas vidas.

CONCLUSÃO

Portanto, à luz desta nossa fé e resolução, firmamos um pacto solene com Deus, bem como uns com os outros, de orar, planejar e trabalhar juntos pela evangelização de todo o mundo. Instamos com outros para que se juntem a nós. Que Deus nos ajude por sua graça e para a sua glória a sermos fiéis a este Pacto! Amém. Aleluia!

[Lausanne, Suíça, 1974]

ANEXO C: FILOSOFIA DE AÇÃO SOCIAL DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

Publicada no Livro da 78ª Assembléia da CBB – Salvador – 1997; p.175 a 186

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

1.1– A Convenção Batista Brasileira (CBB), reconhece que a Igreja da atualidade necessita recuperar parte perdida de seu poder de influencia no meio social:

a) Ampliar a atuação educacional dos batistas; b) Utilizar os templos e dependências em benefício das comunidades, onde e quando estas tenham carências, evitando o pecado social da omissão, ou negligência; c) Estimular as vocações criativas, dentre os jovens crentes, de grande poder de influência, como os esportes, as artes, a filosofia, a sociologia e a política; d) Defender uma escatologia bíblica de esperança, evitando a visão escapista e alienatória, tantas vezes presentes, num certo misticismo prejudicial; ao invés de nos gloriarmos de catástrofes devemos “salvar alguns, arrebatando-os do fogo”.

1.2– Reconhece que temos uma dívida social para com os pobres e que devemos avançar, como denominação organizada, para ajudar na solução de graves problemas como fruto de nossa preocupação social;

1.3– Reconhece que nosso discurso de amor deve ser acompanhado de ações práticas (I João 3.18,19);

1.4– Reconhece em particular, o problema do menor abandonado, como dos mais graves acontecimentos da época presente e que devemos ser participantes das soluções;

1.5 Reconhece que a evangelização sem a ação social é a descaracterização do evangelho, pois a Palavra diz que “fé sem obras é morta”;

1.6 Reconhece que a acepção de pessoas é pecado condenado nas Escrituras e que devemos evitar a culpa de mal;

1.7 Reconhece que é nossa missão profética denunciar os males de corrupção, sem nos omitirmos ou acomodarmos.

2. DOS FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA DA AÇÃO SOCIAL:

2.1. A ação social dos batistas brasileiros expressa e busca cumprir os propósitos do reino de Deus na sociedade com o objetivo de propiciar condições para a plena realização da pessoa humana em relação a si mesma, ao próximo, à natureza e a Deus. Constituem-se fundamentos da ação social dos batistas brasileiros:

a) O entendimento de que as Escrituras apoiam a posição de que o dever do crente de amar inclui as dimensões sociais bem como as espirituais; b) A convicção de que as Escrituras ensinam a responsabilidade social de proteger vidas inocentes e carentes, mas também exorta a que o bem seja feito a todos, principalmente aos domésticos da fé; c) A crença de que a ação social desafia os próprios crentes e igrejas batistas a assumirem e viverem sua responsabilidade social, a fim de serem modelos para a sociedade e uma alternativa para o mundo; d) A compreensão de que a ação social dos batistas é individual, no sentido da responsabilidade do crente como pessoa, e comunitária, no sentido da responsabilidade da igreja e, em decorrência, da própria Convenção.

2.2 – O fundamento Teológico da ação social

a) Deus é misericordioso e justo “Mas tu, Senhor, és um Deus cheio de compaixão, e piedoso, sofredor, e grande em benignidade.” (Sl. 86.1 – comp. 145.8)

Deus como se revela nas Escrituras, é Deus de amor, de bondade e de justiça; é misericordioso e justo e sua misericórdia e justiça são o fundamento maior para o exercício de nossa misericórdia. Deus não tem prazer na morte do ímpio e não quer a miséria alcançando os homens, suas criaturas.

b) O homem é um ser revestido de dignidade e solidário; “Ninguém vive para si e ninguém morre para si” (Rm. 14.7). O homem, como Criado por Deus, é um solidário ao seu igual. Solidariedade eugênica (de raça); solidariedade em projeto de existência, assim o projetou Deus, para ser solidário. Solidariedade de propósito. Sem tal dimensão estaria o homem isento da culpa do pecado original e de suas consequências, mas, estaria, também privado da possibilidade de uma redenção de alcance universal.

“Como por homem um homem entrou o pecado no mundo, e, pelo pecado a morte, assim, também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram (...) Porque se pela ofensa de um só, a morte reinou por esse, muito mais os que recebem a abundância da graça e dom da justiça, reinarão, em vida, por um só – “Jesus Cristo” (Rm. 5.12,17).

O homem como ser solidário participa com seu igual, necessariamente, quer da vida, quer da morte; quer dos privilégios de ser, acima dos animais, quer dos deveres acima dos instintos; de todos os fatores peculiares à espécie humana, de todas as aflições, como ser moral.

Funda-se nisso a AÇÃO SOCIAL.

2.3 – O Fundamento Bíblico da Ação Social.

a) A natureza de Deus e o querer de Deus são de santidade, misericórdia, que ama a justiça e abomina o mal (Mq. 6.8); b) Na Bíblia o homem é visto como integral, corpo, mente e espírito. É digno e integral (Salmo 8); c) O Velho Testamento manifesta Deus como criador do homem à sua imagem e semelhança, criado com o propósito de glorificar o Criador (Gn. 1.26-28; Is. 43.7); d) A celebração do jubileu, entre o hebreu, era “para que não haja pobre na terra”; e) A lei e os profetas manifestam a preocupação e cuidados especiais com as viúvas e os órfãos (Isaías, Amós etc); f) A encarnação é o maior sinal de Deus em favor do homem em sua limitação (João 1.14); g) Jesus fez-se exemplo de interesse pelos necessitados e operacionalizou a AÇÃO SOCIAL em seu contexto (Lucas 4); h) Jesus cuidou de ensinar, evangelizar, curar, alimentar, cuidou enfim, do homem todo (Mt. 9.35); i) Em Cristo somos formados “novas criaturas” para as boas obras (Ef. 2.10; II Co. 5.17); j) A situação de pecado do homem é circunstancial e temporária. Haverá uma restauração de todas as coisas (Rm. 8); k) A Ação Social há de ser dirigida ao necessitado, sem distinção de raça, religião, ou qualquer outra (Lucas 10); 2.4 – O fundamento filosófico da Ação Social:

“E de um só fez a geração dos homens, para habitar sobre toda a face da terra, determinando os tempos já dantes ordenados e os limites da sua habitação” (At. 17.26);

Deus, quando fez o homem, estava com isto, criando a humanidade. Por trás do indivíduo singular devemos perceber a noção mais profunda do significado espiritual do homem, que transcende o seu próprio momento histórico e alcança o infinito relacional. Este significado implica na existência de suas relações:

a) o homem perante si mesmo – introjeção; b) o homem perante Deus – verticalização; c) o homem perante o próximo – horizontalização (o eu perante o tu);

O que é de pertence a todos: eis o fundamento psicológico da Ação Social.

2.6 – O Fundamento Sociológico da Ação Social:

“Amarás o teu próximo”: o homem perante o universo – Cosmovisão; (i.e, inserido no universo como parte dele);

Logo sobressai a noção de co-partícipe em tudo, com o outro. A Ação Social vista deste ângulo é algo imprescindível dado o fundamento mesmo do ser. Assim, há uma fundamentação ontológica: o ser não pode ser sem o outro;

Há uma fundamentação gnoseológica: não conhecer sem observar o outro;

Há uma fundamentação ética: todos dependem de todos; todos, à semelhança de Caim, são responsáveis por todos. Não há dizer “sou eu, porventura, o guardador de meu irmão?”, de fato somos guardadores uns dos outros; Porque, de fato somos guardadores uns dos outros. A Ação Social está fundada na própria natureza do ser moral.

2.5 – O Fundamento Psicológico da Ação Social:

A natureza psicológica do homem é tal que só pode realizar-se se compartilhar os “bens” recebidos. A expressão típica dessa característica é conhecida na atitude dos homens leprosos próximos de Samaria. Disseram: “Este dia é dia de boas novas e nos calamos. Se esperarmos até à luz da manhã algum mal nos sobrevirá; pelo que agora, vamos e o anunciemos”... (II Reis 7.9)

Esta consciência não lhes adveio de nenhuma instrução prévia para a vida social; surgiu, espontaneamente a partir da natureza da espécie humana cujo sentimento leva a perceber que não se pode deter o bem recebido, só pra si. “Como a ti mesmo” (Mt. 22.39)

a) O indivíduo inserido no contexto social e, inatamente, um ser carente. Não há quem não o seja. O homem, como ser social, nunca é encontrável

auto-suficiente. O conceito de “carência”, a rigor, significa muito mais do que a mera condição de privação dos menos privilegiados. Carentes são todos os seres humanos. O indivíduo, como ser carente, só conhece, primariamente “necessidades”. Todas as satisfações estão fora dele. Interiormente sente fome, necessidade de afeto. O pão, o amor, e todos os suprimentos de suas necessidades têm que vir de fora; b) Ação Social do cristão é todo o esforço de atendimento do ser humano, em todas as suas necessidades, e não apenas as materiais. Mesmo o rico é, também, carente; c) A Ação Social procura trabalhar as causas dos problemas sociais e não apenas os seus efeitos. É, portanto, uma ação de maior profundidade e sustentabilidade; d) E, de outro ângulo, o homem é um ser compartilhivo. Quando reparte a boa obra, antes de satisfazer o beneficiado, satisfar-se-á a si mesmo. Há grande realização pessoal em fazer o bem. No dizer de São Francisco de Assis. “é dando que se recebe”. E no de Jesus: “dai e ser-vos à dado.”; e) Portanto, necessidade de receber e necessidade de dar, são fatores essenciais do animal social, chamado “homem”. A ação social, sociologicamente, fundamenta-se nisso.

2.7 – O Fundamento Histórico da Ação Social Cristã:

O povo evangélico tem sido o pioneiro na obra de ação social, portanto, convém, fundamentar, historicamente, também nossa filosofia de ação social.

a) A Igreja primitiva manteve uma acentuada preocupação social, desde seus primeiros dias (Atos 4; Atos 6); b) Os países de formação protestante, evangélica, foram os pioneiros em obras sociais; Lutas abolicionistas; Lutas em favor dos menores e prisioneiros e de mulheres discriminadas; dos mendigos (W. Both); Luta contra o sistema de castas, na Índia, e a queima de viúvas (ação social de evangélicos); Construção de asilos, hospitais; c) Os grandes movimentos revitalizadores da espiritualidade da Igreja, os grandes pregadores, não foram isolados da ação social (Wesley; Finney; Whitfield; e, mais recentemente, Martin Luther King); d) A Inglaterra, particularmente, assistiu o grande avivamento associado e inserido em seu contexto social e as reformas foram de natureza ética e social. e) Ritschl (1822-1889) teólogo protestante, precedeu, antecipou-se à Rerum

Novarum, (15 de maio de 1891), em visão social do evangelho, evitando o subjetivismo e o misticismo e enfatizando o aspecto prático da religião. “O reino de Deus é a organização da humanidade mediante a ação inspirada pelo amor”; f) Há bons exemplos, no presente, de igrejas e instituições pondo em prática a ação social, e, com isso, honrando os compromissos com o evangelho.

3– CONCEITUANDO E ENTENDENDO A AÇÃO SOCIAL:

3.1 – A ação social dos batistas compreende:

(1) – a Ética Social Cristã; (2) – a Responsabilidade Social Cristã; (3) – o Serviço Social; (4) – a Ação Social.

A ação social, como criadora da consciência e da responsabilidade social entre os batistas brasileiros, compreende o Serviço Social no sentido do conjunto de processos tendentes a reajustar o indivíduo na comunidade, de maneira a torná-lo útil a si mesmo e aos outros; abrange, ainda, a Assistência Social, como obras que atendam necessidades imediatas.

Os batistas brasileiros se propõem a uma ação social eclesial e individual, que busque o bem-estar social comum tanto dos salvos, quanto dos não-salvos, e que manifeste sua presença e atuação em todos os campos que dizem respeito ao homem, suas ações e carências sem distinção de etnia, sexo ou qualquer outra discriminação. Entendem, outrossim, que existe relação estreita entre a evangelização e a Responsabilidade Social (como ação social), visto que a proclamação de Jesus Cristo, como Senhor e Salvador, acarreta implicações sociais, pois leva as pessoas a se arrependem de seus pecados pessoais e também de pecados sociais e a viverem uma nova vida, de retidão e paz, numa sociedade que desafia os valores da vida sem Cristo.

3.2 – A ação social dos batistas brasileiros tem como objetivos:

1) Suscitar entre os batistas brasileiros uma consciência de Responsabilidade Social capaz de tomar a ação social uma realidade efetiva na prática da denominação, da igreja local e dos crentes individualmente; 2) Transformar a sociedade e suas estruturas por meio da:

a) força da proclamação do evangelho e do testemunho; b) influência junto às instituições existentes que atuam nas áreas de repercussão social; c) participação nas reformas das estruturas necessárias à evolução social, moral, educacional e econômica da população; d) atuação nas causas profundas que determinam a existência de injustiças e sofrimentos na vida dos brasileiros; e) influência junto aos poderes públicos, em especial legislativo, com o objetivo de criar, leis e instituições necessárias à consecução dos objetivos do bem-estar-social e da justiça; f) utilização dos meios de comunicação em geral para opinar sobre questões significativas relativas à ação social, buscando assim influir na opinião pública, tornando conhecido o pensamento dos batistas.

Para realização de Obras Sociais, os batistas brasileiros reconhecem como válidos convênios firmados com o poder público e outros, sem prejuízo dos seus princípios.

Reconhecem ainda que a atitude cristã para com os pobres há de resultar da consciência de Deus como misericordioso para com o homem, criatura sua, revestida de dignidade, sujeita ao sofrimento, por causa do pecado, desigualdades e injustiças sociais e carente do nosso amor como cristãos.

Diretrizes: 1ª - Identificar e tratar as circunstâncias que impedem o homem de alcançar padrões econômicos e sociais compatíveis com a sua dignidade; 2ª - Colher elementos e elaborar os referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais; 3ª - Criar condições para a participação consciente de indivíduos, grupos, comunidades e populações, nas mudanças que se revelarem necessárias.

3.3 – A CBB entende como “ação social” todo o esforço compreendido em benefício do homem em sociedade, relativo ao aprimoramento da organização social e das condições de vida do indivíduo e das comunidades; aos problemas de relações do homem com o capital e com o trabalho; à melhoria das condições de vida dos menos favorecidos e marginalizados; aos esforços das pessoas, grupos e organizações em prol de uma transformação social que se expresse em termos de dignidade humana, melhor qualidade de vida e sustentabilidade social; à cooperação dos interessados para instauração de uma ordem social mais humana, leis justas, influência sobre as instituições, tentativas de reforma.

3.4 – A ação social é também expressa como a “manifestação de formas do Reino de Deus na sociedade, com o fim de possibilitar a plena utilização da pessoa humana, consigo mesma, com o mundo, com Deus e com o próximo”.

3.5 – A ação social é meio indispensável para promover o bem-estar do homem e da sociedade em que vive, pela prática do amor em ação;

3.6 – A ação social é entendida como prática necessária à consciência profética da igreja, em denunciar todas as formas de opressão do homem pelo homem e pelas instituições, a exemplo dos profetas, como Oséias, Amós e outros.

3.7 – Em defendermos uma ação social do povo de Deus, chamado batista, não preconizamos nenhuma alteração do evangelho de Jesus, para um “evangelho social”. O evangelho de Jesus visa o homem em todas as suas dimensões, inclusive a social;

3.8 – A ação social não é ato restritivo de nenhuma criatura humana, não é obrigação limitada do crente, ou da igreja, é obra de todos;

3.9 – É legítimo o esforço de cooperação entre as igrejas e os órgãos denominacionais envolvidos com serviço social, a participação de convênios com poderes públicos constituídos, sem prejuízo dos princípios bíblicos evangélicos por nós defendidos;

3.10 – A ação social implica, a exemplo da parábola de Jesus sobre o bom samaritano, em atender à necessidade do aflito, qualquer que seja ele:

a) deve ser feita a partir da compaixão do íntimo do coração (motivo inferior); b) deve haver envolvimento na situação do necessitado pessoalmente (atou-lhes as feridas, colocou-o sobre o cavalo, ofereceu-lhe cuidados pessoais, levou-o a uma estalagem); c) deve haver investimento de recursos materiais em benefício da pessoa necessitada, tendo em vista que o desprendimento da ação social implica em dar e dar-se (deu-lhe dois denários e prometeu, “tudo que gastares eu to pagarei quando voltar”);

3.11 – A ação social dar-se-á em equilíbrio dos dois pólos do ativismo e do pietismo na consciência de que a opção por qualquer extremo seria a negação da função da igreja. Reconhecemos que a base de qualquer reforma é a conversão, mas nossa tarefa não termina aí. O Reino eterno e o temporal convivem na experiência do crente. – “Enquanto estou no mundo sou a luz do mundo”, disse Jesus. Assim deve, também o crente ver sua participação. É nossa tarefa evitar o moralismo, o legalismo, o farisaísmo de um lado e o secularismo e humanismo de outro;

3.12 – A educação é uma forma de ação social e não perde este caráter se remunerada sua prestação. Os colégios batistas devem prestar serviço benemerente em atendimento as camadas carentes, mas não tem por que despender recursos da denominação em atendimento as camadas de alto poder aquisitivo. Nestes casos deve haver reciprocidade prestacional.

3.13 – Em contrapartida aos recursos auferidos, todo o colégio batista terá que alcançar camadas menos favorecidas, com a educação como obra social, dentro da visão da democratização do ensino, justificando assim sua posição e evitando qualquer forma de discriminação social.

3.14 – Serão disciplinas obrigatórias nos cursos teológicos (latu sensu); a Ação Social e Serviço social; e Sociologia.

4 – A AÇÃO SOCIAL DOS BATISTAS BRASILEIROS CONSIDERA GRANDES OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

4.1 – Da criança – o menor abandonado:

4.1.1 – Toda concepção humana tem direito ao nascimento e toda criança nascida tem direito à vida, ao alimento e à dignidade;

4.1.2 – Temos como um dos maiores males sociais de nossa época a existência de criança abandonadas e marginalizadas em nossa sociedade e afirmamos como a forma mais eficaz de expressão do amor cristão e da ação social para com o menor desamparado a ADOÇÃO por famílias em que as crianças (ou adolescentes) sejam criadas, amadas, educadas para a vida e sintam-se membros da família, e essa seja vista e estimulada como veículo divino para a preservação da vida e geração da felicidade mútua de adotado e adotante;

4.1.3 – Embora a prioridade deva ser dada à adoção reconhecemos por válidos esforços de amparo ao menor, por via de lares comunitários (orfanatos), creches e outros semelhantes;

4.1.4 – A assistência à criança e adolescente carentes é apenas parte da ação social. Ela se completa na assistência à família do carente;

4.2 – Do respeito à vida

4.2.1 – (Vida) – Reconhecemos a vida como dom de Deus e bem indisponível a que todos têm direito e pelo qual devemos lutar;

4.2.2 – (Pena de Morte) – Embora reconhecendo que há crimes cuja punição satisfatória exigiriam a pena máxima, posicionamo-nos, por princípio, contrários à pena de morte tendo em vista a falibilidade humana, eventualmente no julgar e a irreparabilidade da pena;

4.2.3 – (Eutanásia) – Condenamos a eutanásia. O sofrimento é quinhão da vida e tudo que se puder fazer para aliviá-lo é um serviço à vida. Mas a eutanásia foge a essa visão, não sendo direito de ninguém – nem do próprio paciente – dispor da vida. Só Deus tem esse direito;

4.2.4 – (Mecanismos de prolongamento da vida) – É admissível e recomendável todo o esforço de prolongamento da vida pelos recursos da ciência;

4.2.5 – (Transfusões e Transplantes) – São legítimas e serão estimuladas as doações de sangue e transfusões a doação de órgãos e transplantes, como bom serviço à vida;

4.2.6 – (Aborto) -O aborto é uma forma de assassinio e será condenado como pecado e como crime, tolerada apenas a forma terapêutica;

4.2.7 – (Experiências Genéticas) – Aprovamos os esforços científicos em favor do homem, mas condenamos as experiências seletivas que visem a produção de super-seres-humanos. Reconhecemos todo o homem revestido de dignidade e, portanto, todos os indivíduos precisam gozar o mesmo apreço no meio social. A pessoa humana não pode ser objeto de experiências laboratoriais capazes de alterar suas reações normais de pessoa moral;

4.2.8 – (Controle de Natalidade) – O casal tem direito de decidir quantos filhos quer ter e o direito de ser orientado para o planejamento familiar. É parte da ação social desenvolver programas de ajuda às comunidades em orientação e meios de controle de natalidade.

4.3 – Da Ecologia: é dever e responsabilidade cristã, bíblicamente assim reconhecido, a defesa do eco-sistema, por atitude e ação, dentro da visão de que cabe ao homem “lavar e guardar a terra”, responsável que é pelo meio ambiente, cabendo-nos corrigir as distorções de seitas heréticas a este respeito. O homem não é a natureza (panteísmo) mas não é sem ela também, não;

4.4 – Do capital e do trabalho:

4.4.1 - Todo trabalho é digno, desde que lícito e contribua para o bem da espécie humana e da criação;

4.4.2 - O trabalhador deve receber o suficiente à subsistência e manutenção sua e de sua família, e tem o dever de trabalhar bem, dentro das expectativas do bom senso e de sua capacidade;

4.4.3 - Os investimentos econômicos e tecnológicos devem estar voltados para o homem brasileiro prioritariamente, antes que, pela competição vaidosa entre as potências mundiais. As necessidades básicas deverão receber prioridade, como alimentação, saúde e educação;

4.5 – Da pessoa idosa, do incapaz e do deficiente:

4.5.1 – A pessoa NÃO É MENOS DIGNA POR SER IDOSA, INCAPAZ OU DEFICIENTE;

4.5.2 – É preceito divinamente estabelecido o respeito às cãs do idoso;

4.5.3 – Toda pessoa idosa, todo o incapaz e todo o deficiente tem direito ao sustento, atenção, carinho, saúde e assistência primeiramente da família, da igreja e do Estado;

4.5.4 – O respeito e estima ao idoso será ensinado e observado, o idoso será cuidado, prioritariamente em família, onde tenha o companheirismo;

4.5.5 – Será estimulada a criação de casas lares para pessoas idosas que não possam contar com abrigo familiar;

4.5.6 – As igrejas terão como ministério social a ajuda no sustento da pessoa idosa, do incapaz e do deficiente;

4.5.7 – O pastor, bem como viúva de pastor, que tenha dedicado sua vida ao ministério, na denominação, não ficará no desamparo;

4.6 – Ação política das Igrejas e da Denominação:

4.6.1 – As igrejas enquanto instituições locais, evitarão incorporações partidárias;

4.6.2 – As igrejas, entretanto, serão estimuladoras da cidadania, da ação e engajamento político de seus membros, inclusive para a participação partidária e eletiva;

4.6.3 – O crente tem o dever de participar da ação política e aí primar pela conduta ética sem reparos, de caráter ilibado em todos os procedimentos;

4.6.4 – As igrejas envolver-se-ão na ação política, contribuindo com seus recursos humanos, patrimônio e recursos financeiros para as mudanças sociais significativas, em benefício da comunidade ao seu alcance, em serviços sociais;

4.6.5 – O Conselho, através de seu Departamento de Ação Social, representará a denominação perante a Sociedade e aos poderes constituídos, respeitante às questões sociais e políticas sociais dentro do espírito profético e prático.

4.7 – (Homossexualismo) – A diferença dos sexos (masculino e feminino) é divinamente estabelecida e é plenamente suficiente para a conjunção carnal satisfatória, atendendo à natureza, como Deus a criou. O homossexualismo, opostamente, é contrário à natureza e mencionado nas Escrituras como desvio deste propósito original divino; tem causas variadas, não excluída a do obscurecimento espiritual, devendo sua prática ser repudiada e a pessoa envolvida ser considerada sem preconceito, tanto quanto são tratadas pessoas envolvidas noutras formas de pecado, com empenho por sua recuperação, numa legítima expressão de amor.

4.8 – (Violência) – A violência se manifesta em todas as formas de agressão atentatórias contra a segurança e a honra do cidadão e da sociedade organizada. É direito do cidadão e dos segmentos sociais organizados para o bem comum contar com a proteção e garantias do Estado contra todas as formas de violência, quer preventivamente, quer por ações repressivas, quer pela aplicação de sanções. Estas devem ser aplicadas com equidade e seus objetivos, além de punitivos, devem ter o alcance da exemplaridade e o restauratório.

4.9 – (Esportes) – Os esportes são formas apropriadas de desenvolvimento pessoal na medida em que vislumbrados como recreação (atividade lúdica) e, assim, devem ser estimulados e encorajados. Embora impossível a nulificação da competitividade, o seu acirramento pode conduzir a fins impróprios violentos, prejudiciais ao espírito desportivo, por isso deve ser reduzida, bem como a ambição pecuniária. As premiações, preferentemente, devem ser simbólicas. Todavia, entendemos ser legítima a atuação do ciente profissionalizante nos esportes.

4.10 – (Do Exercício de Profissões Artísticas) – É tão legítimo ao ciente o exercício de uma profissão artística, quanto o de qualquer profissão, liberal ou não, cabendo a cada um, em todos os casos, exercer a vigilância contra qualquer forma de desvirtuamento do compromisso com Cristo e com a ética cristã – e muito mais cuidado neste caso particular – mas que lê pode e deve exercê-la com a visão do testemunho conveniente, como sal da terra e luz do mundo.

4.11 – (Da Família e Casamento) – A Família é uma instituição divina e não produto de um processo evolutivo de natureza antropológica e social. O matrimônio é uma relação monogâmica, estável e é nele que se realiza a vida sexual como um dom de Deus para a expressão afetiva, mútua, do homem e da mulher e multiplicação da vida. Os filhos são bênção de Deus e, por isso, a paternidade/maternidade deve ser exercida de forma digna e responsável. O relacionamento intra-familiar instrumentaliza o bem-estar individual e social e o desenvolvimento normal do ser humano em todas as esferas da vida. (Declaração de Aracaju). Por isso, apesar das diferenças ritualísticas e legais, peculiares às diferentes culturas e povos, deve ser honrado o matrimônio, conforme preceito bíblico.

4.12 – (Conduta Cristã) – O salvo tem nova natureza apropriada a um “porte digno do evangelho” para viver em santidade, pureza, justiça e retidão e “é criado em Cristo Jesus” para as boas obras, e para uma conduta condizente com o caráter de Jesus. Assim como é salvo pela graça é, também sustentado em seu viver de santidade pela mesma graça.

4.13 – (Da Relação Entre Ciência e Fé) – O desenvolvimento científico nunca abalou e nunca abalará a verdadeira fé bíblica, por isso que o Deus Criador da natureza física, (revelação visível), objeto da investigação científica, é o mesmo Deus da Revelação Espiritual, (revelação não visível). Os conflitos, constantemente observados, resultam, sempre, da limitação do conhecimento humano, quer científico, quer teológico. A exploração científica tem que se ater ao seu campo específico e deve respeitar os valores morais da revelação bíblica, destinados à valorização do ser humano que não pode ser exposto, sem limite, à experimentação.

4.14 – (Das Doenças Sexualmente Transmissíveis) – As doenças sexualmente transmissíveis devem ser objeto de preocupação, e que se devem apoiar todos os esforços para conter seus surtos. Parte da contaminação se deve à depravação humana e parte à deseducação do povo, por isso o combate delas, para um povo sadio, deve investir ação evangelizante, educacional e saúde preventiva, além de pesquisas e tratamentos curativos, mesmo reconhecendo que suas conseqüências carregam aspectos da punição do mal.

V – DE COMO SE PROCESSARÁ A AÇÃO SOCIAL NA CONVENÇÃO:

5.1 – Toda ação social dos batistas brasileiros será reputada a ação da Convenção Batista Brasileira, respeitadas as administrações e o mérito de cada entidade em particular;

5.2 – Ao Conselho de Planejamento e Coordenação caberá a função de nortear a ação social dos batistas brasileiros, tocando-lhe os rumos da ação e respondendo pela sua orientação:

a) O Conselho terá um Departamento que supervisionará toda a ação social a nível nacional; b) Estimulará o serviço social, desenvolvendo uma consciência sensível às necessidades sociais do mundo, de maneira a despertar o povo batista brasileiro para o exercício da misericórdia e beneficência, como ministério de socorro, tendo os problemas como oportunidade de serviço ao próximo; c) As ações diretas de serviço social serão desempenhadas pelas Juntas e entidades denominacionais; pelas instituições educacionais e assistenciais, pelas Convenções estaduais, ou suas entidades, pelas organizações batistas, em geral e pelas igrejas locais, às quais caberá executar os programas de serviços sociais dos batistas brasileiros.